



Universidade Federal do Espírito Santo

Projeto Pedagógico de Curso  
Curso em Criação - Pedagogia  
Intercultural Indígena

**Ano Versão:** 2024

**Situação:** Proposta

# SUMÁRIO

<b>Identificação do Curso</b>	<b>4</b>
<b>Histórico</b>	<b>5</b>
<b>Concepção do Curso</b>	<b>9</b>
Contextualização do Curso	9
Objetivos Gerais do Curso	12
Objetivos Específicos	13
Metodologia	13
Perfil do Egresso	18
<b>Organização Curricular</b>	<b>19</b>
Concepção da Organização Curricular	19
Quadro Resumo da Organização Curricular	22
Disciplinas do Currículo	23
Atividades Complementares	26
Equivalências	26
Currículo do Curso	27
<b>Pesquisa e extensão no curso</b>	<b>71</b>
<b>Descrição de carga horária extensionista</b>	<b>71</b>
<b>Auto Avaliação do Curso</b>	<b>73</b>
<b>Acompanhamento e Apoio ao Estudante</b>	<b>75</b>
<b>Acompanhamento do Egresso</b>	<b>77</b>
<b>Normas para estágio obrigatório e não obrigatório</b>	<b>78</b>
<b>Normas para atividades complementares</b>	<b>82</b>
<b>Normas para atividades de extensão</b>	<b>86</b>
<b>Normas para laboratórios de formação geral e específica</b>	<b>88</b>
<b>Normas para trabalho de conclusão de curso</b>	<b>90</b>
<b>Administração Acadêmica</b>	<b>94</b>
Coordenação do Curso	94
Colegiado do Curso	96
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	96
<b>Corpo docente</b>	<b>98</b>
Perfil Docente	98
Formação Continuada dos Docentes	98
<b>Infraestrutura</b>	<b>100</b>
Instalações Gerais do Campus	100
Instalações Gerais do Centro	100
Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	101
Instalações Requeridas para o Curso	102
Biblioteca e Acervo Geral e Específico	102
Laboratórios de Formação Geral	102
Laboratórios de Formação Específica	102

---

## SUMÁRIO

<b>Observações</b>	<b>103</b>
<b>Referências</b>	<b>104</b>

---

# IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Nome do Curso**

Curso em Criação - Pedagogia Intercultural Indígena

**Código do Curso**

849

**Modalidade**

Licenciatura

**Grau do Curso**

A definir

**Nome do Diploma**

Pedagogia Intercultural Indígena

**Turno**

Integral

**Duração Mínima do Curso**

8

**Duração Máxima do Curso**

12

**Área de Conhecimento****Regime Acadêmico**

Não seriado

**Processo Seletivo**

Inverno

**Entrada**

Anual

# HISTÓRICO

## Histórico da UFES

Transcorria a década de 30 do século passado. Alguns cursos superiores criados em Vitória pela iniciativa privada deram ao estudante capixaba a possibilidade de fazer, pela primeira vez, os seus estudos sem sair da própria terra. Desses cursos, três – Odontologia, Direito e Educação Física – sobrevivem na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Os ramos frágeis dos cafeeiros não eram mais capazes de dar ao Espírito Santo o dinamismo que se observava nos Estados vizinhos.

O então governador Jones dos Santos Neves via na educação superior um instrumento capaz de apressar as mudanças, e imaginou a união das instituições de ensino, dispersas, em uma universidade. Como ato final desse processo nasceu a Universidade do Espírito Santo, mantida e administrada pelo governo do Estado. Era o dia 5 de maio de 1954.

A pressa do então deputado Dirceu Cardoso, atravessando a noite em correria a Esplanada dos Ministérios com um processo nas mãos era o retrato da urgência do Espírito Santo. A Universidade Estadual, um projeto ambicioso, mas de manutenção difícil, se transformava numa instituição federal. Foi o último ato administrativo do presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de janeiro de 1961. Para o Espírito Santo, um dos mais importantes.

A reforma universitária no final da década de 60, a ideologia do governo militar, a federalização da maioria das instituições de ensino superior do país e, no Espírito Santo, a dispersão física das unidades criaram uma nova situação. A concentração das escolas e faculdades num só lugar começou a ser pensada em 1962. Cinco anos depois o governo federal desapropriou um terreno no bairro de Goiabeiras, ao Norte da capital, pertencente ao Victoria Golf & Country Club, que a população conhecia como Fazenda dos Ingleses. O campus principal ocupa hoje uma área em torno de 1,5 milhão de metros quadrados.

A redemocratização do país foi escrita, em boa parte, dentro das universidades, onde a liberdade de pensamento e sua expressão desenvolveram estratégias de sobrevivência. A resistência à ditadura nos “anos de chumbo” e no período de retorno à democracia forjou, dentro da Ufes, lideranças que ainda hoje assumem postos de comando na vida pública e privada do Espírito Santo. A mobilização dos estudantes alcançou momentos distintos. No início, a fase heróica de passeatas, enfrentamento e prisões. Depois, a lenta reorganização para recuperar o rumo ideológico e a militância, perdidos durante o período de repressão.

Formadora de grande parte dos recursos humanos formados no Espírito Santo, ela avançou para o Sul, com a instalação de unidades acadêmicas em Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado; e para o Norte, com a criação do Campus Universitário de São Mateus.

Não foi só a expansão geográfica. A Universidade saiu de seus muros e foi ao encontro de uma sociedade ansiosa por compartilhar conhecimento, ideias, projetos e experiências. As duas últimas décadas do milênio foram marcadas pela expansão das atividades de extensão, principalmente em meio a comunidades excluídas, e pela celebração de parcerias com o setor produtivo. Nos dois casos, ambos tinham a ganhar.

E, para a Ufes, uma conquista além e acima de qualquer medida: a construção de sua identidade.

A meta dos sonhadores lá da década de 50 se transformou em vitoriosa realidade. A Ufes consolidou-se como referência em educação superior de qualidade, conceituada nacionalmente. Nela estão cerca de 1.600 professores; 2.200 servidores técnicos; 20 mil alunos de graduação presencial e a distância, e 4 mil de pós-graduação. Possui 101 cursos de graduação, 58 mestrados e 26 doutorados, e desenvolve cerca de 700 programas de extensão na comunidade. Uma Universidade que, inspirada em seus idealizadores, insiste em não parar

---

de crescer. Porque é nela que mora o sonho dos brasileiros, e em especial dos capixabas.

## Histórico do Centro

O Decreto Federal nº 63.577, de 8 de novembro de 1968, que fixou a nova estrutura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), constituiu o Centro de Educação, na época Centro Pedagógico, criando uma unidade própria de ensino profissional e pesquisa aplicada para os estudos pedagógicos.

Os estudos de educação eram realizados, até então, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Como a reforma na Ufes foi implantada de forma gradual, em 1971, os estudos pedagógicos foram reunidos no Departamento de Educação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e agrupados, provisoriamente, no Centro de Estudos Gerais. A Comissão, integrada pelos professores José Manuel da Cruz Valente, Ieda Aboumrad, Maria Silene R. De Menezes e Maria José de Almeida Marçal, foi encarregada, em 1972, de elaborar o projeto de implantação do Centro Pedagógico. Por várias razões, a implementação ocorreu somente em 1975.

Em fevereiro de 1975, o reitor Máximo Borgo Filho, por meio de portaria, designou o Prof. Dr. Manoel Ceciliano Salles de Almeida para o cargo de Diretor Provisório. Ele também designou as professoras Elizabeth Maria Pinheiro Gama e Kleide Marcia Barbosa Alves, para dirigir o Departamento de Fundamentos da Educação e Orientação Educacional; os professores João Chrisóstomo Casagrande e Roberto Claytam Schmitel Castro para chefiar o Departamento de Administração e Supervisão Escolar e; os professores Carlos Coutinho Batalha e Regina Helena Magalhães para as funções de Chefe e Subchefe, respectivamente, do Departamento de Didática e Prática de Ensino.

Como Manoel Ceciliano assumiu o cargo de reitor da Ufes, em novembro de 1975, o Prof. Aloyr Queiroz de Araújo passou a responder pela direção do Centro de Educação, sendo substituído, em 1977, por Regina Helena Magalhães. De 1980 a 1984, a direção foi exercida por Rita de Cassia de Rezende Dias. Em junho de 1984, por eleição direta de professores, funcionários e estudantes, assumiu a direção o professor Carlos Coutinho Batalha.

Posteriormente, foram seus diretores os professores: Dulce Castiglioni, no período de 1988 a 1992; Anna Maria Marreco Machado, de 1992 a 1995; Alexandre Cesar Grandi Cid, de 1995 a 1996; Maria José Campos Rodrigues, de 1996 a 2000 e de 2000 a 2004; Izabel Cristina Novaes, de 2004 a 2006; Maria Aparecida Santos Correa Barreto, de 2006 a 2010 e 2011. Em 2012, assumiu o exercício da direção a professora Mirian do Amaral Jonis Silva. No período de 2012-2015, o Centro de Educação ficou sob a direção da professora Cláudia Maria Mendes Gontijo, sendo reeleita para o pleito 2016-2020. Atualmente, o professor Reginaldo Célio Sobrinho está na direção do Centro.

Em 16 de agosto de 2002, o Conselho Departamental do Centro Pedagógico decidiu adotar o nome Centro de Educação, em substituição a Centro Pedagógico. Em 2003, essa mudança foi homologada pelo Ministério da Educação, com a aprovação do novo Estatuto da Ufes. Em 30 de julho de 2007, o Conselho Universitário da Ufes aprovou a proposta de redepartamentalização e realocação de professores do Centro de Educação da Ufes (Resolução nº 24/2007-CONSUNI). Conforme a Proposta de Reestruturação do CE/UFES, os novos departamentos são: Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais (DTEPE); Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE); e, Departamento de Educação, Política e Sociedade (DEPS).

Até o momento, o Centro de Educação tem dois cursos presenciais: Pedagogia e Licenciatura em Educação do Campo. O curso de Pedagogia foi criado pela Lei Estadual nº 550, de 7 de dezembro de 1951, sendo vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e federalizado em 30 de janeiro de 1961, pela Lei nº 3.868 e foi reconhecido pelo Decreto nº 30.815/1956, publicado no Diário Oficial da União, em 22 de agosto de 1956. Em se tratando dos seus objetivos, o curso de Licenciatura em Pedagogia tem busca formar professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos

---

cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo (CE/Ufes) foi criado em 2013 com a finalidade de formar professores para atuar nas regiões campestres do Espírito Santo. A proposta do curso é habilitar professores para a docência multidisciplinar num currículo organizado em duas áreas do conhecimento: Linguagens (expressão oral e escrita em Língua Portuguesa, Artes, Literatura e Educação Física) e Ciências Humanas e Sociais. Como objetivo fundamental busca formar professores e professoras para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e com condições de promover uma diversidade de ações pedagógicas que colaborem para a garantia do direito à educação de qualidade no campo e como ferramenta de desenvolvimento social.

Outra experiência importante do Centro de Educação, surge a partir da perspectiva da missão da Universidade em trabalhar a formação de profissionais capazes de refletir a sociedade na qual estão inseridos de modo a promover a construção de um mundo mais justo. Neste sentido, a educação tem papel fundamental para a formação dos sujeitos em todos os modos da existência humana conscientes dos processos de transformações da sociedade. Não há maneira de promover o desenvolvimento da sociedade senão pelo processo da educação, uma educação para equidade. E nesta referência, o Centro de Educação apresentou importante contributo formativo engajado pelo Centro Pedagógico, no anos 2000, com um grande desafio realizado com competência e maestria em um programa de formação de professores em modalidade de ensino que era completamente díspares dos padrões desta Universidade, a Educação a Distância no Ensino Superior.

Nos anos 2000, a Universidade Federal do Espírito Santo por razões circunstanciais encampou a proposta da exigência da LDB/96, que tinha como perspectiva compor em todo o território nacional ações formativas para a qualificação profissionais do Magistério, exigindo das instituições públicas (em um prazo de sete anos) que todos os professores do território Nacional que atuavam na Escola Básica sem habilitação (graduação) teriam garantido o direito e acesso ao ensino superior nas instituições públicas.

A demanda para as IES era construir seus programas de formação para o contingente de professores atuantes nos anos iniciais da Educação Básica com objetivo de qualificar a educação, para tal, a formação superior dos professores era meta prioritária. Naquela ocasião, uma pesquisa apontou que os índices educacionais do Espírito Santo apresentavam uma situação alarmante nos anos iniciais (antigas séries) da Educação Básica. Um outro dado relevante para perspectiva de implantação se fundamentou quando as Secretarias de Educação Estado e dos Municípios revelavam que no estado do Espírito Santo tinha 12 mil professores, no exercício da profissão sem a formação superior, por ausências de políticas de acesso e democratização de ensino, uma situação que não era local, era também nacional.

A Universidade para contribuir neste processo em prol da qualidade da Educação Básica, assumiu a formação de professores naquele universo complexo de desconstrução e novas aprendizagens para todos os envolvidos. Assumir tal responsabilidade, naquele contexto, requer da Universidade Federal do Espírito Santo rever a arquitetura de ensino, para pensar na inclusão destes profissionais que atuavam no campo da educação de crianças do estado do Espírito Santo.

Nesta instância, de responder a exigência daquela temporalidade constituiu um Programa de Formação de Professores em outro formato de ensino utilizando metodologias ativas de ensino, com uso de ferramentas educacionais implantando o curso na modalidade de ensino a distância (EAD) de modo bimodal, destinada a formação de professores de todas as redes de ensino que tinha no seu quadro profissional, foi uma marca histórica para UFES em termos de avanços de novos modos de formação e uma reparação histórica, para aqueles profissionais que por completa falta de oportunidades, nunca haviam adentrado aos espaços da universidade.

Um projeto de inovação nos anos 2000 - na virada do século! A proposta era completamente

---

---

comprometida com a políticas de inclusão, tendo um rigor outro em oferecer um ensino aprendendo para ensinar em situação em ato de formação de todo coletivo. O Centro Pedagógico assumiu a demanda apresentando o primeiro Curso na modalidade EAD na Universidade Federal do Espírito Santo – o Curso de Pedagogia, Séries Iniciais do Ensino Fundamental na Modalidade de Educação a Distância.

Na atualidade a UFES tem uma sólida construção em Ensino Superior, pois permanece cumprindo o seu papel social como propulsora de Ensino, Pesquisa e Extensão na modalidade a distância e presencial ao alcance de todos, todas e todes.

É neste mesmo contexto de qualidade que encampamos a construção da proposta para o Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação De Professores Da Educação Básica PARFOR EQUIDADE EDITAL Nº 23/2023 (Edital disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor-equidade>) versada nos saberes indígenas pluriétnicos e pluriepistêmicos compondo o curso de Pedagogia Intercultural Indígena com um projeto que tem a terra e a Língua como pilares.



# CONCEPÇÃO DO CURSO

## Contextualização do Curso

A presente proposta nasce como complemento a uma demanda antiga e latente dos povos Tupinikim e Guarani do Espírito Santo quanto à formação específica de indígenas para atuarem nas escolas de suas aldeias. Como já dissemos, a Ufes ofertou em 2015 um curso de Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND), que é uma prova concreta desta demanda, tratando-se de um programa integrado de apoio à formação superior de professores indígenas, visando efetivar a docência no segundo segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio conforme a realidade social e cultural específica de cada povo e segundo a legislação nacional que trata da educação escolar indígena. O Projeto Político Pedagógico do PROLIND inclusive, destaca que o resultado final do processo formativo do curso era, por enquanto, de maneira emergencial, atender às atuais demandas dos professores indígenas Tupinikim e Guarani.

O curso de Pedagogia Intercultural Indígena é resultado desse caminho de parceria construído entre a UFES e o Movimento Indígena do Espírito Santo, iniciada na discussão e implementação do PROLIND, perpassando pelas pesquisas realizadas e defendidas nos Programas de Pós-Graduação, de modo especial, no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, seguida por inúmeros projetos de extensão universitária implementados por professores de diferentes Centros de Ensino, não esquecendo da implementação da Lei de Cotas, das Políticas de Ações Afirmativas também defendidas por esta Instituição e, recentemente, da proposta de suplementação de vagas em todos os cursos de graduação da Universidade. Representa um importante passo dado na consolidação do compromisso político da UFES com a educação da população brasileira, entre elas, as que formam parte de setores excluídos como é o caso das populações indígenas.

De forma coletiva, essa proposta do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo parte destas e de outras experiências de pesquisadores externos colaboradores em outras Instituições de Ensino Superior, assim como o mais importante e principal apoio, da coordenação de Educação Escolar Indígena de Aracruz/ES e de lideranças indígenas locais.

Uma educação escolar que contribua para que os povos indígenas conquistem o pleno desenvolvimento de suas culturas e de suas expressões é, agora, um direito garantido em lei. A Constituição assegura, além do direito ao uso da língua materna, os processos próprios de aprendizagem, possibilitando, assim, a escola indígena diferenciada, específica, bilíngue e intercultural. Para as sociedades indígenas a preservação da identidade étnica significa a garantia da própria existência, e a escola passa a ser, nessa perspectiva, espaço positivo de sua reconstrução. Para que isto de fato ocorra, faz-se necessária a formação de recursos humanos indígenas, que assumam o papel de pesquisadores de suas próprias culturas.

Este curso tem como objetivo formar professores indígenas, com enfoque intercultural, para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na gestão escolar e na gestão de projetos de etnodesenvolvimento do território.

### Justificativa

Toda a discussão feita pela Licenciatura Intercultural Indígena foi acompanhada por parte das pessoas que estão impulsionadas na submissão desta proposta e tem acervo institucional. Assim, justifica-se, em princípio, baseada no artigo 210 da Constituição Federal estabelece que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Mas, o panorama da educação, no sentido de atender, de alguma forma, povos originários no Brasil pode ser verificado, quantitativamente, pelos dados do Censo INEP 2022, onde das 178,3 mil escolas de ensino básico, 3.541 (1,9%) estão localizadas em terra indígena — ministram

conteúdos específicos e diferenciados, de acordo com aspectos etnoculturais — e 3.597 (2%) oferecem educação indígena, por meio das redes de ensino. Quando se trata somente do ensino fundamental (como especifica o Art. 10 da Constituição), 3.484 escolas estão em territórios de comunidades originárias. Dessas, 3.234 oferecem turmas de anos iniciais (1º ao 5º) e 1.956, de anos finais (6º a 9º). Entre as escolas que oferecem educação indígena, 3.267 possuem turmas de anos iniciais e 1.984, de anos finais.

Segundo o Censo INEP 2022, temos o quantitativo de 4.663 indígenas residentes em terras indígenas do Espírito Santo (Aracruz), 388 no Sul da Bahia (Prado) e 1.078 no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Paraty). O percentual de funções docentes com Curso Superior na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na Educação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos, e na Educação Especial (2022) das escolas indígenas do ES, Sul da BA e RJ é, respectivamente, de 64,7%, 18,9% e 69,7%, sendo que a realidade é de, ainda, a atuação de professores não indígenas em escolas indígenas.

Com isso, justifica-se a urgência de atendimento a essa demanda que, ainda, é reforçada quando se verifica o quantitativo de professores indígenas, e suas devidas formações, atuando em suas escolas. No Espírito Santo, por exemplo, o quantitativo de professores indígenas atuantes por escolaridade é de 19 com Ensino Médio, 19 com Ensino Superior e 34 com Especialização. A educação escolar indígena de Aracruz possui 7 escolas indígenas dentro do Território e atende ao quantitativo de 902 estudantes de Educação Infantil e Ensino Fundamental e 127 estudantes de Ensino Médio (Semed/Aracruz, 2023). A realidade hoje, é que esse número de professores é insuficiente para atender a demanda local e do território, com necessidade de contratação de professores e pedagogos não indígenas para atuar em suas escolas.

De acordo com as estatísticas, para além da demanda referente ao Estado do Espírito Santo, os territórios adjacentes e o crescimento da população indígena no Brasil, demanda formação inicial específica, pública, de qualidade, diferenciada e intercultural, para que, também, no âmbito das demais formações em níveis de pós-graduação e ocupação de vagas em Instituições de Ensino Superior comecem a ter profissionais indígenas assumindo seus lugares, para além de Notório Saber, que estejam e sejam formados em todos os níveis da Educação Escolar.

As universidades públicas devem se preocupar e se ocupar em atender à demanda de formação de professores indígenas por várias razões importantes, que vão desde o respeito à diversidade cultural até a promoção da inclusão e equidade no sistema educacional. Ademais, os povos indígenas têm direito constitucional a uma educação específica e diferenciada. Portanto, a formação de professores indígenas não é apenas uma resposta à demanda específica dessas comunidades aos aportes legais que as legitimam, mas também uma abordagem fundamental para se construir um sistema educacional mais inclusivo, equitativo e culturalmente sensível. Por isso, faz-se necessário destacar algumas das bases legais nacionais e internacionais e conjunturas e regulamentos político-pedagógicos nacionais que justificam a elaboração do presente curso de Pedagogia Intercultural Indígena:

O Decreto Presidencial n. 26 de 1991, dispõe, no Art. 1º que “Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a Funai”, no Art. 2º que as ações previstas no artigo anterior “ Serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação”;

A Constituição Federal do Brasil de 1988, nos artigos 210, 215, 231 e 232, a qual reconhece aos povos indígenas suas culturas, línguas e tradições e lhes garante o direito à educação escolar, respeitando suas culturas, os processos próprios de aprendizagem e a língua materna indígena como meio de comunicação e aprendizagem;

A Portaria Interministerial nº 559/91 e as Portarias MEC 60/92 e 490/93, que instituem e normatizam o Comitê Nacional de Educação Indígena, com o fim de subsidiar a elaboração projetos e as ações educacionais nos estados e municípios;

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (1998), que orienta as missões e funções da educação superior;

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, que estabelece as

normas específicas para a oferta de educação escolar para os povos indígenas. Entre outras ações, compromete o Sistema de Ensino da União, junto às agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, a desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural de qualidade;

Os Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas (1998), que estabelecem os princípios norteadores para a implementação dos projetos das Escolas Indígenas no Brasil;

A Resolução 03/1999 e o Parecer 14/1999 do Conselho Nacional de Educação, que fundamentam e estabelecem as normas de funcionamento das escolas indígenas;

Os Referenciais para a formação de Professores Indígenas de 2001-MEC sistematizam as principais ideias e práticas implementadas por diferentes projetos e programas de formação desenvolvidos no Brasil, e apresentam orientações a serem observadas pelos sistemas de ensino na implantação de programas específicos de formação de professores indígenas. Seu objetivo é construir referenciais e orientações que possam nortear a tarefa de implantação permanente de programas de formação de professores indígenas, de modo que “atendam às demandas das comunidades indígenas e às exigências legais de titulação do professorado em atuação nas escolas indígenas do país.” (p.9);

A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, ou Convenção 169 (de 1989/OIT) que revisa a Convenção 107 (de 1957/OIT), aprovada no Brasil em 2004, estabelece o direito dos povos indígenas viverem e se desenvolverem como povos diferenciados, em conformidade com seus padrões. Reconhece a integridade cultural indígena, seus direitos à terra e aos recursos naturais, bem como à não-discriminação em todas as esferas do bem-estar social. Atribui aos governos a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, ações para proteger os direitos desses povos e de garantir o respeito à sua integridade, adotando medidas especiais para salvaguardar as pessoas, as instituições, seus bens, seu trabalho, sua cultura e meio ambiente;

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), que, dentre outras ações, assegura o direito aos povos Indígenas de “[...] estabelecer e controlar seus sistemas e instituições educativos, que ofereçam educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino e de aprendizagem” (Art.14) e compromete aos Estados Federais a promover essa ação;

A Lei 11.645/2008 que alterou a LDB (Lei 9.394/96) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e complementa a Lei 10.639/2003 tornando obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. A Lei 10.639/2003 no Art.26- A § 1º afirmava que o estudo da História da África e dos Africanos deveria incluir “a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. A Lei 11.645 /2008, por sua vez, no Art.26-A § 1º amplia o conteúdo programático incluindo diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, dispondo sobre “o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”;

As prerrogativas do PROLIND/MEC (Secretaria de Educação Superior – SESu e SECADI), que objetiva “instituir um programa integrado de apoio à formação superior indígena, em especial à formação em nível superior de professores indígenas, como uma política de estado a ser implementada pelas IES públicas de todo o país”;

O apoio à formação de professores indígenas em nível superior como uma das principais ações da SECADI/MEC, para a garantia de oferta de educação escolar indígena de qualidade;

O Decreto Presidencial 6.861 de 2009 que trata sobre como está definida a organização, estrutura e funcionamento da escola indígena, assim como os objetivos da mesma; além disso, contém o papel da União e Ministério da Educação no que se refere a apoio técnico e financeiro; aborda a organização territorial da educação escolar sob a definição de territórios etnoeducacionais, especificando que cada um deles contará com um plano de ação, detalhando o que deverá conter em cada um; ainda traz conteúdo sobre a formação dos professores indígenas e sobre os cursos de formação para professores indígenas;

A Resolução n. 1, de 7 de janeiro de 2015 do CNE/CP – MEC que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas garantindo suas

especificidades nas diferentes etapas do desenvolvimento de Cursos de Educação Superior e de Ensino Médio;

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, em seu art. 11, estabelece o prazo de 2 (dois) anos, contados da data de homologação da BNCC-Educação Básica, para que seja implementada a referida adequação curricular da formação professor; O § 1º do art. 5º das Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, entre outras disposições, estabelece que a BNCC-Educação Básica deve contribuir para a articulação e a coordenação das políticas e ações educacionais em relação à formação de professores;

A Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Um outro destaque, temos uma resolução que regulamenta a sistemática de oferta de vagas nas modalidades de reserva em concursos públicos para os cargos efetivos da carreira do Magistério Federal e em processos seletivos para contratação temporária de professores substitutos e visitantes da Universidade Federal do Espírito Santo. Com esta resolução, a abertura de concursos públicos deverá observar as seguintes modalidades de oferta de vagas: Ampla Concorrência (AC), Pessoa Preta ou Parda (PPP) e Pessoa com Deficiência (PCD). Os percentuais de vagas reservadas serão de 20% para a modalidade PPP e 20% para a modalidade PCD.

Quanto ao enfoque intercultural da proposta, é importante evidenciar que a interculturalidade que fundamenta a concepção do curso vai além de uma inter-relação, uma vez que almeja-se uma formação alinhada com a justiça social e cognitiva, que colabore com a equidade educacional. Para isso, adota-se uma compreensão de interculturalidade como a produção de 'outros' conhecimentos que problematizam as relações de poder, de dominação e de colonização. Conhecimentos esses que surgem do diálogo pluri epistemológico, que reconhece, valoriza e respeita outras formas de produção de conhecimentos existentes no Brasil. A pluralidade epistêmica do Brasil já é reconhecida pela resolução nº 2 de 2017 do Conselho Nacional de Educação que institui e orienta a implantação da BNCC. Antes se falava apenas de pluralidade cultural, étnica e linguística, mas agora há um reconhecimento normativo nacional da existência de diferentes regimes de conhecimentos (epistemologias). Sensível às diferentes culturas, étnicas, linguísticas e epistemológicas existentes no Brasil, o curso se fundamenta em uma educação mais justa e inclusiva.

Assim, propor uma educação inclusiva é, antes de qualquer coisa, compreender as especificidades dos sujeitos que, mesmo em condições desiguais, fornecem elementos culturalmente ricos, de suma relevância para a prática pedagógica. Nesses parâmetros, incluir as minorias em desvantagem de direitos pressupõe a compreensão de suas especificidades como componentes de uma totalidade na qual elas estejam inseridas.

Temos em nosso Estado um Território demarcado que vivem, em maioria quase absoluta, indígenas das etnias Tupinikim e Guarani. Esta proposta tem relevância para além desse território, pois pode possibilitar o acesso ao ensino público superior a uma população indígena que se situa também distante da região metropolitana do Espírito Santo, a saber o Norte e o Sul do Estado do Espírito Santo, o Sul da Bahia, o Leste de Minas Gerais e o Estado do Rio de Janeiro. O projeto se potencializa ao atender a estes grupos por meio do regime de alternância, atendendo às especificidades dos sujeitos participantes e do contexto socioeconômico e ambiental no qual se inserem. Portanto, o projeto prevê a transversalidade de questões fundamentais como a educação ambiental, os direitos humanos, as relações étnicorraciais, e as culturas afro-brasileira, africana e indígena ao longo de todo o curso, tanto no Tempo Universidade como no Tempo Aldeia.

## Objetivos Gerais do Curso

Formar professores e pedagogos indígenas em nível superior num curso específico para atuarem no magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na gestão escolar e na gestão de projetos de etnodesenvolvimento do território, com qualidade fundamentada na congregação teoria e prática vinculadas aos saberes e conhecimentos pluriétnico e pluriépistêmico, encampando os seus conhecimentos interculturais.

## Objetivos Específicos

Promover a formação intercultural do professor indígena pautada na autonomia intelectual e na indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, aprofundando, na prática da pesquisa, os conhecimentos da própria comunidade, valorizando a sabedoria dos anciãos da aldeia e os processos próprios de aprendizagem;

Garantir o acesso aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade na perspectiva do diálogo pluriépistêmico, entre epistemologias indígenas e não indígenas, fornecendo instrumentos para valorização e fortalecimento dos sistemas de conhecimentos indígenas;

Estimular os estudantes a construírem em seus universos de culturas projetos políticos pedagógicos para as escolas em seus territórios buscando a revitalização da memória das línguas maternas;

Colaborar com o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes indígenas, proporcionando uma educação que fortalece suas cosmovisões;

Propiciar trocas e intercâmbios de conhecimentos entre povos indígenas, fortalecendo seus saberes tradicionais;

Estimular caminhos autônomos de indígenas para a produção orgânica, dinâmica e sustentável de materiais didáticos e paradidáticos;

Incentivar o coletivo de estudantes e professores a proporem projetos no programa de extensão universitária com bolsas de incentivo à pesquisas para os professores da educação escolar indígena, com recursos financeiros específicos para publicação de material didático, projeção fílmica fomentando o protagonismo das comunidades;

Fomentar pesquisas de valorização das memórias da comunidade como forma de sustentabilidade etnoecológica na construção de alguns aspectos da matriz curricular, implicados ao contexto social dos territórios, constituindo um currículo vivo, heterogêneo e de práticas contraditórias que precisam ser repensadas na qualidade da educação escolar indígena;

Contribuir para melhoria da qualidade de ensino na Educação Escolar Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino.

## Metodologia

A Pedagogia Intercultural Indígena proposta pelo Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE EDITAL Nº 23/2023) prevê, mediante ingresso único, a oferta de 40 (quarenta) vagas destinadas a professores indígenas da rede pública da educação básica e/ou das redes de formação por alternância (o mínimo de 50% das vagas) que já atuem na área do curso sem possuir a formação adequada e, o restante para indígenas interessados nesta formação.

Os cursos implementados no âmbito deste edital ficarão vinculados à Coordenação institucional do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). No âmbito de sua gestão e execução, participam além do Coordenador Institucional, também o Coordenador de Curso, o Coordenador Local, o Professor Formador e o Formador convidado, cada um com requisitos e atribuições detalhadas no Edital. Assim, além dos professores das Instituições de Ensino Superior participantes, mestres tradicionais de saberes reconhecidos por organização indígena, quilombola ou das populações do campo ou segmento dos povos e comunidades tradicionais, no âmbito de sua respectiva comunidade, poderão atuar como formadores convidados, ministrando atividades e disciplinas específicas.

A concepção de metodologia que ancora a transdisciplinaridade destaca uma formação de professores que permite compreender o fenômeno educativo em sua complexidade e aplicar estratégias efetivas para uma educação que ultrapassa as fronteiras das disciplinas convencionais, enfatizando a integração entre teoria, prática e as experiências do sujeito. Essa



---

proposta busca desafiar os docentes a produzirem rupturas paradigmáticas, promovendo mudanças na formação humana e nos processos de ensino e aprendizagem (SUANNO, 2021).

Uma didática com proposta transdisciplinar valoriza os processos de formação integral, ou seja, processos com suas múltiplas dimensões em que determinados momentos de vida do aprendiz, das condições e das oportunidades recebidas, integram o movimento transdisciplinar (MORAES, 2015). A transdisciplinaridade e as relações complexas no campo educacional coadunam, consoante Suanno (2021), como “uma práxis-inventiva e estratégias para pensar complexo, agir comprometido e um viver pensando e sentindo”. Transcender na educação é convite para transcender na vida, é ser atravessado pelos conhecimentos científicos, ao mesmo tempo, que se abre ao multirreferencialismo do saber.

O curso ainda conta com a especificidade de organização curricular por semestres cumpridos em regime de Alternância entre Tempo Universidade (TU) e Tempo Aldeia (TA). Entende-se por Tempo Universidade os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário perfazendo uma carga horária de 50% do total da carga horária das disciplinas e, por Tempo Aldeia, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades indígenas, com a realização de práticas pedagógicas orientadas com o restante dos 50% da carga horária das disciplinas.

A oferta do curso se dará em regime de alternância, em turno integral no Tempo Universidade, sendo que as aulas aos sábados, quando necessárias, somente se darão no período matutino. Para o período de Tempo Aldeia, haverá um cronograma de atividades que atenderão a cada disciplina, mas também estarão conectadas pelo Nexo Integrador, que é uma disciplina articuladora com proposta transdisciplinar.

No universo da educação, a transdisciplinaridade traduz-se em uma prática pedagógica de natureza transdisciplinar orientada por uma prática educativa “religadora”, que reúne o conhecimento das partes ao todo e do todo as partes, assim religa os indivíduos, mas também religa o indivíduo ao contexto, à unidade, à diversidade. O conhecimento concebe o contexto local em diálogo com o global, configura o domínio multidimensional no âmbito do ser, do estar e da própria realidade, ele tece a rede.

A dinâmica do regime de alternância propõe o diálogo horizontal e transdisciplinar, pois o que se constrói no Tempo Universidade deve ser compartilhado na escola e na comunidade; e o que se pratica no Tempo Aldeia deve ser dialogado com os professores e demais estudantes do curso, na Universidade. Explicitando melhor, o TU é aquele período em que o estudante vivencia a universidade, participando das aulas conforme a organização curricular, de seminários, simpósios, colóquios, grupos de estudos, das visitas e consultas às bibliotecas, exercícios e atividades em laboratórios de estudos e de pesquisas; do movimento estudantil; das atividades culturais e esportivas, da auto-organização, dentre outras. Todos estes espaços são formativos, seja no sentido do acesso aos conteúdos científicos e culturais, seja quanto à socialização com outros sujeitos e à organização política.

O TU organiza-se a partir da estrutura curricular e as aulas ocorrem no período de quatro a seis semanas seguidas (a depender da complementação da carga horária de 50% das aulas de cada disciplina), duas vezes por ano, nos meses de Abril/Maio e Setembro/Outubro. Cada semestre do TU deverá ser precedido de reunião do Colegiado do Curso composto por coordenações institucional, de curso e local, professores do semestre em curso, representação/ões de estudantes e representação/ões de lideranças indígenas dos povos envolvidos, a fim de apresentar propostas e planejar as atividades do período relacionadas ao Tempo Universidade e ao Tempo Aldeia. A integração das disciplinas fará com que a instrumentalização de cada uma delas, interogue e intervenha na realidade, inclusive com projetos de pesquisa e extensão.

Destacamos aqui, que de acordo com a organização e planejamento de cada semestre, o TU poderá acontecer alternadamente, em quatro locais distintos e disponíveis pela Universidade, a saber: o Campus Goiabeiras, o Campus São Mateus, o Campo Alegre e a Base Oceanográfica (Aracruz). A decisão de local para cada TU será acordada coletivamente, de maneira a atender às especificidades e demandas do grupo assim como ao interesse da Instituição. De igual

forma, o local do TA poderá ajustar-se às necessidades e demandas de cada semestre, de acordo com a especificidade de cada tempo.

O curso está organizado curricularmente por semestres contendo um Nexo Integrador (NI) e Temas Contextuais (TC). O Nexo Integrador (NI), em cada semestre, é uma disciplina responsável por organizar a proposta de intervenção no Território, que dialoga com as demais disciplinas do semestre em curso. Os Temas Contextuais (TC) constitui-se nas demais disciplinas obrigatórias e optativas que possibilitam a todos os estudantes uma formação diversificada, para atuar no magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na gestão escolar e na gestão de projetos de etnodesenvolvimento do território. Isso quer dizer que o Tempo Aldeia será distribuído com uma carga horária para as atividades específicas dos Temas Contextuais, e outra carga horária para a prática por meio de projetos integradores, e de maneira transdisciplinar, por meio do Nexo Integrador de cada semestre.

Dessa maneira, o TA é também o momento de contextualização e/ou integração dos conteúdos abordados durante o Tempo Universidade, da elaboração das produções acadêmicas e atividades previstas no eixo Nexo Integrador conectadas transdisciplinarmente com os Temas Contextuais de cada semestre. A seguir, apresentamos o Nexo Integrador, por semestre:

- 1º semestre: Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) I: identidades e práticas;
- 2º semestre: Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) II: História dos povos indígenas na América Latina;
- 3º semestre: Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) III: Territórios Indígenas, Cartografia e Georreferenciamento;
- 4º semestre: Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) IV: Análise e Produção Didática para Educação Escolar Indígena;
- 5º semestre: Laboratório - Análise e produção de materiais didáticos;
- 6º semestre: Laboratório - Etnodesign Educacional;
- 7º semestre: Laboratório Intercultural: Projeto Integrador Etnoeducativo de Conclusão de Curso (PIEC) I;
- 8º semestre: Laboratório Intercultural: Projeto Integrador Etnoeducativo de Conclusão de Curso (PIEC) II;

Ao pensar o Projeto Integrador Etnoeducativo de Conclusão de Curso (PIEC) trazemos a reflexão atual em que os povos originários e as comunidades tradicionais tencionam criticamente as pesquisas acadêmicas por perpetuarem preconceitos nas epistemologias racionalizadas de conhecimentos lineares, por ausência de sinergia com os coletivos sociais nas instâncias de realização de pesquisas em seus territórios. De fato, há muitas fissuras, pois as produções de conhecimentos no âmbito das universidades não reconhecem as ecologias de saberes como importante contributo para as ciências na contemporaneidade. No exposto, propomos outros processos avaliativos para o curso anunciado, na referência da Pedagogia Intercultural indígena. Nossa proposta considera os conceitos implicados aos etnoconhecimentos e na etnoformação para composição do Projeto Integrado Etnoeducativo de Conclusão de Curso - PIEC, anunciando a produção de trabalhos no perspectivismo etnometodológico dos povos indígenas.

Para a conclusão do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena, propomos uma outra concepção de finalização desses estudos, na qual o(a) estudante(a) possa construir um PIEC, como uma experiência de autoria. Este projeto deve ser composto por conhecimentos orgânicos comprometidos com a Educação Indígena em seu âmago e raiz, compreendido e referendado em princípios pedagógicos refletidos nas etnometodologias e tecnologias produzidas nos territórios. Na tessitura da elaboração deste PIEC, o estudante deverá compor conexões relacionadas ao processo formativo acadêmico articuladas aos conhecimentos propagados, desde o ingresso na universidade, até a finalização do acervo da matriz curricular do curso, refletindo-os criticamente na materialidade a ser construída na elaboração deste trabalho.

A finalidade de produção desta proposta é a composição de escritas afirmativas de autorias indígenas, vinculadas às memórias do território em suas cosmologias, a partir de novos olhares

e perspectivas em torno dos etnoconhecimentos que revitalizam as memórias de formação em seus percursos e percalços, agregando outras vivências e experiências.

A instância do PIEC é propagar movimentos circulares educativos que demandam produções de conhecimento, erguendo concepções epistemológicas e reflexivas no âmbito das cosmologias indígenas, conectadas aos princípios da valorização dos seus patrimônios culturais civilizatórios de promoção humana, no fundamento do bem viver etnoecológico em sintonia com os ciclos da natureza.

Compreendemos que este formato pedagógico curricular na tessitura do projeto resguarda as perspectivas ameríndias consolidadas na Constituição Federativa do Brasil de 1988, no Capítulo VIII, intitulado “dos Índios”, Art. 231, para as escolas de territórios, onde:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Nestas insígnias etnoculturais, o pressuposto é que o estudante componha o itinerário reflexivo de suas produções e produtos educativos etnográficos sobre as experiências de territórios vinculado aos aprendizados das políticas de educação, potencializadas na Pedagogia Intercultural Indígena, inspiradas na circularidade do Projeto Político Pedagógico do curso, direcionando temáticas relacionadas à educação intercultural em contextos. O intuito é estimular a formação em pesquisa, desenvolvendo hábitos de estudos, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa, favorecendo o aprofundamento de estudos, a valorização da produção no aporte dos etnoconhecimentos como patrimônio cultural na particularidade dos seus saberes e tradições culturais, passados de geração em geração nos territórios, apreendidos da vida cotidiana em simbiose com a natureza, sendo natureza, sendo floresta... em uma relação constituída integralmente. No exposto, o dispositivo deve abarcar os campos culturais e científicos, culminando em um produto educacional, constituindo-se uma produção contributiva para a Educação Escolar Indígena, em seus universos simbólicos e em suas específicas culturas, conectadas às histórias, línguas, mitos, ritos, etc. Estas e outras propagações cosmológicas serão alicerçadas as culturas fundamentadas em reflexões pluriépistêmicas.

O que se almeja é avaliar as perspectivas críticas dos estudantes, que serão descritas e sistematizadas, de forma orgânica, original a cada cultura, em um objetivo etnoformativo-reflexivo para pensar os cotidianos na Educação Escolar Indígena compondo um currículo vivo e plural, propagado em ações estruturadas no campo das experiências pedagógicas singulares construídas criativamente por cada estudante indígena.

Nesta referência, a matriz curricular do Projeto Político Pedagógico para as escolas de Educação Indígena deve ser constituída organicamente com os sujeitos do território, na valorização das memórias ancestrais dos seus antepassados, tendo como fundamento a tradição oral e a revitalização da língua materna, matéria orgânica das suas etnometodologias apreendidas nos processos de formação. Qualquer que seja a opção de produção do PIEC deve-se refletir a Educação Indígena vitalizada na raiz do território específico de cada estudante(a), propondo alternativas concretas para amenizar os problemas e necessidades que ainda afetam as suas existências.

Nesse contexto, o estudante deve ter como base uma formação que o instrumentalize com metodologias de pesquisa e intervenção no meio social, aliada a uma formação pedagógica, que lhe embasará em teorias de ensino e de aprendizagem que serão aplicadas de acordo com a realidade do seu Território vivido.

A transdisciplinaridade inserida na proposta de organização curricular em Nexos Integradores e Temáticas Contextuais exige uma abordagem metodológica em que a ação passa a ser o ponto de convergência entre o fazer e o saber. Trata-se, por fim, de favorecer diálogos que promovam a integração metodológica das disciplinas na construção de práticas e saberes do/no território.

Do ponto de vista da formação do professor, a transdisciplinaridade deve proporcionar ao



estudante e futuro professor/pedagogo as ferramentas para transitar entre fronteiras, dialogar com as várias disciplinas a partir de seu saber específico e contribuir para a construção de um conhecimento que inclua a diversidade, a cultura e a coletividade. A transdisciplinaridade implica o reconhecimento expresso da necessidade e até da obrigação de se comunicar com a coletividade e obter sua participação; implica formas de se tratar os problemas críticos com que se defrontam os indivíduos e as sociedades numa postura mediadora de mudanças.

Além dessa articulação entre o Nexo Integrador e os Temas Contextuais de formação pedagógica e específica, existem as disciplinas de Estágio Supervisionado que acontecem em quatro momentos distintos:

5º semestre: Estágio Supervisionado em Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena;

6º semestre: Estágio Supervisionado na Educação Infantil em Territórios Indígenas;

7º semestre: Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Territórios Indígenas;

8º semestre: Estágio Supervisionado em Gestão da Educação Escolar Indígena em Territórios Indígenas.

As aulas de planejamento e organização dos estágios serão realizadas no TU, com orientação de um professor orientador de estágio. A dimensão prática de cada estágio está contemplada dentro e fora do ambiente da sala de aula como conjunto amplo de atividades, desde o ensino até a produção e a análise de material didático-pedagógico, a experiência de gestão e a realização de projetos e pesquisas no Território.

Também, compõem a organização curricular, as atividades destinadas à carga horária de extensão (X) totalizam a carga horária de 335 horas (trezentas e trinta e cinco), inseridas na carga horária das oito disciplinas que compõem o Nexo Integrador e doze disciplinas dos Temas Contextuais, distribuídas conforme o quadro abaixo:

Semestre	DISCIPLINAS	Carga Horária	
	TU T	TA E	Total L X
1º	Nexo		integrador
	Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) I: identidades e práticas		
	30	- 10	35 75
2º	Nexo		integrador
	Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) II: História dos povos indígenas na América Latina		
	30	- 10	35 75
3º	Nexo		integrador
	Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) III: Territórios Indígenas, Cartografia e Georeferenciamento		
	30	- 10	35 75
4º	Nexo		integrador
	Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) IV: Análise e Produção Didática para Educação Escolar Indígena		
	30	- 10	35 75
4º	Temas Metodologias do Ensino de contextuais Línguas		
	30	20 -	10 60
5º	Nexo		integrador
	Laboratório - Análise e Produção de Materiais Didáticos		
	20	- 20	35 75
5º	Temas Educação, Desenvolvimento e Infâncias contextuais Indígenas		
	30	-	20
	- 10	60	
5º	Temas Ludicidade, Linguagens e contextuais Culturas		

-	10	60							
8º	Temas							contextuais	
	Memória					e		Patrimônio	
	50								-
-	10	60							
8º	Temas							contextuais	
	Metodologias			de		Ensino		Linguagens	
	30	20	-	10	60		em		
8º	Temas							contextuais	
	Metodologias			de		Ensino		Humanidades	
	30	20	-	10	60		em		
8º	Temas							contextuais	
	Optativa		30	20	-	10	60		
TOTAL									
	540	200	95	335	1170				

As atividades acadêmico científico e culturais (AACC) devem ser computadas ao longo do curso, totalizando 200 h (duzentas horas) com atividades extracurriculares que estejam de acordo com as normas específicas do curso. Ainda, possíveis seminários de integração e avaliação no Território podem ser consideradas, devido às particularidades da Escola Indígena. Estas atividades extracurriculares podem ser vinculadas a um laboratório de extensão específico do curso, a ser criado e registrado como Programa Permanente de Extensão da Pedagogia Intercultural Indígena na Pró-reitoria de Extensão (Proex/Ufes).

## Perfil do Egresso

Formar professores e pedagogos indígenas em nível superior num curso específico para atuarem no magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na gestão escolar e na gestão de projetos de etnodesenvolvimento do território, com qualidade fundamentada na congregação teoria e prática vinculadas aos saberes e conhecimentos pluriétnico e pluriepistêmico, encampando os seus conhecimentos interculturais. Ainda, que os professores e pedagogos possam valorizar a produção das memórias narrativas em suas cosmologias e mitos fundantes com as suas referências étnicas.

# ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

## Concepção da Organização Curricular

A organização curricular orienta-se pelas legislações educacionais vigentes, relativas à oferta de cursos de licenciatura a saber, a Resolução n. 1, de 7 de janeiro de 2015 do CNE/CP – MEC que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas e a proposta do Programa Nacional De Fomento à Equidade Na Formação De Professores Da Educação Básica PARFOR EQUIDADE EDITAL Nº 23/2023, assegurando os seguintes princípios: a formação humana e a formação profissional como elementos indissociáveis; interdisciplinaridade; contextualização; democratização; pertinência e relevância social; ética e sensibilidade afetiva e estética.

De acordo, também, com o PDI (2021-2030), foram estabelecidas diretrizes, entendidas como linhas gerais que sustentarão o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na planificação e realização de suas atividades-fim:

a assistência estudantil, como política que transversaliza o compromisso e o esforço por democratização do acesso e da permanência no ensino superior, por acessibilidade e inclusão de grupos e populações (indígenas, quilombolas, negros/as, mulheres, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e população do campo) que, historicamente, estiveram excluídos dos processos educativos desenvolvidos/realizados pelas universidades públicas e gratuitas. Destaca-se também o compromisso com a valorização dos saberes populares e tradicionais, a ser estabelecido em constante movimento dialógico com a comunidade acadêmica e a sociedade. (p.56)

Em se tratando da organização curricular considera que:

Os currículos dos cursos de graduação e de pós-graduação levam em conta a liberdade constitucional de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte e os saberes produzidos no seu interior e na sociedade, de modo a incentivar o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, abrindo espaço para que os estudantes, dentre as várias possibilidades, possam fazer escolhas que os conduzam de forma segura ao mundo do trabalho. (PDI 2021-2030, p.68).

Além disso, é compromisso da Universidade a construção de projetos pedagógicos numa perspectiva social e emancipatória, comprometida com a equidade social e com uma formação profissional humanizada e transformadora, pluriétnica, socialmente referenciada, não reprodutora das discriminações de gênero e diversidade sexual, antirracista e inclusiva, capaz de desenvolver nos estudantes a capacidade de pensar e problematizar criticamente a realidade.

Assim, no intuito de realizar a formação de professores indígenas para desempenhar a função básica do magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na gestão escolar e na gestão de projetos de etnodesenvolvimento do território, a organização curricular abrange um campo de formação básica, metodológica e prática, com aprofundamento e diversificação de estudos que propiciem, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional, relativas à formação do licenciado.

Compreende, além das aulas e dos estudos individuais e coletivos, práticas de trabalho pedagógico, como as de monitoria, de estágio curricular, de pesquisa, de extensão, de participação em eventos e em outras atividades acadêmico-científicas-culturais, que alarguem as experiências dos estudantes e consolidem a sua formação.

A proposta do Nexo Integrador, em diálogo com os Temas Contextuais, é proporcionar aos estudantes as práticas que abrangem desde a construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, até a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação. Registra-se que as disciplinas que compõe este eixo são: Projetos de Etnodesenvolvimento do

---

Território Indígena (PETI) I: identidades e práticas; Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) II: História dos povos indígenas na América Latina ; Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) III: Territórios Indígenas, Cartografia e Georeferenciamento; Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) IV: Análise e Produção Didática para Educação Escolar Indígena; V: Laboratório - Análise e produção de materiais didáticos; VI: Laboratório - Etnodesign Educacional; VII: Laboratório Intercultural: Projeto Integrador Etnoeducativo de Conclusão de Curso (PIEC); VIII: Laboratório Intercultural: Projeto Integrador Etnoeducativo de Conclusão de Curso (PIEC) II.

A Pedagogia Intercultural Indígena proposta pelo Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE EDITAL Nº 23/2023) prevê, mediante ingresso único, a oferta de 40 (quarenta) vagas destinadas a professores indígenas da rede pública da educação básica e/ou das redes de formação por alternância (o mínimo de 50% das vagas) que já atuem na área do curso sem possuir a formação adequada e, o restante para indígenas interessados nesta formação.

O tempo mínimo de integralização é de 04 (quatro) anos e o tempo máximo de integralização é de 06 (seis) anos. No TU a oferta do curso se dará no turno integral sendo que as aulas aos sábados, quando ocorrerem, somente se darão no período matutino. O curso conta com a especificidade de organização curricular por semestres cumpridos em Regime de Alternância entre Tempo Universidade (TU) e Tempo Aldeia (TA). Esta foi a maneira que encontramos para que o cumprimento da carga horária do curso possa também respeitar o funcionamento das escolas indígenas, onde está ou estará inserida a maioria dos estudantes do curso, pensando especialmente nas atividades práticas e de estágio supervisionado. Além disso, estudantes que moram em outras regiões mais longínquas ou em outros Estados, também possam participar dessa formação específica, precisando se organizar para um período de no máximo 40 dias por semestre, para os estudos do Tempo Universidade.

Diante desse escopo de atuação, os professores do curso de Pedagogia Intercultural Indígena da Universidade Federal do Espírito Santo coordenam e participam de diversos laboratórios e grupos de pesquisa e extensão, promovem eventos e seminários abarcando diversas áreas do conhecimento, a partir dos quais estarão envolvendo os estudantes em interface com os componentes curriculares do curso e comunidades indígenas. Assim, promover não só a pesquisa, mas também a aproximação cada vez maior entre a universidade e os territórios indígenas.

## Concepção

Com base em palavras da pesquisadora indígena Kovach (2015), “[...] há uma necessidade da presença indígena na academia que valorize o conhecimento indígena, para fornecer um papel de liderança a esse conhecimento. A liderança pressupõe controle autodeterminante, sem o qual as práticas assimilativas prosperam”. Então, a proposta tem como referência o fazer pesquisa com/entre povos indígenas e seus múltiplos seres, saberes e fazeres como a centralidade do trabalho, não se limitando em pensar um currículo que priorizasse outros pensamentos e necessidades que não fossem da realidade existente.

Assim, a reflexão sobre o meio pelo qual se desenvolveria a formação e sobre as práticas dos territórios, passando a ser parte do processo investigativo as diferenças culturais e epistemológicas que se apresentavam, tensionaram o currículo deste curso. E assim, a concepção de currículo proposta tem assento na experiência de pesquisadores na/com a educação escolar indígena, de modo especial do município de Aracruz, no Espírito Santo. Nesse sentido, o currículo como uma construção cultural e com diferentes sentidos vão sendo criados para a constituição do campo, em determinados momentos histórico e social, em um processo constituído de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes epistemologias. E, é nesse espaço de conflitos e lutas que a construção deste documento normativo se faz, atravessado e marcado pela diferença de ideias, concepções, discursos.

Este Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia Intercultural Indígena considera que currículo envolve um conjunto de decisões, ações, atividades acadêmicas previstas e organizadas para a

integralização do curso, com o objetivo de formação do(a) estudante, na construção de conhecimentos necessários à sua formação cidadã e profissional. Esse conceito extrapola o entendimento de currículo como uma estrutura centrada em disciplinas, como “grade curricular”, pois implica em uma prática dos territórios, o que abrange as vivências, experiências, interações, dentro do contexto no qual se configura. O currículo deve garantir a apropriação de conteúdos e modos de organizar o trabalho educativo, bem como o desenvolvimento de atitudes formativas fundamentadas no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética e política.

### Estrutura Curricular

O curso possui uma organização dividida em semestres, com uma disciplina compreendida como um Nexo Integrador e com as demais disciplinas consideradas como Temas Contextuais, de formação pedagógica específica, que vão se juntar ao Nexo Integrador no período de Tempo Aldeia, para a parte prática e transdisciplinar da formação. Assim sendo, o curso de Pedagogia Intercultural Indígena totalizará 3.200 horas (três mil e duzentas horas) de atividades, possibilitando ao estudante, após formado, atuar nos campos específicos de sua formação.

Já o circuito de atividades extraclasse é definido por um ciclo de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), que devem computar 200 (duzentas) horas ao longo da formação, mediante a realização de atividades diversas, que tenham aderência à área de formação do curso.

O ano letivo se organiza em dois semestres, sendo o primeiro semestre de Março a Julho; e, o segundo semestre de Agosto a Dezembro. Cada semestre compreende atividades de Tempo Universidade e Tempo Aldeia com diversas atividades do curso totalizando 08 (oito) semestres letivos, correspondentes a dois semestres letivos por ano, realizados em quatro anos (no mínimo).

Cada semestre está previsto para acontecer de quatro a seis semanas consecutivas. Antes do início do TU, em Março e em Agosto, acontece uma reunião coletiva entre coordenação, professores e representação de estudantes e lideranças indígenas para organização das atividades do semestre letivo que tem o Tempo Universidade iniciando no mês subsequente, Abril e Setembro, respectivamente, com uma carga horária no mínimo 315 h por semestre. Cada disciplina deverá ser desenvolvida por meio de aulas diárias com atividades de ensino, extensão e pesquisa na Universidade, totalizando 50% da carga horária do semestre letivo. Ainda, dentro de cada semestre, após o TU, inicia-se o TA que no primeiro semestre acontece entre Maio e Julho e, no segundo semestre entre Outubro e Dezembro, completando a carga horária de cada semestre letivo.

No Tempo Aldeia serão desenvolvidas as atividades de práticas pedagógicas e de projetos de extensão e pesquisa no Território, tendo o Nexo Integrador como propulsor das ações, com acompanhamento do professor e da coordenação local. Em resumo, as disciplinas do Nexo Integrador apresentam-se como segue:

Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI): que acontecem do 1º ao 4º semestre, com especificidades de assuntos em cada projeto, totalizando 300 horas;

Laboratórios: no 5º semestre, de análise e produção de materiais didáticos e no 6º semestre, de Etnodesign Educacional, somando 150 horas;

Laboratório Intercultural: acontece no 7º semestre relacionado ao Projeto Integrador Etnoeducativo de Conclusão de Curso (PIEC) I; e no 8º semestre relacionado ao Projeto Integrador Etnoeducativo de Conclusão de Curso (PIEC) II, somando 150 horas;

Além disso, com destaque, outras disciplinas com dimensão prática, seguem:

Estágio Supervisionado: acontecem do 5º ao 8º semestre, totalizando 420 horas;

Atividades extensionistas em dezoito disciplinas do currículo, que serão cumpridas por meio de participação em projetos de extensão universitária vinculados ao laboratório de extensão do curso, com programa permanente de extensão.

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC): com o mínimo exigido igual a 200 horas.

As atividades a serem desenvolvidas no Tempo Aldeia serão acompanhadas pelo professor formador e as atividades relacionadas aos estágios, terão orientação de um professor supervisor de estágio, ambas com apoio do coordenador local.

Também é importante ressaltar que as questões relacionadas à Diversidade de Gênero, à História e cultura africana e afro-brasileira e indígena, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Língua Brasileira de Sinais foram incluídas nos Temas Contextuais, tendo em vista sua pertinência com as ementas respectivas, garantindo o desenvolvimento de conexões entre os conteúdos curriculares. As temáticas também serão trabalhadas ao longo do curso exatamente pelas especificidades da Pedagogia Intercultural Indígena.

O Colegiado do Curso buscará, junto às Secretarias de Educação, a flexibilização dos calendários escolares e dos horários dos estudantes, que são professores, para garantir o apoio e valorização do desenvolvimento do curso, para que se aproximem e relacionem diferentes temporalidades e processos de ensino e aprendizagem, assim como estimulem a convivência da pluralidade no âmbito da comunidade acadêmica universitária.

Descrição	Previsto no PPC		Horária		Total		
Carga	3.200 horas						
Carga		Horária		Nexo			Integrador
	255 horas						
Carga			Horária				Optativa
	180 horas						
Carga		Horária		Temas			Contextuais
	2.035 horas						
Carga		Horária	Atividades		de		Extensão
	335 horas						
Projeto	Integrador	Etnoeducativo	de	Conclusão	de	Curso	(PIEC)
	210 horas						
Estágio							Supervisionado
	420 horas						

### Quadro Resumo da Organização Curricular

Descrição	Previsto no PPC
Carga Horária Total	3200 horas
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias	2190 horas
Carga Horária em Disciplinas Optativas	180 horas
Carga Horária de Disciplinas de Caráter Pedagógico	2035 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	210 horas
Atividades Complementares	200 horas
Estagio Supervisionado	420 horas
Turno de Oferta	Integral
Tempo Mínimo de Integralização	4.0 anos
Tempo Máximo de Integralização	6.0 anos
Carga Horária Mínima de Matrícula Semestral	315 horas
Carga Horária Máxima de Matrícula Semestral	480 horas
Número de Novos Ingressantes no 1º Semestre	0 alunos
Número de Novos Ingressantes no 2º Semestre	40 alunos
Número de Vagas de Ingressantes por Ano	40 alunos
Prática como Componente Curricular	450 horas

## Disciplinas do Currículo

### Observações:

T - Carga Horária Teórica Semestral

E - Carga Horária de Exercícios Semestral

L - Carga Horária de Laboratório Semestral

X - Carga Horária de Extensão Semestral

OB - Disciplina Obrigatória

OP - Disciplina Optativa

EC - Estágio Curricular

EL - Disciplina Eletiva

Disciplinas Obrigatórias			Carga Horária Exigida: 2190			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
1º	Centro de Educação	CE1-PROP-00050	PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM	3	60	30-30-0-0		OB
1º	Centro de Educação	CE1-PROP-00004	HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DO CONTINENTE AMERICANO	3	60	30-30-0-0		OB
1º	Centro de Educação	CE1-PROP-00003	PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA (PETI) I: IDENTIDADES E PRÁTICAS.	3	75	30-0-10-35		OB
1º	Centro de Educação	CE1-PROP-00051	ETNOLOGIA INDÍGENA	3	60	30-30-0-0		OB
1º	Centro de Educação	CE1-PROP-00001	METODOLOGIAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS INTERCULTURAIS	3	60	30-30-0-0		OB
2º	Centro de Educação	CE1-PROP-00007	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INTERCULTURALIDAD E: ETNOCONHECIMENTO E EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS	3	60	30-30-0-0		OB
2º	Centro de Educação	CE1-PROP-00009	TECNOLOGIAS E OBJETOS DIGITAIS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	2	60	0-30-30-0		OB
2º	Centro de Educação	CE1-PROP-00006	PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA (PETI) II: HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA.	3	75	30-0-10-35		OB
2º	Centro de Educação	CE1-PROP-00008	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	3	60	30-30-0-0		OB
2º	Centro de Educação	CE1-PROP-00010	LÍNGUAS MATERNAS I	3	60	30-30-0-0		OB
3º	Centro de Educação	CE1-PROP-00011	PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA (PETI) III: TERRITÓRIOS INDÍGENAS, CARTOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO.	3	75	30-0-10-35		OB
3º	Centro de	CE1-PROP-00013	COSMOLOGIAS	3	60	30-30-0-0		OB



	Educação		INDÍGENAS					
3º	Centro de Educação	CE1-PROP-00012	HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL E DO ESPÍRITO SANTO	3	60	30-30-0-0		OB
3º	Centro de Educação	CE1-PROP-00015	LÍNGUAS MATERNAS II	3	60	30-30-0-0		OB
3º	Centro de Educação	CE1-PROP-00014	CURRÍCULO INTERCULTURAL	3	60	30-30-0-0		OB
4º	Centro de Educação	CE1-PROP-00016	PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA (PETI) IV: ANÁLISE E PRODUÇÃO DIDÁTICA PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.	3	75	30-0-10-35		OB
4º	Centro de Educação	CE1-PROP-00019	METODOLOGIAS E PRÁTICAS DO ENSINO DE LÍNGUAS	2	60	30-20-0-10		OB
4º	Centro de Educação	CE1-PROP-00018	LITERATURA INDÍGENA	3	60	30-30-0-0		OB
4º	Centro de Educação	CE1-PROP-00017	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ESCOLAR) INDÍGENA NO BRASIL	3	60	30-30-0-0		OB
5º	Centro de Educação	CE1-PROP-00024	FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	3	60	30-30-0-0		OB
5º	Centro de Educação	CE1-PROP-00021	EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INFÂNCIAS INDÍGENAS	2	60	30-20-0-10		OB
5º	Centro de Educação	CE1-PROP-00023	ARTES E EDUCAÇÃO INDÍGENA	3	60	30-30-0-0		OB
5º	Centro de Educação	CE1-PROP-00020	PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA (PETI) V: LABORATÓRIO ANÁLISE E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS	3	75	30-10-0-35		OB
5º	Centro de Educação	CE1-PROP-00022	LUDICIDADE, LINGUAGENS E CULTURAS	2	60	30-20-0-10		OB
6º	Centro de Educação	CE1-PROP-00027	DIREITOS HUMANOS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	3	60	30-30-0-0		OB
6º	Centro de Educação	CE1-PROP-00026	PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA (PETI) VI LABORATÓRIO ETNODESIGN EDUCACIONAL	2	75	20-0-35-20		OB
6º	Centro de Educação	CE1-PROP-00028	METODOLOGIAS E PRÁTICAS INTERCULTURAIS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	2	60	30-20-0-10		OB



6º	Centro de Educação	CE1-PROP-00049	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	3	60	30-30-0-0		OB
7º	Centro de Educação	CE1-PROP-00034	SABERES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS EM PRÁTICAS DE SAÚDE E SUSTENTABILIDADE.	3	60	30-0-0-30		OB
7º	Centro de Educação	CE1-PROP-00035	METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO EM ETNOMATEMÁTICA	2	60	30-20-0-10		OB
7º	Centro de Educação	CE1-PROP-00033	GESTÃO EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	3	60	30-30-0-0		OB
7º	Centro de Educação	CE1-PROP-00036	METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO EM ETNOCIÊNCIAS	2	60	30-20-0-10		OB
8º	Centro de Educação	CE1-PROP-00040	METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO EM LINGUAGENS	2	60	30-20-0-10		OB
8º	Centro de Educação	CE1-PROP-00041	METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO EM HUMANIDADES	2	60	30-20-0-10		OB
8º	Centro de Educação	CE1-PROP-00039	MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	3	60	50-0-0-10		OB

Disciplinas Optativas			Carga Horária Exigida: 180				Crédito Exigido:	
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
-	Centro de Educação	CE1-PROP-00048	MATEMÁTICA, BILINGUISMO E EDUCAÇÃO	2	60	30-20-0-10		OP
-	Centro de Educação	CE1-PROP-00043	PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DA CULTURA	2	60	30-20-0-10		OP
-	Centro de Educação	CE1-PROP-00045	SABERES INDÍGENAS E DECOLONIALIDADE	2	60	30-20-0-10		OP
-	Centro de Educação	CE1-PROP-00044	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS	2	60	30-20-0-10		OP
-	Centro de Educação	CE1-PROP-00047	BEM VIVER, COSMOVISÕES E ANCESTRALIDADE	2	60	30-20-0-10		OP
-	Centro de Educação	CE1-PROP-00046	ETNICIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS	2	60	30-20-0-10		OP

02-Estágio Supervisionado			Carga Horária Exigida: 420				Crédito Exigido:	
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
5º	Centro de Educação	CE1-PROP-00025	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA	4	105	15-90-0-0		EC
6º	Centro de Educação	CE1-PROP-00029	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS	4	105	15-90-0-0		EC
7º	Centro de Educação	CE1-PROP-00037	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	4	105	15-90-0-0		EC

			NOS ANOS INICIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS					
8º	Centro de Educação	CE1-PROP- 00042	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS	4	105	15-90-0-0		OB

03-Trabalho de Conclusão de Curso			Carga Horária Exigida: 210			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
6º	Centro de Educação	CE1-PROP- 00031	PROJETO DE PIEC I	3	60	30-30-0-0		OB
7º	Centro de Educação	CE1-PROP- 00030	PROJETOS DE ETNODESENVOLVIME NTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA (PETI) VII: LABORATÓRIO INTERCULTURAL: PROJETO INTEGRADOR ETNOEDUCATIVO DE CONCLUSÃO DE CURSO (PIEC) I	2	75	20-40-15-0		OB
8º	Centro de Educação	CE1-PROP- 00038	PROJETOS DE ETNODESENVOLVIME NTO DO TERRITÓRIO INDÍGENA (PETI) VIII: LABORATÓRIO INTERCULTURAL: PROJETO INTEGRADOR ETNOEDUCATIVO DE CONCLUSÃO DE CURSO (PIEC) II	2	75	20-40-15-0		OB

## Atividades Complementares

## Equivalências

---

## **Currículo do Curso**

### **Disciplina: CE1-PROP-00050 - PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM**

#### **Ementa**

Teorias em psicologia da aprendizagem: comportamental, humanista, psicanalítica, psicogenética e histórico-cultural. Teoria das inteligências múltiplas. Inteligência emocional. Problemas de aprendizagem e educação inclusiva.

#### **Objetivos**

- Proporcionar aos estudantes a compreensão abrangente dos processos psicológicos envolvidos na aprendizagem, incluindo percepção, memória, atenção, motivação e cognição.
- Explorar e analisar as principais teorias da aprendizagem, como o behaviorismo, cognitivismo, construtivismo e teorias socioculturais, e entender como essas teorias influenciam a prática educacional.
- Estimular a reflexão crítica sobre práticas educacionais tradicionais e inovadoras à luz dos conhecimentos em psicologia da aprendizagem, visando aprimorar a eficácia do processo educativo.

#### **Bibliografia Básica**

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O. e TEIXEIRA, M.L.T. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2006  
SANTOS, M.S.dos; XAVIER, A.S.; NUNES, A.I.B. Psicologia do desenvolvimento teorias e temas contemporâneos. Brasília: Liber Livro, 2009.  
COLL, César. ( et all.) O construtivismo na sala de aula. 6.ed. São Paulo: Ática, 2009.

#### **Bibliografia Complementar**

ARAÚJO, C.M.M. (org.) Psicologia escolar: pesquisa e intervenção. Em aberto, Brasília, v. 23, n. 83, março de 2010. INEP . Ministério da Educação.  
DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma. Psicologia na Educação. 2 ed. São Paulo: Cortez,  
GOLEMAN, Daniel. Trabalhando com a inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.  
GOULART, Iris Barbosa. Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor. 21. Ed Rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.  
MOREIRA, Marco Antonio. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.  
VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem 10 ed. São Paulo: Ícone, 2006.

### **Disciplina: CE1-PROP-00004 - HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DO**

#### **Ementa**

Análise panorâmica de temas da história americana pré-colombiana e colonial. Modos de vida e ocupação territorial dos povos ameríndios no período pré-colonial, com ênfase nos povos tupi. A conquista e a colonização: a invasão do território, a dominação física e espiritual dos povos indígenas e suas formas de resistência. A colonização na era mercantilista; O sistema colonial e suas modalidades: a colonização espanhola, francesa e inglesa; a Indo-América e a Afro-América. As estruturas econômico-sociais e político-administrativas da América Colonial. As estruturas ideológicas da dominação: a Igreja e a colonização.

#### **Objetivos**

- Proporcionar aos estudantes a compreensão da cronologia da ocupação pré-histórica do continente americano, incluindo os principais eventos, períodos e migrações das populações humanas.
- Explorar as diferentes culturas pré-históricas que habitaram o continente americano, incluindo suas tecnologias, práticas sociais, sistemas de crenças, economias e modos de subsistência.
- Discutir as teorias e hipóteses sobre a colonização do continente americano, incluindo o debate sobre as rotas de migração, origem das populações humanas, e as evidências arqueológicas e genéticas relacionadas.

- Refletir sobre questões controversas e debates na pesquisa sobre a ocupação pré-histórica do continente americano, como a extinção da megafauna, interações entre grupos humanos, e interpretações de sítios arqueológicos.

### **Bibliografia Básica**

MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In A temática indígena na escola - novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "A história em outros termos: palavras indígenas". In: C. A. Ricardo. Povos Indígenas no Brasil (1996-2000). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

### **Bibliografia Complementar**

EISENBERG, José. As Missões Jesuíticas e o Pensamento Moderno. Encontros culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Zahar, 2000.

GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário. Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NOELLI, Francisco Silva. "As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi". Revista de antropologia (1996): 7-53.

SOUSTELLE, Jacques. Os astecas na véspera da Conquista espanhola. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

## **Disciplina: CE1-PROP-00003 - PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO**

### **Ementa**

Tempo Universidade: Integração dos temas do tempo aldeia a cada uma das disciplinas do semestre letivo.

Tempo aldeia : Cultura, trabalho e território. Memórias, histórias e vivências. Cartografia social (Dimensões físicas, de infraestruturas, econômicas, políticas e sociais dos territórios).

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### **Objetivos**

- Integrar os saberes acadêmicos aos saberes vivenciais de forma transdisciplinar;
- Potencializar o pertencimento e a integração entre professores cursistas e seus territórios por meio da cartografia social;
- Propor a criação de projetos de intervenção na perspectiva transdisciplinar.
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

### **Bibliografia Básica**

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade . In: FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise; ClAVATTA, Maria (org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : Saberes necessários à prática educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, Carlos M. Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

### **Bibliografia Complementar**

---

BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores . São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica . Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: Acesso em: 29.nov.2023.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Capital: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MEJÍA, Marco Raúl. Aprofundar na Educação Popular para construir uma globalização desde o sul. In: UNESCO. Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas. Brasília: Unesco, MEC, CEAAL, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação : fundamentos ontológicos e históricos. RBE, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

## **Disciplina: CE1-PROP-00051 - ETNOLOGIA INDÍGENA**

### **Ementa**

Os múltiplos processos identitários e a etnicidade. Relações e conflitos interétnicos. Etnocentrismo e racismos. Problematisando noções de raça, cultura e identidade. Políticas mono, multi e intercultural e avanços jurídicos (Lei 10.639/2003 e outras).

### **Objetivos**

- Proporcionar aos estudantes a compreensão da diversidade cultural dos povos originários, incluindo suas línguas, crenças, práticas sociais, sistemas de parentesco, economias e cosmovisões.
- Analisar as estruturas sociais e políticas das comunidades indígenas, incluindo as formas de organização social, sistemas de liderança, tomada de decisão e mecanismos de resolução de conflitos.
- Analisar as transformações históricas enfrentadas pelos povos originários, incluindo processos de colonização, assimilação cultural, deslocamento forçado, resistência e revitalização cultural.
- Refletir sobre os métodos de pesquisa utilizados na etnologia indígena, incluindo abordagens participativas, colaborativas e éticas, que valorizem os conhecimentos e perspectivas das próprias comunidades indígenas.

### **Bibliografia Básica**

BARTH, F. "Os Grupos étnicos e suas fronteiras". In: O Guru, o Iniciador e Outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p-25-67, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados, v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade étnica, identificação e manipulação. Sociedade e cultura, v. 6, n. 2, 2007.

### **Bibliografia Complementar**

BANIWA, Gersem Luciano. Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena. Diversidade Cultural, da proteção à promoção. Belo Horizonte. Ed. Autentica, 2008.

BARRETTO, Henyo Trindade Filho. Sociedades indígenas: a diversidade cultural contemporânea no Brasil. Brasília: FUNAI, 1996.

LIMA Antonio Carlos de Souza. Diversidade cultural e política indigenista no Brasil. Tellus, nº 3, Campo Grande, (2002).

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos "Índios Misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana, 4:1, 1998, pp. 47-77.

VIVEIROS de Castro, Eduardo. "No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é". In: Eduardo Viveiros de Castro: Entrevistas. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00001 - METODOLOGIAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM****Ementa**

A pesquisa educacional como parte das pesquisas sociais: a. Pesquisar vai além de medir: diferenças conceituais, aplicações e pressupostos inerentes aos conceitos de quantitativo e qualitativo em pesquisas educacionais; b. Avanços e limites inerentes aos ditames das pesquisas tradicionais denominadas como 'qualitativas'. As fases da pesquisa de campo em pesquisas educacionais: a. Definindo o objeto de estudo; b. Elaboração de marco teórico; c. Instrumental Teórico-Metodológico para o desenvolvimento de pesquisas de campo: etnografia, pesquisa participante, pesquisa ação, estudo de caso, histórias de vida, narrativas, autobiografia, pesquisas com imagens e corporeidade, catalogação de bens culturais; d. Seleção e análise de fontes primárias ou secundárias para a pesquisa; e. Instrumentos e métodos de construção de dados para o desenvolvimento de pesquisas educacionais; f. Instrumentos e métodos de análise de dados para o desenvolvimento de pesquisas educacionais e o uso do caderno de realidade; g. Apresentação de resultados de pesquisa. O desenvolvimento de pesquisas educacionais subsidiadas pelos referenciais teóricos da Educação Multicultural: a. Desenvolvimento, acompanhamento e apresentação de projetos da educação intercultural desenvolvidos nas realidades docentes a partir do caderno de realidade.

**Objetivos**

- Reconhecer a Pesquisa Educacional como um processo cujo movimento expressa sentidos e significados historicamente constituídos a partir de diferentes concepções acerca do papel da escola em uma sociedade marcada por opressões de gênero, raça e classe, entre outras;
- Tecer reflexões acerca do papel da pesquisa educacional na educação intercultural enquanto um movimento de superação do lugar academicamente constituído pela produção de saberes tradicionalmente impostos às populações subalternizadas na sociedade capitalista;
- Reconhecer o papel dos projetos de educação intercultural como instrumentos importantes no acesso, permanência e êxito de estudantes na Educação Básica.

**Bibliografia Básica**

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais: construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.  
LUCIANO, Gersem J. S. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Coleção Educação para todos. Brasília: MEC/Secad; LACED/Museu Nacional. 2006.  
SOUZA, H.; CALEFFE, L. G. Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

**Bibliografia Complementar**

ALTMANN, Lori; ZWETSCH, Roberto Ervino. Interculturalidade como espaço de construção de relações interétnicas decoloniais: reflexões a partir de projeto de extensão em escolas públicas. Expressa Extensão. ISSN 2358-8195, v. 26, n. 3, p. 93-103, SET-DEZ, 2021.  
FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios educacionais nas fronteiras da democracia: aprender com a reexistência dos povos ancestrais de Abya Yala. Encontros Teológicos. Florianópolis. v.36, n.3 p. 639-660 Set.-Dez. 2021;  
MARQUES, W. O quantitativo e o qualitativo na pesquisa educacional. Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior. v. 2. n.3 p. 19 - 23. 1997.  
MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.  
SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Silvio Sanchez (org). Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade. 8 ed. São Paulo. Cortez, 2013.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00007 - PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E**

**Ementa**

Tradições de conhecimento (mitologia, filosofia, ciência) e suas relações históricas. Dominação e assimetria, interdependência e diálogo entre diferentes formas de produção e aplicação do conhecimento. A interculturalidade: desafio político - pedagógico e orientações teórico metodológicas.

**Objetivos**

- Ampliar os estudos e discussões sobre o etnoconhecimento indígena como uma forma legítima de produção de conhecimento, destacando sua riqueza, diversidade e relevância para a compreensão e resolução de questões contemporâneas.
- Promover o diálogo intercultural entre epistemologias indígenas e epistemologias ocidentais por meio de troca equitativa de conhecimentos, perspectivas e práticas entre diferentes tradições de sabedorias populares.
- Analisar estudos de caso e exemplos concretos de como o etnoconhecimento e as epistemologias indígenas têm sido aplicados em diversas áreas, como educação, saúde, meio ambiente e justiça social.

**Bibliografia Básica**

FLUERI, Reinaldo Matias (org.) Educação Intercultural: mediações necessárias. Porto Alegre DP&A, 2003.

MONTE, Nietta Lindenberg. Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais. Cadernos de pesquisa 111 (2000): 7-29.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de ; CANDAU, Vera Maria Ferrão . Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil . Educação em Revista . Belo Horizonte. V. 26. N.01. Abr.2010. p.15-40.

**Bibliografia Complementar**

COLLET, Celia Leticia Gouvêa. Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico. In: GRUPIONI, L. Donisete Benzi. Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília SECADI/MEC, 2006.

DE PAULA, Eunice Dias. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. Cadernos Cedes, ano XIX 19.49 (1999): 88.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "O encontro do mito e da ciência", "Pensamento primitivo" e Mente civilizada". In. Mito e Significado. Lisboa: Edições 70, 1978. pp. 17-39.

MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

TEAO, Kalna Mareto. Arandu Renda Reko: a vida da escola guarani Mbya. Espaço Ameríndio 2.2 (2008): 83.



## **Disciplina: CE1-PROP-00009 - TECNOLOGIAS E OBJETOS DIGITAIS DE ENSINO E**

### **Ementa**

Tecnologia e vida social dos povos. O impacto da tecnologia na cultura. As tecnologias e as transformações nos modos de produzir, viver, sentir, perceber e pensar das sociedades indígenas. Fronteiras entre a técnica e a política, a natureza e a cultura, segundo diferentes grupos e povos. Tecnologia e transmissão de conhecimento em sociedades indígenas e não indígenas.

### **Objetivos**

- Explorar as tecnologias digitais disponíveis e suas potenciais aplicações na educação escolar indígena, incluindo computadores, dispositivos móveis, internet, softwares educacionais e objetos digitais de aprendizagem.
- Promover a integração entre tecnologia e cultura na educação indígena, valorizando e fortalecendo os conhecimentos tradicionais, práticas culturais e línguas maternas das comunidades indígenas por meio de recursos digitais.
- Avaliar e monitorar o impacto das tecnologias e objetos digitais de ensino e aprendizagem na educação escolar indígena, identificando boas práticas, desafios e oportunidades de melhoria contínua considerando as limitações de infraestrutura, recursos financeiros e questões ambientais nas comunidades indígenas.

### **Bibliografia Básica**

ARAÚJO, Hermes Reis de. *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

DE LARGY HEALY, Jessica. Do trabalho de campo ao arquivo digital: performance, interação e Terra de Arnhem, Austrália. *Horiz. antropol.*, Jun 2004, vol.10, no.21, p.67-95. ISSN 0104-7183.

LEVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. SP: Papirus, 1989.

### **Bibliografia Complementar**

FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine. *Ciências na Vida: antropologia da ciência em perspectiva*. SP: Editora Terceiro Nome.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

MURA, Fabio. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia. *Horizontes Antropológicos*, v. 17, n. 36, p. 95-125, 2011.

TADEU DA SILVA, T. (org.). *Antropologia do ciborgue*. BH: Autêntica, 2000. TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. SP: Cosac Naify, 200

SAHLINS, M. A sociedade afluente original (1972). In: *Cultura na prática*. RJ: Editora UFRJ, 2007, p. 105-152

## **Disciplina: CE1-PROP-00006 - PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO**

### **Ementa**

Tempo Universidade: Integração dos temas do tempo aldeia a cada uma das disciplinas do semestre letivo.

Tempo aldeia : Culturas indígenas latino-americanas. Sociedades plurais. Multiculturalismo. Resistências indígenas. Cartografia social (Dimensões físicas, de infraestruturas, econômicas, políticas e sociais dos territórios).

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### **Objetivos**

- Realizar a cartografia social dos territórios dos povos originários latino-americanos, suas vivências e resistências;
- Compreender a relação entre multiculturalismo e sociedades plurais;
- Identificar processos históricos de resistências indígenas na América Latina.
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes



tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;

Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais

### **Bibliografia Básica**

BÁRCENAS, Francisco López. Autonomías indígenas en América: de la demanda de reconocimiento a su construcción. 2008. Disponível em <https://www.cetri.be/Autonomias-Indigenas-en-America-de?lang=fr> .

Acessado em 29 nov. 2023.

LIMA, A. C. S.; CARVALHO, L. F. S. Interculturalidade(S) : Das Retóricas Às Práticas. Uma Apresentação. IN: LIMA, A. C. S.; CARVALHO, L. F. S.; RIBEIRO, G. L. (org.). Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contra Capa, 2018.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização : do pensamento único à consciência universal. 29ªed. Rio de Janeiro:Record, 2019

### **Bibliografia Complementar**

ACOSTA, Luis Beltran. El pensamiento revolucionario del Cacique Guaicaipuro. Caracas: Ediciones Akurima. 2008.

EISENBERG, José. As Missões Jesuíticas e o Pensamento Moderno. Encontros culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Zahar, 2000.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. in A temática indígena na escola - novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NOELLI, Francisco Silva. "As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi". Revista de antropologia (1996): 7-53.

PEROTA, Celso. Os Tupiniquim no Espírito Santo, CS, UFES, 1981.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "A história em outros termos: palavras indígenas". In: C. A. Ricardo. Povos Indígenas no Brasil (1996-2000). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

## **Disciplina: CE1-PROP-00008 - POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E**

### **Ementa**

Análise e reflexão crítica da realidade da escola indígena. Ação educativa com a pesquisa e intervenção pedagógica frente as leituras e ações possíveis no contexto educacional nas escolas indígenas. Delineamento de projetos de intervenção e ações..

### **Objetivos**

- Estudar as políticas educacionais, estruturas e organizações educacionais envolvidas na gestão e implementação da educação básica em contextos não indígenas e da educação escolar indígena, incluindo sistemas de ensino, secretarias de educação, órgãos governamentais e organizações não governamentais incluindo suas origens, evolução e impactos nas comunidades.

- Promover a autonomia e autodeterminação das comunidades indígenas na gestão e implementação de suas próprias políticas e práticas educacionais, respeitando suas línguas, culturas, conhecimentos e formas de organização social.

- Desenvolver estratégias inclusivas e participativas para a promoção da educação escolar indígena, envolvendo as comunidades indígenas, educadores, gestores educacionais, governos e outros atores relevantes no processo decisório e na implementação de políticas educacionais sensíveis às suas necessidades e realidades.

### **Bibliografia Básica**

BEHRING, E. R. Capitalismo, liberalismo e origens. In: Política Social: fundamentos e história. 6ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

CIAVATTA, M. A; RAMOS, M. A "era das Diretrizes": a disputa do projeto de educação pelos mais pobres. Revista Brasileira de Educação. v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012.

CHAUÍ, Marilena Público, Privado e Despotismo In: NOVAIS, Adauto (Org). Ética. Companhia

dasletras, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

CURY, J. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação e Sociedade. Campinas, SP. V.28, n. 100 - especial. p. 831 - 855, out. 2007.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LEI 9.394/1996.

SILVA, M. A.; CUNHA, C. da (Orgs.) Educação Básica: políticas, avanços e pendências. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (Coleção Políticas Públicas de Educação).

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Federalismo e formação profissional: por um sistema unitário e plural. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 6, n. 10, p. 211-225, jan./jun. 2012. Disponível em: . Acesso em 20 set. 2016.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Mari Alayde Alcantara (Orgs.). História da educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção. Vitória: EDUFES, 2014.

## **Disciplina: CE1-PROP-00010 - LÍNGUAS MATERNAS I**

### **Ementa**

Políticas linguísticas, mecanismos de manutenção, desenvolvimento e revitalização das línguas indígenas em contextos bilíngues e interculturais. O papel do professor de língua no processo de apropriação das línguas maternas e adicionais em contexto escolar indígena. Hibridismo nos processos de leitura, produção e circulação de gêneros orais e escritos em contextos escolares indígenas.

### **Objetivos**

- Promover a preservação, revitalização e valorização das línguas maternas indígenas como parte essencial do patrimônio cultural, imaterial e das identidades das comunidades indígenas.
- Integrar as línguas maternas indígenas no currículo escolar, reconhecendo-as como base cultural para o ensino e aprendizagem em todos os níveis e etapas da educação formal.
- Promover o multilinguismo como uma prática positiva e enriquecedora nas comunidades indígenas, reconhecendo a importância de conhecer e valorizar múltiplas línguas e culturas.

### **Bibliografia Básica**

CUNHA, Rodrigo Bastos. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. In: Educar (Curitiba), n. 32, p. 143-159, 2008.

HENTZ, Maria Izabel de Bortoli. Formando professores indígenas: o direito à língua como ação política. In: Fórum Linguístico (Florianópolis), v. 10, n. 4, p. 279-290, out./dez. 2013.

PIMENTEL da SILVA, M. S. "A educação na revitalização da língua e da cultura Karajá na aldeia de Buridina". Revista do Museu Antropológico. Goiânia, v. 1, n. 1, 2000. p. 65-73.

### **Bibliografia Complementar**

ALFARO, Consuelo. As políticas linguísticas e as línguas ameríndias. Liames, n. 1, p. 31-41, 2001.

BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: Estudos linguísticos e literários (Salvador), v. 19, p. 65-84, 1997.

FREIRE, B. R. J.; ROSA, C. M. (Org.). Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

ORLANDI, E. P. (Org.). Política Linguística na América Latina. Campinas: Pontes, 1988.

TARALLO, F.; ALKMIM, T. Falares crioulos. Línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00011 - PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO**

**Ementa**

Tempo Universidade: Integração dos temas do tempo aldeia a cada uma das disciplinas do semestre letivo.

Tempo aldeia : Cartografia social (Dimensões físicas, de infraestruturas, econômicas, políticas e sociais dos territórios), georreferenciamento e conflitos territoriais. Lideranças indígenas e lutas territoriais.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Explorar a cartografia indígena como uma forma de representação espacial dos territórios indígenas, reconhecendo suas características particulares, símbolos, linguagens e sistemas de representação, assim como sua importância na gestão territorial e na defesa dos direitos indígenas.
- Analisar a legislação e as políticas territoriais relacionadas aos territórios indígenas, tanto no contexto nacional quanto internacional, incluindo a Constituição Federal, a Convenção 169 da OIT e outras normativas relevantes, assim como os desafios e avanços na garantia dos direitos territoriais indígenas.
- Explorar e promover o mapeamento participativo como uma abordagem inclusiva e colaborativa para o conhecimento e gestão dos territórios indígenas, envolvendo as comunidades indígenas no processo de coleta, análise e representação de dados territoriais.
- Estimular o diálogo interdisciplinar entre as áreas de cartografia, geografia, antropologia, direito e outras disciplinas relevantes para uma compreensão holística dos territórios indígenas e dos desafios relacionados à sua proteção e manejo.
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

**Bibliografia Básica**

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, MEC, 2006.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Schwarcz, 2019.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019

**Bibliografia Complementar**

ACOSTA, Luis Beltran. El pensamiento revolucionario del Cacique Guaicaipuro. Caracas: Ediciones Akurima. 2008.

BRAND, A. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. 1998. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre: PUC/RS, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: Acesso em: 29.nov.2023.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica/ Amado Luiz Cervo. Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2007

MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001

---

**Disciplina: CE1-PROP-00013 - COSMOLOGIAS INDÍGENAS**

**Ementa**

As narrativas históricas e mitológicas indígenas. As diferentes concepções de homem, natureza e sociedade nas cosmologias indígenas. As várias concepções para a relação entre natureza/cultura/sobrenatureza.

**Objetivos**

- Promover estudos acerca das diferentes cosmologias indígenas presentes em diversas culturas ao redor do mundo, incluindo suas visões sobre a origem do universo, a relação entre seres humanos e natureza, o papel dos ancestrais e dos espíritos, e concepções de tempo e espaço.
- Contextualizar as cosmologias indígenas dentro de seus contextos históricos, culturais, geográficos e sociais específicos, reconhecendo a diversidade de tradições e a influência de fatores externos, como o contato com outras culturas e processos de colonização.
- Valorizar e reconhecer a sabedoria ancestral presente nas cosmologias indígenas, destacando sua importância como fonte de conhecimento sobre a relação harmoniosa entre seres humanos, meio ambiente e esferas espirituais.
- Estimular uma reflexão crítica sobre as representações das cosmologias indígenas na mídia, na academia e na sociedade em geral, combatendo estereótipos, preconceitos e visões exotizadas e promovendo uma compreensão mais autêntica e respeitosa dessas tradições.

**Bibliografia Básica**

AFONSO, Germano Bruno. As constelações indígenas brasileiras. Observatórios Virtuais (2006).  
DE MELLO, Flávia Cristina, SOARES Jules Batista, KERBER Leandro de Oliveira. Astronomia e educação intercultural: experiências no ensino de astronomia e ciências em escolas indígenas. Simpósio Nacional de Educação em Astronomia – Rio de Janeiro – 2011.  
SEVERINO Filho, João, JANUÁRIO Elias R. da Silva. Os marcadores de tempos indígenas e a etnomatemática: a pluralidade epistemológica da ciência.(37-70). Zetetiké: Revista de Educação Matemática 19.35 (2011).

**Bibliografia Complementar**

AFONSO, Germano (2006) Astronomia Indígena. In Educação Escolar Indígena – Cadernos Temáticos. Secretaria de Estado de Educação. DEF/CEEI, Curitiba.  
BARBOSA, Priscila Faulhaber. Curt Nimuendaju, o conhecimento do céu ticuna/magütae a observação do céu. I Simpósio Nacional de Educação em Astronomia–Rio de Janeiro–2011, pp.1-9.  
CADOGAN, Leon [1949] (1987) AyvuRapita. Revista de Antropologia. São Paulo: EdUSP.  
CAMPOS, M. Sociedades e Natureza: Da etnociência à etnografia de saberes e técnicas. <http://www.sulear.com.br/texto04>.(1995).  
MELLO, Flávia C. de.; SOARES, J. B. e KERBER, L. O. (2011) Reflexões sobre Etnoastronomia Guarani. Trabalho apresentado no IX Simpósio Internacional Oxford sobre Arqueoastronomia,Lima.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00012 - HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL E**

**Ementa**

Movimentos indígenas no Brasil e no Espírito Santo: contextos de emergência, trajetórias e conquistas. Da Colônia ao Império: o Diretório dos Índios, a Constituição de 1823, a Lei das terras de 1850. Terra, trabalho, colonização e resistência indígena no Brasil e no Espírito Santo. O lugar dos indígenas na construção da identidade nacional.

**Objetivos**

- Mapear a história das populações indígenas do Brasil e no Espírito Santo, desde os períodos pré-coloniais até os dias atuais, destacando suas culturas, sociedades, modos de vida, resistência e transformações ao longo do tempo.
- Refletir sobre as questões de identidade e pertencimento das populações indígenas do Brasil e do Espírito Santo, considerando as diferentes formas de auto identificação, as narrativas históricas e as lutas pela afirmação e reconhecimento de direitos indígenas.
- Discutir as políticas indigenistas adotadas no Brasil e no Espírito Santo ao longo da história, incluindo políticas de integração, proteção, tutela, demarcação de terras indígenas e políticas de saúde e educação indígena.
- Promover o diálogo intercultural entre as populações indígenas, pesquisadores, educadores e a sociedade em geral, visando o reconhecimento, respeito e valorização da diversidade cultural e dos conhecimentos indígenas.

**Bibliografia Básica**

ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida (orgs.), *Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte Amazônico*, São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

**Bibliografia Complementar**

MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní Conquistado y Reducido*. Asunción, Universidad Católica, 1988, pp. 93-120.

MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

MOREIRA, Vania Maria Losada. *Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX*. UFES, História, 2002. \_\_\_\_\_. "Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850". *Revista Brasileira de História* 22.43 (2002): 153-169.

TEAO, Kalna Mareto. *Arandu Renda Reko: a vida da escola guarani Mbya*. Espaço Ameríndio 2.2 (2008): 83.

SCHUBERT, Arlete. M.P. *Lutas territoriais Tupinikim. Saberes e lugares conhecidos*. Editora Universidade Federal do Espírito Santo.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00015 - LÍNGUAS MATERNAS II**

**Ementa**

Línguas indígenas: conceituações e múltiplas possibilidades de inserção. As inserções genética, areal, tipológica, cultural, social e política

**Objetivos**

- Desenvolver a proficiência linguística dos estudantes nas línguas maternas indígenas, incluindo habilidades de compreensão oral, expressão oral, leitura e escrita.
- Fortalecer a identidade cultural dos estudantes por meio do domínio e uso ativo das línguas maternas indígenas, conectando-os com suas tradições, valores, conhecimentos e formas de expressão cultural.
- Desenvolver materiais e recursos linguísticos adequados e culturalmente relevantes para o ensino e aprendizagem das línguas maternas indígenas, incluindo livros didáticos, materiais audiovisuais, jogos educacionais e aplicativos de aprendizagem.
- Promover o envolvimento ativo da comunidade na promoção e revitalização das línguas maternas indígenas, incluindo pais, líderes comunitários, anciãos e outros membros da comunidade, como guardiões do conhecimento linguístico e cultural.

**Bibliografia Básica**

CUNHA, Rodrigo Bastos. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. In: Educar (Curitiba), n. 32, p. 143-159, 2008.

HENTZ, Maria Izabel de Bortoli. Formando professores indígenas: o direito à língua como ação política. In: Fórum Linguístico (Florianópolis), v. 10, n. 4, p. 279-290, out./dez. 2013.

PIMENTEL da SILVA, M. S. "A educação na revitalização da língua e da cultura Karajá na aldeia de Buridina". Revista do Museu Antropológico. Goiânia, v. 1, n. 1, 2000. p. 65-73.

**Bibliografia Complementar**

ALFARO, Consuelo. As políticas linguísticas e as línguas ameríndias. Liames, n. 1, p. 31-41, 2001.

BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: Estudos linguísticos e literários (Salvador), v. 19, p. 65-84, 1997.

FREIRE, B. R. J.; ROSA, C. M. (Org.). Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

ORLANDI, E. P. (Org.). Política Linguística na América Latina. Campinas: Pontes, 1988.

TARALLO, F.; ALKMIM, T. Falares crioulos. Línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987.

**Disciplina: CE1-PROP-00014 - CURRÍCULO INTERCULTURAL**

**Ementa**

Currículos, culturas e práticas: concepções curriculares. Teorias curriculares. Currículo, saberes indígenas e conhecimento escolar. Currículo: etnia, raça e nação e implicações. Currículo intercultural. Currículos, tecnologias e desafios: saberes ancestrais e contemporâneos.

**Objetivos**

- Analisar criticamente as políticas educacionais relacionadas ao currículo intercultural, identificando seus objetivos, abordagens, desafios e implicações para a promoção da equidade e da diversidade cultural.
- Desenvolver as competências necessárias para a concepção, implementação e avaliação de currículos interculturais, considerando as necessidades, interesses e contextos culturais dos estudantes.
- Promover a integração de perspectivas culturais diversas nos currículos escolares, reconhecendo e valorizando a pluralidade de identidades, histórias, conhecimentos e expressões culturais presentes na sociedade.
- Desenvolver práticas pedagógicas que promovam a interação, a reflexão crítica e a aprendizagem colaborativa entre estudantes de diferentes origens culturais, favorecendo o



desenvolvimento de competências interculturais.

### **Bibliografia Básica**

ANDRADE, Marcelo (org.). A diferença que desafia a escola: a prática pedagógica e a perspectiva intercultural; Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

CANDAU, Vera Maria. Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências. São Paulo: Novamerica e Apoená, 2020.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz. O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos; Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

### **Bibliografia Complementar**

APPLE, M. W, Educação e poder, Porto Alegre : Artes Médicas, 1989. \_\_\_\_\_ Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 1982. FORQUIN, J. C. Escola e Cultura. Aas bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar (1987). Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CANDAU, Vera Maria (Org.). Interculturalizar, decolonizar, democratizar: uma educação "outra"? 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia. 48ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 48ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002a. 325p.

\_\_\_\_\_, Os Professores enquanto sujeitos do conhecimento: subjetividade, prática e saberes no magistério. In: CANDAU, Vera. M. (Org). Didática, Currículo e Saberes Escolares. X Endipe. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b, pp. 112 -128.

## **Disciplina: CE1-PROP-00016 - PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO**

### **Ementa**

Tempo Universidade: Integração dos temas do tempo aldeia a cada uma das disciplinas do semestre letivo.

Tempo comunidade : Abordagens teórico-metodológicas na Educação Escolar indígena: concepções indígenas sobre gerações, suas relações e processos de ensino e aprendizagem. Cartografia social (Dimensões físicas, de infraestruturas, econômicas, políticas e sociais dos territórios).

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### **Objetivos**

- Potencializar a produção de materiais didáticos culturalmente relevantes e contextualizados para a educação escolar indígena, considerando as línguas, culturas, tradições e contextos específicos das comunidades indígenas.

- Valorizar e integrar a oralidade e o conhecimento tradicional das comunidades indígenas no processo de produção e transmissão de conhecimentos na educação escolar, reconhecendo sua importância como fonte de sabedoria e identidade cultural.

- Promover o fortalecimento da identidade cultural e da autoestima dos estudantes indígenas por meio de materiais didáticos e práticas pedagógicas que reflitam e valorizem suas línguas, culturas, histórias e modos de vida.

- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;

- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

### **Bibliografia Básica**

BARROS, AM, CASTRO, RP. Ara reko: memória e temporalidade Guarani; aldeias Itaxi, Araponga, Sapukai, Rio Pequeno. E-papers, 2005.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. América(1992).

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019

### **Bibliografia Complementar**

BRAND, A. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. 1998. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre: PUC/RS, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: Acesso em: 29.nov.2023.

CAVALCANTI, Marilda. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minoria lingüística no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/JcJDbkyVZxZPHnJXJrDyWYn/>. Acesso em 30 nov. 2023.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica/ Amado Luiz Cervo. Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2007

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

## **Disciplina: CE1-PROP-00019 - METODOLOGIAS E PRÁTICAS DO ENSINO DE LÍNGUAS**

### **Ementa**

Tendências, bases legais e objetivos do ensino de línguas. Concepções indígenas sobre a língua materna, modalidades de expressão e formas de transmissão. Concepções de linguagem, língua, texto, leitura, produção de texto, prática de ensino. Fundamentação teórica e metodológica para o ensino, nas modalidades oral e escrita, a partir da diversidade de gêneros e tipologias textuais. Planejamento e elaboração de materiais e procedimentos didáticos e de sistemáticas de avaliação da aprendizagem da língua materna. Análise de material didático. Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina

### **Objetivos**

- Proporcionar aos estudante a compreensão dos fundamentos teóricos do ensino de línguas, incluindo abordagens metodológicas, teorias de aprendizagem, linguística aplicada e psicologia educacional.
- Promover ações educacionais a partir de diferentes abordagens pedagógicas no ensino de línguas, como o método comunicativo, abordagens baseadas em tarefas, aprendizagem cooperativa, abordagens por gêneros textuais, entre outras, e suas aplicações práticas no contexto educacional.
- Explorar e incorporar o uso de tecnologias educacionais, recursos digitais e ferramentas online no ensino de línguas, visando enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, promover a inclusão digital e estimular a autonomia dos estudantes.
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

### **Bibliografia Básica**



BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 51. ed. São Paulo: Loyola, 2009.  
BAKHTIN, Mikhail M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.  
MELIA, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.

### **Bibliografia Complementar**

ANDRADE, Luiza. Planejar é preciso. A importância dos registros. In: Revista Nova Escola. São Paulo: Ed. Abril, jan/fev.2009, p. 74.  
BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral I. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.  
CHOMSKY, Noam. Linguagem e pensamento. 4. ed. -. Petropolis: Vozes, 1977.  
KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura. Teoria e prática. 3ª edição. Campinas: Pontes, 1995.  
MAHER, T. M. A criança Indígena: do falar materno ao falar “emprestado” In: A.L.G. de Faria e S. A. Mello (orgs.). Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

## **Disciplina: CE1-PROP-00018 - LITERATURA INDÍGENA**

### **Ementa**

Literatura oral, escrita, visual ou multissemiótica/multimodal: historicidade e produção de sentidos. Discurso, dialogia e polifonia no texto literário indígena e indigenista. Literaturas indígenas: alteridade, identidades, memória e sociedade. Múltiplos gêneros das literaturas indígenas e indigenistas. Literatura brasileira de temática indígena: estereótipos coloniais e a auto representação indígena. Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Objetivos**

- Proporcionar aos estudantes o conhecimento e apreciação das narrativas indígenas, explorando sua diversidade temática, estilos narrativos, simbolismos e suas contribuições para a compreensão da cosmovisão e identidade das comunidades indígenas.
- Contextualizar as obras literárias indígenas dentro de seus contextos históricos, culturais, sociais e políticos específicos, destacando suas conexões com as tradições orais, práticas rituais, modos de vida e lutas por reconhecimento e direitos.
- Desenvolver habilidades críticas para analisar representações indígenas na literatura, mídia e outras formas de expressão cultural, identificando estereótipos, preconceitos e discursos coloniais, e promovendo uma representação mais autêntica e respeitosa das culturas indígenas.
- Explorar uma variedade de gêneros e formas literárias presentes nas culturas indígenas, incluindo mitologia, contos, poesia, teatro, crônicas e literatura contemporânea, ampliando o repertório literário dos estudantes e sua compreensão da diversidade literária indígena.

### **Bibliografia Básica**

ALMEIDA, Maria Inês de. Ensaios sobre a literatura indígena contemporânea no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 228 p. (Tese de Doutorado)  
BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.  
COUTINHO, Afrânio. O processo de descolonização literária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

### **Bibliografia Complementar**

ALMEIDA, Maria Inês de. Desocidentada: experiência literária em terra indígena. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.  
BEZERRA, Paulo. Gonçalves Dias: o resgate do nacional. In: HELENA, Lucia (Org.). Nação-invenção: ensaios sobre o nacional em tempos de globalização. Rio de Janeiro: contra capa, CNPQ, 2004.  
CAMPOS, Haroldo de. “Iracema: uma arqueografia de vanguarda”. In. Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.  
CANDIDO, Antonio. A Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos). Rio de Janeiro:

---

Ouro sobre o azul, 2006.

RICUPERO, Bernardo. O Romantismo e a idéia de nação no Brasil, 1830-1870. Prefácio de CéliaN. Galvão Quirino. São Paulo: Livraria Editora Martins Fontes, 2004.

## **Disciplina: CE1-PROP-00017 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ESCOLAR) INDÍGENA NO**

### **Ementa**

Resgate histórico das lutas educacionais pelos povos indígenas. As diferentes perspectivas e inovações metodológicas no ensino e na pesquisa historiográfica considerando as identidades indígenas. Análise das fontes documentais orais, escritas e iconográficas sobre história dos povos indígenas no Brasil e no Espírito Santo. O estudo da história na realidade educacional indígena e produção de material didático para escolas indígenas e não indígenas.

### **Objetivos**

- Estudar as histórias das instituições escolares destinadas às populações indígenas no Brasil, incluindo escolas missionárias, escolas indígenas, escolas públicas e outros modelos educacionais, analisando sua organização, currículos, práticas pedagógicas e impactos na vida das comunidades indígenas.
- Resgatar e valorizar as experiências educacionais indígenas tradicionais, incluindo métodos de transmissão de conhecimentos, práticas de ensino e aprendizagem, papéis dos líderes comunitários e anciãos, e sua relevância para a construção da identidade e autonomia das comunidades indígenas.
- Refletir sobre as formas de resistência, mobilização e lutas das comunidades indígenas em defesa de uma educação escolar que respeite e valorize suas línguas, culturas, conhecimentos e territorialidades, reconhecendo a importância dessas lutas para a afirmação dos direitos indígenas no campo educacional.

### **Bibliografia Básica**

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos Indígenas e Ensino de História: a Lei nº 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. BARROSO, Vera Lucia Maciel [et al.]. Ensino de História: Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: Est, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOBBI, Izabel. Desafios do ensino sobre indígenas nas escolas: uma reflexão a partir dos livros didáticos de história. Cadernos do Leme 2.2, 2011.

### **Bibliografia Complementar**

EISENBERG, José. As Missões Jesuíticas e o Pensamento Moderno. Encontros culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Zahar, 2000.

MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

NOELLI, Francisco Silva. "As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi". Revista de antropologia (1996): 7-53.

PEROTA, Celso. Os Tupiniquim no Espírito Santo, CS, UFES, 1981.

TEAO, Kalna Mareto, LOUREIRO, Klítia. História dos Índios do Espírito Santo. Publicação Lei Rubem Braga, PMV, 2009.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00024 - FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Ementa**

Estudo do processo de escolarização de sujeitos com deficiências e diferentes necessidades educacionais específicas nos aspectos biopsicossociais, históricos e filosóficos. Análise dos fundamentos sobre os quais se assentam as ações efetivas de educação inclusiva em seus aspectos teóricos e práticos. Análise de processos pedagógicos e de propostas metodológicas na perspectiva da educação inclusiva.

**Objetivos**

- Promover estudos sobre a políticas públicas e legislação relacionadas à educação especial e inclusiva, tanto no contexto nacional quanto internacional, destacando os direitos e garantias dos estudantes com necessidades educacionais especiais.
- Estimular a colaboração entre professores, profissionais de apoio, famílias e demais membros da comunidade escolar no planejamento e implementação de estratégias de educação especial e inclusiva, visando o desenvolvimento integral dos estudantes das escolas indígenas.
- Potencializar estudos sobre o currículo escolar e recursos pedagógicos adequados para atender às necessidades dos estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais especiais, promovendo sua participação e aprendizagem efetiva.

**Bibliografia Básica**

CARVALHO, Rosita E. Escola Inclusiva. A reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

PAROLIN, Isabel. Aprendendo a incluir e incluindo para aprender. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz (orgs). Educação Para Todos. João Pessoa: Ideia, 2015.

**Bibliografia Complementar**

BEYER, Hugo O. Inclusão e Avaliação na Escola de estudantes com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MEDEIROS, Isabel; MORAES, Salete; SOUZA, Magali (orgs). Inclusão escolar: práticas e teorias. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

MORAES, Salete Campos de. Educação Especial na EJA: contemplando a diversidade. Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria Municipal de Educação, 2007

ROZEK, Marlene; VIEGAS, Luciane (Org.). Educação Inclusiva: políticas, pesquisa e formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SAWAIA, Bader (Org.). As Artimanhas da Exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade Social. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00021 - EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INFÂNCIAS**

**Ementa**

Estudo transversal sobre as infâncias e o cotidiano da criança indígena por meio de reflexões teóricas sobre a construção das infâncias, do pensamento infantil e dos diferentes aspectos do cotidiano nos processos do desenvolvimento e da aprendizagem. Problematisações sobre a educação das crianças indígenas em diferentes contextos: familiar, social e escolar.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Analisar as políticas e práticas educativas voltadas para as infâncias indígenas, incluindo políticas de educação intercultural, programas de educação infantil, projetos pedagógicos comunitários e estratégias de valorização da língua e cultura indígenas.
- Estudar os processos de desenvolvimento infantil nas comunidades indígenas, incluindo aspectos físicos, cognitivos, sociais, emocionais e espirituais, e suas interações com o

---

contexto cultural, ambiental e comunitário em que as crianças estão inseridas.

- Promover a valorização e preservação da cultura e língua indígenas no contexto da educação infantil, reconhecendo sua importância para a construção da identidade, autoestima e pertencimento das crianças indígenas, e para o fortalecimento das comunidades como um todo.

- Promover práticas pedagógicas sensíveis e contextualizadas para as infâncias indígenas, respeitando seus conhecimentos, saberes, rituais, brincadeiras e formas de aprendizagem tradicionais, e valorizando sua participação ativa e protagonismo no processo educativo.

- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;

- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

### **Bibliografia Básica**

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BASSEDAS, E; HUGUET, T; SOLÉ, I. (2011). Aprender a ensinar na Educação Infantil. Porto Alegre, Artmed.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia; KISHIMOTO, Tizuko; PINAZZA, Mônica. Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

### **Bibliografia Complementar**

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2012. DE FARIA, Ana Lúcia Goulart;

FALK, Judite. Abordagem Pikler: educação infantil. Coleção PRIMEIRA INFANCIA: EDUCAR DE 0 A 6 ANOS. São Paulo: Editora e Livraria Omnisciência, 2016.

HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, Suely Amaral. Territórios da Infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para crianças pequenas. Araraquara/SP: Junqueira&Marin, 2014.

RINALDI, Carla. Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender. Trad: Vania Cury. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

## **Disciplina: CE1-PROP-00023 - ARTES E EDUCAÇÃO INDÍGENA**

### **Ementa**

Entendimentos sobre concepções estéticas e expressões artísticas indígenas e não indígenas. Cultura material e imaterial: significados, recursos, técnicas, símbolos e valores culturais. Artes e artesanatos. Arte como um eixo transdisciplinar na Educação Indígena.

### **Objetivos**

- Estudar as técnicas, materiais e processos artísticos tradicionais das culturas indígenas, investigando suas origens, significados e aplicações em diferentes contextos culturais e rituais.

- Proporcionar aos estudantes a compreensão da relação intrínseca entre arte e cultura indígena, explorando as concepções estéticas, simbólicas e cosmológicas presentes nas produções artísticas das comunidades indígenas.

- Promover o empoderamento cultural e artístico dos estudantes das escolas indígenas, fornecendo-lhes espaços de expressão e reconhecimento de suas próprias vozes, narrativas e experiências, e estimulando a participação ativa e protagonismo no campo das artes e da cultura.

- Estimular o diálogo inter artístico e interdisciplinar entre diferentes formas de expressão artística, como pintura, música, dança, teatro e literatura, e entre a arte e outras áreas do conhecimento, como história, antropologia, sociologia e ecologia, enriquecendo o processo de aprendizagem e criação artística.

---

### Bibliografia Básica

CESARINO, Pedro. Conflitos de pressupostos na antropologia da arte: Relações entre pessoas, coisas e imagens. RBCS, v.32, n.93. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2017.

ESBELL, Jaider. Arte indígena contemporânea e o grande mundo. Não há como falar em arte indígena contemporânea sem falar dos indígenas, sem falar de direito à terra e à vida. Disponível em: <<https://www.select.art.br/arte-indigena-contemporanea-e-o-grande-mundo/>>. Acessado 5 nov. 2023.

TERENA, Naine. Lentes ativistas e a arte indígena. Disponível em: <<https://revistazum.com.br/radar/arte-indigena/>>. Acessado 5 nov. 2023.

### Bibliografia Complementar

BARBOSA, W. de Do. Artesanato indígena e os “novos índios” do Nordeste. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 28, p. 199-215, 1999.

BRUM, B. D. Artesanato Guarani Mbya do Rio de Janeiro: apontamentos para uma abordagem discursiva. Textos escolhidos de Arte e Cultura Popular, UERJ, 2004.

DE JESUS, Diego. Economia criativa e resistência: o artesanato indígena no Estado do Rio de Janeiro. Ciências Sociais Unisinos, v.53, n.2, p.349-362. 2017.

LAGROU, Els. No Caminho da Miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios. Enfoques, v. 11, n. 2, 2012.

MARTINS, Maria Terezinha B. M. Tupinikin: os fabricantes de farinha do Pau-Brasil. Juiz de Fora: UFJF, 1986.

SILVA, Edineia; MOTA, Janaina. Artesanatos xakriabá: sustentabilidade, conhecimentos e desafios. Monografia da Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 2019.

VELTHEM, Lucia Hussak Van. Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 19-29. 2010.

## Disciplina: CE1-PROP-00020 - PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO

### Ementa

Tempo Universidade: Integração dos temas do tempo aldeia a cada uma das disciplinas do semestre letivo.

Tempo comunidade : Abordagens teórico-metodológicas na Educação Escolar indígena: concepções indígenas sobre gerações, suas relações e processos de ensino e aprendizagem. Cartografia social (Dimensões físicas, de infraestruturas, econômicas, políticas e sociais dos territórios).

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### Objetivos

- Analisar criticamente os materiais didáticos existentes destinados à educação indígena, avaliando sua adequação cultural, linguística, pedagógica e contextual, e identificando lacunas e oportunidades de melhoria.

- Explorar e aplicar métodos participativos de desenvolvimento de materiais didáticos, envolvendo as comunidades indígenas no processo de criação, adaptação e validação de recursos educacionais, garantindo sua pertinência e relevância aos estudantes das escolas indígenas.

- Promover a produção de materiais didáticos contextualizados e culturalmente vinculados para a educação indígena, considerando as línguas, culturas, tradições e modos de vida das comunidades indígenas.

- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;

Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais

### **Bibliografia Básica**

BONSIEPE, Gui. Design: do material ao digital. Florianópolis: FIESC/IEL, 1997, 191 p.  
GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. Gestão de projetos. São Paulo: Thomson, 2007.  
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019

### **Bibliografia Complementar**

BONSIEPE, Gui. Design como prática de projeto. São Paulo, SP: Blucher, 2012.  
\_\_\_\_\_. Metodologia experimental: desenho industrial. Brasília: CNPq, 1984.  
BROWN, Tim. Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2010.  
CAVALCANTI, Marilda. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minoria lingüística no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/JcJDbkyVZxZPHnJXJrDyWYn/>. Acesso em 30 nov. 2023.  
MUNARI, Bruno. Das coisas nascem coisas. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2015.  
\_\_\_\_\_. Design e comunicação visual: contribuição para uma metodologia didática. São Paulo: Martins Fontes, 1997.  
PHILLIPS, Peter L. Briefing: a gestão do projeto de design. São Paulo: Ed. Blucher, 2008.

## **Disciplina: CE1-PROP-00025 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PROJETOS DE**

### **Ementa**

Diagnóstico, planejamento e intervenção pedagógica nos territórios. Parcerias no desenvolvimento de processos. Conceito e significado do território. Modos históricos de apropriação da natureza: do extrativismo ao industrialismo. Modernidade agrária, agronegócio, e o território-mercadoria. Território-habitat: cosmologia, ritos, uso sustentável e abordagem agroecológica. Populações, saberes e técnicas tradicionais de uso do território. Experiências indígenas de gestão socioambiental do território e sua interação com a escola.

### **Objetivos**

- Engajar os estudantes em projetos de etnodesenvolvimento desenvolvidos em parceria com as comunidades indígenas, possibilitando-lhes participar ativamente de iniciativas voltadas para o fortalecimento socioeconômico, cultural e ambiental das comunidades.
- Desenvolver movimentos pedagógicos transversais como trabalho em equipe, liderança participativa, comunicação intercultural, resolução de problemas, negociação e gestão de projetos, por meio da sua participação ativa nos estágios supervisionados.
- Promover o respeito e a valorização da cosmovisão indígena, dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais das comunidades indígenas, reconhecendo a sua importância para o etnodesenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade.
- Estabelecer diálogos com as lideranças, membros e representantes das comunidades indígenas, buscando construir parcerias para o desenvolvimento de projetos de etnodesenvolvimento.

### **Bibliografia Básica**

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; PINAZZA, Mônica Appezzato (Org.). Modos de narrar a vida: cinema, fotografia, literatura e educação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.  
CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.  
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; PINAZZA, Mônica Appezzato (Org.). Modos de narrar a vida: cinema, fotografia, literatura e educação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.  
CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O índio e o mundo dos brancos - 4ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.



\_\_\_\_\_. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas", In: Sociologia e antropologia; tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MONTERO, Paula. Antropologia no Brasil: tendências e debates. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). O campo da antropologia no Brasil. Contra Capa / ABA, 2004

## **Disciplina: CE1-PROP-00022 - LUDICIDADE, LINGUAGENS E CULTURAS**

### **Ementa**

Estudo histórico da ludicidade. O lúdico como fonte de compreensão do mundo e o seu papel na educação da infância. Ludicidade, linguagens e culturas na ação pedagógica.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### **Objetivos**

- Explorar as diferentes manifestações culturais presentes nas comunidades indígenas, incluindo danças, músicas, rituais, artes visuais, contações de histórias e outras expressões artísticas, e sua relação com a ludicidade e linguagens.
- Analisar as práticas lúdicas tradicionais das comunidades indígenas, investigando seus significados, simbolismos, contextos de uso e transmissão intergeracional, e sua adaptação às realidades contemporâneas.
- Promover o intercâmbio cultural entre as comunidades indígenas e a sociedade envolvente, compartilhando saberes, experiências e práticas lúdicas, linguísticas e culturais, e contribuindo para a construção de pontes de entendimento e respeito mútuo.
- Criação de recursos lúdicos e linguísticos contextualizados para a educação indígena, incluindo jogos, brinquedos, materiais didáticos, contos, músicas e outras produções culturais que valorizem a diversidade e riqueza das culturas indígenas.
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

### **Bibliografia Básica**

ALBUQUERQUE, S. S.; FELIPE, J.; CORSO, L. V. Para pensar a docência na Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019.

BACELAR, V. L. E. Ludicidade e educação infantil. Salvador: EDYFBA, 2009.

LUCKESI, C. Ludicidade e formação do educador. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade. 2014, vol. 3, n. 2. pp. 13-23  
<https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/9168>

### **Bibliografia Complementar**

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Jogo e Educação. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1998.

\_\_\_\_\_. Brinquedos e Companhia. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

MICARELLO, Hilda; BAPTISTA, Mônica Correia. Literatura na educação infantil: pesquisa e formação docente. Educ. rev. [online]. 2018, vol.34, n.72, pp.169-186.  
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.62731>.

PEREIRA, R.S. Ludicidade, infância e educação: uma abordagem histórica e cultural. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641935>

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

\_\_\_\_\_. La imaginacion y el arte en la infancia (ensayo psicológico). Madrid: Akal editor, 1982.



- 
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 1998.  
WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições 70, 1968.  
\_\_\_\_\_. Psicologia e educação da criança. Lisboa: Vega, 1979.  
WINNICOTT, D. W. O Brincar & a Realidade. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1975.

## **Disciplina: CE1-PROP-00029 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **Ementa**

Análise das condições concretas dos modos de atualização da atividade docente; suas implicações político-pedagógicas e seus efeitos em escolas indígenas de educação infantil . Construção de projetos de intervenção pedagógica articulados com as instituições campo de estágio.

Produção de ações e dispositivos pedagógicos entre a universidade e as escolas indígenas de educação infantil, potencializando problematizações recíprocas nos processos de formação inicial e continuada de estudantes e professores.

### **Objetivos**

- Observar e participar de atividades pedagógicas voltadas para a educação infantil em territórios indígenas, incluindo brincadeiras, cantos, contações de histórias, rituais e outras práticas educativas centradas na cultura e na língua indígena.
- Desenvolver ações pedagógicas que dialoguem sobre relações de respeito, confiança e colaboração com as crianças indígenas, suas famílias, lideranças comunitárias, professores e demais membros da comunidade, reconhecendo suas singularidades e valorizando suas identidades culturais.
- Planejar e executar atividades pedagógicas inclusivas e culturalmente sensíveis, que respeitem e valorizem a diversidade étnica, linguística e cultural das crianças indígenas, promovendo seu desenvolvimento integral e sua autoestima.
- Articular teoria e prática por meio da vivência em situações reais de ensino-aprendizagem na educação infantil indígena, aplicando conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e refletindo sobre sua relevância e aplicabilidade na prática.

### **Bibliografia Básica**

- FREIRE, M. A Paixão de conhecer o mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.  
OLIVEIRA, Z.R; Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.  
ROCHA, A.C; KRAMER, S. Educação infantil: Enfoques em diálogo. Campinas, SP: Papirus, 2011

### **Bibliografia Complementar**

- ABRAMOWICZ, A; WAJSKOP, G. Creches: atividades para crianças de zero a seis anos . São Paulo: Moderna, 1995.  
DAHLBERG, G. MOSS, PENCE, A. Qualidade na educação da primeira infância – Perspectivas Pós Modernas. Porto Alegre: Artmed. 2003.  
DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.  
FERREIRA, M.C.R. [et al.]. Os fazeres na educação infantil . São Paulo: Cortez; Ribeirão Preto.  
HORN, M.D.G.S . Sabores, cores, sons, aromas : a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre, Artmed, 2004.  
LOPES, A.C.T. Educação infantil e registro de práticas . São Paulo: Cortez, 2009.  
SILVA, A. [et al.] Culturas infantis em creches e pré-escolas : estágio e pesquisa. Campinas, SP. Autores Associados, 2011.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00027 - DIREITOS HUMANOS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

**Ementa**

Relações étnico-raciais e políticas afirmativas no contexto brasileiro. Relações étnico-raciais, identidade e gênero na educação escolar indígena. Escola, currículo e a questão étnico-racial na educação básica. A formação de profissionais da educação escolar indígena para a diversidade étnico-racial. Raízes históricas e sociológicas da discriminação contra o negro na educação escolar indígena.

**Objetivos**

- Estimular a reflexão crítica sobre as relações étnico-raciais e de gênero na sociedade brasileira e nas comunidades indígenas, identificando desigualdades, discriminações e formas de resistência e empoderamento.
- Promover ações que potencializem a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres indígenas, estimulando a participação das mulheres em espaços de decisão e liderança nas comunidades indígenas, e combatendo a violência de gênero e outras formas de discriminação.
- Estimular a participação democrática e o diálogo intercultural nas comunidades indígenas, promovendo espaços de escuta, debate e tomada de decisão coletiva sobre questões relacionadas aos direitos humanos, relações étnico-raciais e de gênero.
- Fortalecer redes de apoio e parcerias entre instituições governamentais, organizações da sociedade civil, comunidades indígenas e outros atores envolvidos na promoção dos direitos humanos e da equidade étnico-racial e de gênero na educação escolar indígena.

**Bibliografia Básica**

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola. 2a Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Construção Intercultural da Igualdade e da Diferença. In: A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez. Editora (2006).

SCHILING, Flávia. Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**Bibliografia Complementar**

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, (2005). Brasília: MEC/Secad.

CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

EPEIA - Dossiê Mulheres Negras. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/dossie\\_mulheres\\_negrasipea.pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/dossie_mulheres_negrasipea.pdf). Acesso em dez. 2023.

FELICE, Renísia Cristina Garcia. Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, no.1, jan./jun. 2003. p. 167-182.

GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Autores Associados, ANPED, 2000. n. 15, p. 134-158.

MOORE, Carlos. Racismo Sociedade: Novas Bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00026 - PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO**

**Ementa**

Tempo Universidade: Integração dos temas do tempo aldeia e propostos no NEXO INTEGRADOR.

Tempo comunidade : Abordagens teórico-metodológicas na Educação Escolar indígena: concepções indígenas sobre gerações, suas relações e processos de ensino e aprendizagem. Cartografia social (Dimensões físicas, de infraestruturas, econômicas, políticas e sociais dos territórios. Conceituações sobre o etnodesign. Experiências concretas de etnodesign junto aos povos indígenas. O etnodesign e a educação escolar. Articulação teórico-metodológica do etnodesign educacional.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Potencializar o desenvolvimento de competências em etnografia e coleta de dados em contextos educacionais indígenas, incluindo observação participante, entrevistas, registro audiovisual, mapeamento cultural e outras técnicas de pesquisa qualitativa.
- Promover o desenvolvimento de propostas de etnodesign educacional sensíveis e contextualizadas, que valorizem a cultura, língua, história e cosmovisão das comunidades indígenas, e promovam a educação intercultural e inclusiva.
- Promover a prototipagem e experimentação de soluções de etnodesign educacional, envolvendo a criação e teste de materiais didáticos, recursos pedagógicos, ambientes de aprendizagem e práticas educativas inovadoras, adaptadas às necessidades e contextos das comunidades indígenas
- Documentar e disseminar os resultados do laboratório de etnodesign educacional, por meio de relatórios, artigos, apresentações, vídeos e outras formas de comunicação, contribuindo para o compartilhamento de boas práticas e aprendizados com a comunidade acadêmica e as comunidades indígenas.
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envia esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

**Bibliografia Básica**

CAVALCANTE, Ana Luísa. Design para a sustentabilidade cultural: recursos estruturantes para sistema habilitante de revitalização de conhecimento local e indígena. 2014. 321p. Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) da Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, Bianca. O Professor-Designer de experiências de aprendizagem: tecendo uma epistemologia para a inserção do Design na Escola. 188 p. Tese de Doutorado - Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Paula. XI HÕNHÃ? E AGORA? VAMOS SER PESQUISADORES: um fazer pesquisa tikmũ'ũn entre múltiplos seres, saberes e fazeres. 280 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2022.

**Bibliografia Complementar**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica . Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

Acesso em: 29.nov.2023.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena : a canoa do tempo. América (1992).

FONTOURA, Antônio. EdaDe – A educação de crianças e jovens através do design. 2002. 357 p. Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: [/repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82554](http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82554)>. Acesso em: 10. fev. 2017.

IDEO. Design Thinking for Educators (DTE). 2012a. p. 90. Disponível em: [/www.ideo.com/post/design-thinking-for-educators](http://www.ideo.com/post/design-thinking-for-educators)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IDEO. Human Centered Design (HCD). 2012b. p. 105. Disponível em: [/www.ideo.com/journal/design-kit-the-human-centered-design-toolkit](http://www.ideo.com/journal/design-kit-the-human-centered-design-toolkit)>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, Paula Cristina Pereira; SILVA, Sérgio Antônio. Etnodesign: preservação e valorização das culturas indígenas. In: 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2016, Belo Horizonte. Blucher Design Proceedings. São Paulo: Editora Blucher, 2016. v. 2. p.

## **Disciplina: CE1-PROP-00031 - PROJETO DE PIEC I**

### **Ementa**

Tempo Universidade: Integração dos temas do tempo aldeia a cada uma das disciplinas do semestre letivo.

Tempo comunidade : Abordagens teórico-metodológicas na Educação Escolar indígena: concepções indígenas sobre gerações, suas relações e processos de ensino e aprendizagem. Cartografia social (Dimensões físicas, de infraestruturas, econômicas, políticas e sociais dos territórios. Socialização de saberes. desenvolvimento dos conceitos de “escola indígena”, em suas implicações éticas e estéticas. Pesquisas sobre, com e por meio das escolas situadas nas aldeias indígenas.

### **Objetivos**

- Criar espaços de interação e diálogo entre diferentes culturas, permitindo aos estudantes explorarem e compreenderem as semelhanças e diferenças culturais de forma respeitosa e colaborativa.
- Desenvolver diálogos interculturais com os estudantes acerca da empatia, da diversidade, da comunicação intercultural, da resolução de conflitos e trabalho em equipe em contextos multiculturais.
- Explorar diversas expressões culturais, incluindo arte, música, dança, culinária, rituais, tradições e mitologias, proporcionando aos estudantes compreensões mais amplas e profundas das riquezas e complexidades das culturas do mundo.
- Analisar casos, estudos de cultura e experiências interculturais, permitindo aos estudantes refletirem criticamente sobre questões de identidade, poder, representação, estereótipos e assimetrias culturais.

### **Bibliografia Básica**

MIRANDA, Marina Rodrigues; SERAFIM, Nádia Juliana Rodrigues; LEÃO, Rafaella Capela. Etnometodologias circulares: cosmologias de conhecimentos de territórios originários e comunidades de tradição In Metodologias da Pesquisa e da Formação na Educação do Campo (orgs). BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FOERSTE, Erineu; GERKE, Janinha. Apris Editora. Curitiba/PR; 2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias, pesquisas e povos indígenas; Tradução Roberto G. Barbosa. - Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

WEG, Rosana Moraes.; JESUS, Virginia Maria A. O texto científico . Como fazer projetos, artigos, relatórios, memoriais, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses e participar de eventos científicos. São Paulo: Ciados Livros, 2010

### **Bibliografia Complementar**

BRAND, A. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. 1998.Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História,

---

Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre: PUC/RS, 1998a.

CAVALCANTI, Marilda. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minoria lingüística no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/JcJDbkyVZxZPHnJXJrDyWYn/>. Acesso em 30 nov. 2023.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica/ Amado Luiz Cervo. Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2007

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. América(1992).

## **Disciplina: CE1-PROP-00028 - METODOLOGIAS E PRÁTICAS INTERCULTURAIS DE**

### **Ementa**

Condições concretas do trabalho docente: análise e efeitos nas escolas indígenas de educação infantil e ensino fundamental; Diagnóstico, planejamento e intervenção pedagógica na instituição escolar; Parceria entre universidade e escolas indígenas: formação continuada dos profissionais envolvendo metodologias e práticas interculturais indígenas e os processos de alfabetização e letramento.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### **Objetivos**

- Estimular o diálogo de saberes entre as práticas de alfabetização escolar e os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas valorizando e integrando diferentes formas de conhecimento e linguagens.
- Desenvolver estratégias de intervenção pedagógica que atendam às necessidades de alfabetização e letramento dos estudantes de forma diferenciada e respeitosa da diversidade cultural, lingüística e cognitiva.
- Incorporar recursos culturais e multimodais nas práticas de alfabetização e letramento, como histórias orais, músicas, danças, jogos tradicionais, materiais artesanais e tecnologias digitais, enriquecendo o processo de aprendizagem.
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

### **Bibliografia Básica**

DAHLBERG, G. MOSS, P. PENCE, A. Qualidade na Educação da Primeira Infância - Perspectivas Pós-Modernas. Porto Alegre: Artemed. 2003.

DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. Campinas: Autores Associados, 2001.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artes Medicas, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

ASSUNÇÃO, Madalena S. de. Magistério primário e cotidiano escolar. Campinas: Autores Associados, 1996.

DOLZ, Joaquim e SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. Campinas: Autores Associados, 2001.

WEISZ, Telma & SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática,

2000.

XAVIER, Maria Luísa M. & ZEN, Maria Isabel H. Dalla (Orgs.). O ensino nas séries iniciais: das concepções teóricas às metodologias. Porto Alegre: Mediação, 1997.

## **Disciplina: CE1-PROP-00049 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

### **Ementa**

Fundamentos históricos da educação de surdos. Aspectos linguísticos da língua de sinais. A cultura e a identidade surda. Legislação específica. Sinais básicos para conversação.

### **Objetivos**

- Promover a integração e inclusão de pessoas surdas na sociedade, formando professores aptos a atuarem como facilitadores da comunicação entre surdos e ouvintes em diferentes contextos, como escolas, empresas e serviços públicos.
- Formar profissionais qualificados para atuarem como intérpretes de Libras, instrutores de Libras, professores de Libras e outros profissionais que trabalham com a comunidade surda, garantindo a qualidade e acessibilidade dos serviços prestados.
- Promover a acessibilidade linguística para pessoas surdas, fornecendo aos estudantes conhecimentos e habilidades para produzirem materiais didáticos, recursos audiovisuais, eventos e atividades culturais em Libras.

### **Bibliografia Básica**

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . 1 a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia de Feitosa. Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação/FAPESP, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.

### **Bibliografia Complementar**

FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.) Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização . Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SKLIAR, C.(org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação,1998.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa. Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas traduções e histórias capixabas . Vitória: Edufes, 2010.

## **Disciplina: CE1-PROP-00034 - SABERES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS**

### **Ementa**

A imbricação entre patrimônio cultural (material e imaterial) e natural (ou ambiental). Preservação e conservação do patrimônio, formas de transmissão. Identidade, memória, cidadania e documentação de saberes.. Estudo sobre a atenção integral à saúde das populações indígenas abordando dados históricos, demográficos e epidemiológicos das populações indígenas do Brasil e do Espírito Santo. Desenvolvimento de habilidades interculturais para o atendimento da população indígena no subsistema de Saúde Indígena e nos demais âmbitos do SUS.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### **Objetivos**

- Compreender a interligação entre saúde humana e saúde ambiental, explorando como os conhecimentos tradicionais indígenas consideram a relação entre os seres humanos, os ecossistemas naturais e os espíritos da natureza.
- Explorar as práticas de medicina tradicional indígena, incluindo o uso de plantas



medicinais, rituais de cura, técnicas de diagnóstico e tratamento, e a visão holística da saúde como um equilíbrio entre corpo, mente, espírito e meio ambiente.

- Analisar como os modos de vida indígenas promovem a sustentabilidade ambiental e a resiliência das comunidades, por meio de práticas como a agricultura tradicional, a gestão dos recursos naturais e o conhecimento dos ciclos naturais.

- Refletir criticamente sobre as práticas de saúde interculturais, identificando desafios, dilemas éticos e estratégias para a promoção da saúde de forma inclusiva, equitativa e culturalmente sensível.

- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;

- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

### **Bibliografia Básica**

ATHIAS, R.; MACHADO, M. A saúde indígena no processo de implantação dos distritos sanitários: discursos antropológicos e médicos. Cadernos de saúde pública, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 425-431, 2001.

CARDOSO, A. M. et al. Políticas públicas de saúde para os povos indígenas. Em: Políticas e sistema de saúde no Brasil. [s.l.] Editora FIOCRUZ, 2012. p. 911-932.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Doenças de origem alimentar: enfoque para educação em saúde. São Paulo : Roca, 2006. 192p.

### **Bibliografia Complementar**

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e direitos humanos. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: Cortez, 2006.

PONTES, A. L. DE M. et al. (EDS.). Vozes indígenas na saúde: trajetórias, memórias e protagonismos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2022.

REGO, Walquiria Leao; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

## **Disciplina: CE1-PROP-00037 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS NO**

### **Ementa**

Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Análise e reflexão crítica da realidade dos centros educacionais de ensino fundamental. Construção de novos conhecimentos com base nos resultados obtidos na pesquisa. Prática pedagógica relacionada dialeticamente com a teoria-processos de intervenção pedagógica no contexto da educação escolar indígena. Observação, planejamento e intervenção na realidade educacional da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com enfoque na habilitação específica.

### **Objetivos**

- Observar e participar de atividades pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental em territórios indígenas, buscando compreender as práticas de ensino e aprendizagem contextualizadas e culturalmente sensíveis adotadas pelos professores.

- Planejar e executar atividades pedagógicas significativas e contextualizadas nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando os conhecimentos prévios, as necessidades e os interesses dos estudantes indígenas, e valorizando sua cultura e língua materna.

- Refletir criticamente sobre as práticas pedagógicas e culturais observadas durante o estágio, identificando desafios, aprendizados e possibilidades de aprimoramento para que a educação escolar seja inclusiva, contextualizada e intercultural.



- Articular teoria e prática por meio da vivência em situações reais de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental em territórios indígenas, produzindo relatórios de estágio que documentem as experiências vivenciadas, os aprendizados adquiridos e as reflexões realizadas durante o processo de estágio nos anos iniciais do ensino fundamental em territórios indígenas.

### **Bibliografia Básica**

CODO, Wanderley (coord). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis,RJ: Vozes, CNTE, UNB, 1999.

COSTA, J.R.DM. Redesenhando uma pesquisa a partir dos Estudos Culturais In: COSTA, M. V e BUJES, M. I. E(org) Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisas nas Fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FERREIRA, Naura (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 4.ed. São Paulo:Cortez, 2003.

### **Bibliografia Complementar**

HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NÓVOA, Antônio (org). Profissão Professor.Porto Editora:Portugal.1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade, ROSAR, M<sup>a</sup> de Fátima Felix (orgs.). Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 17-38.

RODRIGUES, Paulo da S., Drago, Rogério. Projeto Político-pedagógico. Vitória:Aquarius, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica: política e gestão da escola. Brasil: Líber Livro, 2009.

WEISZ, Telma & SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000.

## **Disciplina: CE1-PROP-00035 - METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO EM**

### **Ementa**

Saberes e fazeres matemáticos de povos diversos. Contagem e sistemas de numeração. Representações geométricas no contexto local, regional e mundial. Formas e medidas geométricas. Origem e conceituação da Etnomatemática. Interculturalidade e Etnomatemática. Etnomatemática em sua dimensão pedagógica.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### **Objetivos**

- Valorizar e respeitar os conhecimentos matemáticos locais presentes nas diferentes culturas e comunidades, reconhecendo sua diversidade, riqueza e relevância para a vida cotidiana e para a construção do conhecimento matemático.

- Explorar as aplicações da etnomatemática na educação, incluindo a utilização de práticas matemáticas locais, jogos, brincadeiras, histórias e problemas do cotidiano como recursos pedagógicos para o ensino e aprendizagem da matemática.

- Desenvolver habilidades voltadas à investigação matemática, proporcionando aos estudantes a investigação e a análise das práticas matemáticas de diferentes culturas, identificando padrões, regularidades e conceitos matemáticos subjacentes.

- Promover o diálogo de saberes entre a matemática escolar e os conhecimentos matemáticos locais, fomentando a interculturalidade, o respeito à diversidade e a valorização das diferentes formas de pensar e resolver problemas matemáticos. desenvolvendo práticas pedagógicas sensíveis e inovadoras em etnomatemática, que considerem as especificidades culturais, linguísticas e cognitivas dos estudantes.

- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;

Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais

### **Bibliografia Básica**

D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática. São Paulo: Ática, 1990.

FERREIRA, Mariana (org.). Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002.

MARCILINO, Ozirlei Teresa. Ensino e aprendizagem na educação indígena do Espírito Santo: a busca de um diálogo com a etnomatemática, Diss. PPGE, UFES, 2005.

### **Bibliografia Complementar**

BELLO, Samuel Edmundo Lopez. Etnomatemática: relações e tensões entre as distintas formas de explicar e conhecer. 2000.

MAGALHÃES Dóris Reis de, DYNNIKOV Circe Mary Silva da Silva. Concepções, crenças e atitudes de educadores indígenas de Aracruz/ES frente à matemática e à educação matemática. PPGE, UFES, Mimeo, 2007.

LEA, Vanessa. O Corpo como suporte para a geometria. In Ferreira, Mariana (org.). Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002. pp.185-205

MOURA, Ana Paula Azevedo. Saberes Guarani Tambeopé em aulas de matemática da educação básica: um olhar etnomatemático às suas MBA'EITXA OO DJADJAPO / Ana Paula Azevedo Moura. - 2019.130 f.

ROSA, Milton, OREY Daniel C. Abordagens Atuais do Programa Etnomatemática: delineando um caminho para a ação pedagógica. Boletim de Educação Matemática 19.26 (2006): 1-26.

## **Disciplina: CE1-PROP-00033 - GESTÃO EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR**

### **Ementa**

A configuração histórica do Estado Brasileiro, as políticas educacionais e a educação escolar indígena. A função social da educação e a definição da política educacional. Estado e planejamento educacional: centralização/descentralização, público/privado e quantidade/qualidade. Organização, financiamento, gestão e avaliação da Educação Básica. Política de formação de professores indígenas no Brasil e no Espírito Santo. Relações entre escola, comunidades indígenas e sistemas de ensino. Gestão democrática e projetos governamentais. Órgãos colegiados e processos decisórios. Autonomia. Avaliação institucional. Organização administrativa da escola. O pedagogo na organização e gestão educacional da escola indígena.

### **Objetivos**

- Aproximar os estudantes das legislações e políticas educacionais relacionadas à educação escolar indígena, incluindo as legislações específicas, diretrizes curriculares, programas e iniciativas governamentais.

- Valorizar e promover a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas na gestão de seus sistemas de ensino, respeitando suas línguas, culturas, saberes e formas de organização social e política.

- Promover a participação comunitária na gestão escolar indígena, envolvendo pais, estudantes, lideranças comunitárias, professores e demais membros da comunidade no planejamento, tomada de decisão e avaliação das políticas e práticas educacionais.

- Garantir o respeito aos direitos humanos e culturais dos povos indígenas no contexto escolar, promovendo ambientes de aprendizagem inclusivos, seguros e respeitosos da diversidade étnica, linguística e cultural.

- Fomentar a interculturalidade na gestão escolar, promovendo o diálogo de saberes, o reconhecimento mútuo e a valorização das diferentes culturas presentes na comunidade escolar indígena.

### **Bibliografia Básica**

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas (RCNEI). Brasília: MEC/SEF, 1998.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Autores Associados, 2007.

### **Bibliografia Complementar**

AVELAR, Lucia; CINTRA, Octavio. Sistema Político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

GADOTTI, M. O Projeto Político-Pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para cidadania. In: Perspectivas Atuais em Educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GENTILI, Pablo. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3.ed. Petrópolis: vozes, 2002. Cap. 1: O consenso de Washington e a crise da educação na América Latina.

MUNANGA, Kabengele (org). Superando o racismo na escola. Brasília. Ministério da Educação.

RANGEL, M.(org). A escola diante da diversidade. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013, p.35- 68.

### **Disciplina: CE1-PROP-00030 - PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO**

#### **Ementa**

Tempo Universidade: Integração dos temas do tempo aldeia a cada uma das disciplinas do semestre letivo.

Tempo comunidade : Abordagens teórico-metodológicas na Educação Escolar indígena: concepções indígenas sobre gerações, suas relações e processos de ensino e aprendizagem. Cartografia social (Dimensões físicas, de infraestruturas, econômicas, políticas e sociais dos territórios. Socialização de saberes. desenvolvimento dos conceitos de “escola indígena”, em suas implicações éticas e estéticas. Pesquisas sobre, com e por meio das escolas situadas nas aldeias indígenas.

#### **Objetivos**

- Criar espaços de interação e diálogo entre diferentes culturas, permitindo aos estudantes explorarem e compreenderem as semelhanças e diferenças culturais de forma respeitosa e colaborativa.

- Desenvolver diálogos interculturais com os estudantes acerca da empatia, da diversidade, da comunicação intercultural, da resolução de conflitos e trabalho em equipe em contextos multiculturais.

- Explorar diversas expressões culturais, incluindo arte, música, dança, culinária, rituais, tradições e mitologias, proporcionando aos estudantes compreensões mais amplas e profundas das riquezas e complexidades das culturas do mundo.

- Analisar casos, estudos de cultura e experiências interculturais, permitindo aos estudantes refletirem criticamente sobre questões de identidade, poder, representação, estereótipos e assimetrias culturais.

#### **Bibliografia Básica**

MIRANDA, Marina Rodrigues; SERAFIM, Nádia Juliana Rodrigues; LEÃO, Rafaella Capela. Etnometodologias circulares: cosmologias de conhecimentos de territórios originários e comunidades de tradição In Metodologias da Pesquisa e da Formação na Educação do Campo (orgs). BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FOERSTE, Erineu; GERKE, Janinha. Apris Editora. Curitiba/PR; 2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias, pesquisas e povos indígenas; Tradução Roberto G. Barbosa. - Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

WEG, Rosana Moraes.; JESUS, Virginia Maria A. O texto científico . Como fazer projetos, artigos, relatórios, memoriais, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses e participar de eventos científicos. São Paulo: Ciados Livros, 2010

#### **Bibliografia Complementar**

BRAND, A. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. 1998.Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre: PUC/RS, 1998a.

CAVALCANTI, Marilda. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minoria lingüística no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/JcJDbkyVZxZPHnJXJrDyWYn/> . Acesso em 30 nov. 2023. CERVO, Amado .Luiz. Metodologia científica/ Amado Luiz Cervo. Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2007

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo:

Editora Paz e Terra, 1998.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. América(1992).

## **Disciplina: CE1-PROP-00036 - METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO EM**

### **Ementa**

Exploração de espaços escolares e não escolares no ensino de ciências da natureza. Escolha de temas integradores do currículo de ciências naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O desenvolvimento dos conceitos científicos na criança. As ciências da natureza e os saberes dos povos indígenas. Teorias didáticas sobre o ensino de ciências. Estratégias metodológicas. Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### **Objetivos**

- Valorizar e respeitar os conhecimentos tradicionais das comunidades locais em relação à natureza, ecologia, recursos naturais e práticas de manejo sustentável, reconhecendo sua importância para a conservação ambiental e a sustentabilidade.
- Explorar as aplicações da etnociências na educação, incluindo a utilização de práticas de observação, experimentação, classificação e interpretação do ambiente natural como recursos pedagógicos para o ensino e aprendizagem das ciências.
- Desenvolver os processos de observação e investigação científica, com vistas à análise dos fenômenos naturais e as práticas de manejo sustentável das comunidades locais.
- Fomentar a aplicação dos conhecimentos adquiridos em etnociências em contextos reais, como projetos de pesquisa participativa, iniciativas de educação ambiental, parcerias com instituições locais e ações de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;  
Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais

### **Bibliografia Básica**

CAMPOS, M. Sociedades e Natureza: Da etnociência à etnografia de saberes e técnicas. <http://www.sulear.com.br/texto04>. (1995).  
LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. O pensamento selvagem (1976): 19-55.  
MORIN, Edgar, TERENA Marcos. Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar. Editora Garamond, 2000.

### **Bibliografia Complementar**

ARGÜELLO, Carlos A. Etnoconhecimento na Escola Indígena. Cadernos de Educação Escolar Indígena-3º Grau Indígena. Barra do Bugres. UNEMAT 1.1 (2002).  
COMPIANI, Maurício. O lugar e as escalas e suas dimensões horizontal e vertical nos trabalhos práticos: implicações para o ensino de ciências e educação ambiental. Ciência & Educação 13.1 (2007): 29-45.  
DE MELLO, Flávia Cristina, SOARES Jules Batista, KERBER Leandro de Oliveira Astronomia e educação intercultural: experiências no ensino de astronomia e ciências em escolas indígenas. Simpósio Nacional de Educação em Astronomia - Rio de Janeiro - 2011.  
DE SOUZA, Selma Maria Ferreira. Saberes docentes, saberes indígenas: um estudo de caso sobre o ensino de ciências entre o povo Xukuru do Ororubá. Diss. UFRPE, 2008.  
FAULHABER, Priscila. As estrelas eram terrenas: antropologia do clima, da iconografia e das constelações Ticuna. Revista de Antropologia, v. 47, n. 2, p. 379-426, 2004.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00042 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO DA**

**Ementa**

Educação infantil e ensino fundamental-anos iniciais. Análise e reflexão crítica da realidade das escolas indígenas de educação infantil e ensino fundamental. Construção de conhecimentos com base nos resultados obtidos na pesquisa/estágio. Prática pedagógica relacionada dialeticamente com a teoria- processos de intervenção pedagógica no contexto da educação escolar indígena. Observação, planejamento e intervenção na realidade educacional da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, com enfoque na habilitação específica.

**Objetivos**

- Analisar o contexto organizacional e institucional das escolas indígenas, compreendendo suas estruturas de gestão, currículos, práticas pedagógicas, infraestrutura e recursos disponíveis.
- Desenvolver competências em gestão escolar intercultural, planejamento, coordenação, implementação e avaliação de ações e projetos educacionais sobre respeito à diversidade cultural, linguística e étnica das comunidades indígenas.
- Articular parcerias e colaborações com lideranças comunitárias, organizações indígenas, instituições governamentais e não governamentais, visando fortalecer a gestão participativa e democrática das escolas indígenas e promover a articulação entre diferentes atores e saberes.
- Promover a formação continuada dos profissionais da educação que atuam nas escolas indígenas, oferecendo apoio, orientação e recursos para seu desenvolvimento profissional e aprimoramento de suas práticas pedagógicas interculturais.

**Bibliografia Básica**

DALBEN, A.; DINIZ, J.; LEAL, L.; SANTOS, L. (Orgs). Coleção didática e prática de ensino: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. (pp.89400). Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NÓVOA, Antonio (org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SANTOS, Helena Maria. O Estágio Curricular na formação de professores: diversos olhares. 28ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG, 2005.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

**Bibliografia Complementar**

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Galdêncio (Org). Dicionário da Educação do Campo . Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FORTUNA, Maria Lúcia A. Gestão escolar e subjetividade . São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola : teoria e prática. 5.ed.Goiânia: Editora PIMENTA, Selma G. LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo Cortez, 2004.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

PISTRAK, M.M. Fundamentos da Escola do Trabalho . São Paulo, Expressão Popular, 3 ed,2011.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00040 - METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO EM****Ementa**

Língua, linguagem e poder. Diversidade e variação linguística. Preconceito linguístico. O contato linguístico: falantes das línguas indígenas e da língua portuguesa. Contribuições da Sociolinguística variacionista, da Dialetologia, da Linguística de Corpus e da linguística histórica para o estudo da variação e da variedade linguística em contextos indígenas e não-indígenas. Possibilidades pedagógicas para a compreensão da variação como inerente às línguas e para a superação do preconceito linguístico.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Explorar as diversas linguagens presentes na comunicação humana, incluindo a linguagem verbal, visual, corporal, sonora, digital e outras formas de expressão cultural, e compreender sua importância na construção de significados, na interação social e na interculturalidade.
- Analisar as práticas de ensino em linguagens adotadas em diferentes contextos educacionais, identificando abordagens, métodos, recursos e estratégias pedagógicas utilizadas para desenvolver a competência comunicativa dos estudantes.
- Promover a expressão criativa dos estudantes por meio das linguagens interculturais, artísticas, literárias e multimodais, incentivando a produção de textos, obras de arte, performances, projetos audiovisuais e outras formas de expressões interculturais e artísticas.
- Integrar as Tecnologias Digitais: Integrar as tecnologias digitais no ensino das linguagens, na interculturalidade, explorando recursos e ferramentas digitais para ampliar as possibilidades de expressão, comunicação e interação dos estudantes
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

**Bibliografia Básica**

GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2014. SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.

**Bibliografia Complementar**

BAGNO, M. A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2013. CARNEIRO, José de R. D.; VALE, Maria J. Q.; MIRANDA, Antônio L. A. Contato linguístico e ensino: a contribuição de línguas indígenas na aprendizagem do português brasileiro. In: Sociodialeto, v. 4, n. 11, nov. 2013.

CAVALCANTI, M. Estudos sobre educação bilingue e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil. D.E.L.T.A., n. 15, 1999, p. 385 - 417.

MAHER, T. M. (2010). Políticas Linguísticas e Políticas de Identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp. 33-48, Jan/Jun 2010.

NETO, Maria Gorete. Português-indígena versus português-acadêmico: tensões, desafios e possibilidades para as licenciaturas indígenas. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielpt/arquivos/sielp2012/1040.pdf>. Acesso em 08/12/2023.



## **Disciplina: CE1-PROP-00038 - PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO DO**

### **Ementa**

Tempo Universidade: Integração dos temas do tempo aldeia a cada uma das disciplinas do semestre letivo.

Tempo comunidade : Abordagens teórico-metodológicas na Educação Escolar indígena: concepções indígenas sobre gerações, suas relações e processos de ensino e aprendizagem. Cartografia social (Dimensões físicas, de infraestruturas, econômicas, políticas e sociais dos territórios. Saberes tradicionais indígenas e saberes científicos. Procedimentos de registro oral - manipulação de registro áudio-visual, transcrição, edição, editoração. Categorização e análise de registros. O pensamento coletivo indígena.

### **Objetivos**

- Fomentar a criatividade e inovação por meio da fusão e hibridização de elementos culturais diversos, incentivando os estudantes a desenvolverem projetos e iniciativas interculturais originais e com impacto social positivo para os povos originários .
- Promover a autonomia e o empoderamento cultural dos estudantes, estimulando-os a valorizarem e celebrarem suas próprias identidades culturais.
- Estabelecer parcerias e colaborações com instituições culturais, organizações da sociedade civil e comunidades locais, visando promover a troca de conhecimentos e a co-criação de projetos interculturais.
- Desenvolver projetos interculturais que abordem desafios e oportunidades da convivência intercultural, propondo soluções criativas e inclusivas para questões como migração, diversidade étnica, religiosa, linguística e socioeconômica.

### **Bibliografia Básica**

MIRANDA, Marina Rodrigues; SERAFIM, Nádia Juliana Rodrigues; LEÃO, Rafaella Capela. Etnometodologias circulares: cosmologias de conhecimentos de territórios originários e comunidades de tradição In Metodologias da Pesquisa e da Formação na Educação do Campo (orgs). BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FOERSTE, Erineu; GERKE, Janinha. Apris Editora. Curitiba/PR; 2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias, pesquisas e povos indígenas; Tradução Roberto G. Barbosa. - Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

WEG, Rosana Moraes.; JESUS, Virginia Maria A. O texto científico . Como fazer projetos, artigos, relatórios, memoriais, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses e participar de eventos científicos. São Paulo: Ciados Livros, 2010

### **Bibliografia Complementar**

BRAND, A. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. 1998. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre: PUC/RS, 1998a.

CAVALCANTI, Marilda. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minoria lingüística no Brasil. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/JcJDbkyVZxZPHnJXJrDyWYn/> . Acesso em 30 nov. 2023.

CERVO, Amado .Luiz. Metodologia científica/ Amado Luiz Cervo. Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2007

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. América(1992).



---

**Disciplina: CE1-PROP-00041 - METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO EM**

**Ementa**

Fundamentos do currículo intercultural e práticas e metodologias em humanidades. Experiências e propostas de currículos interculturais para educação escolar indígena. Análise e avaliação de currículos escolares e práticas educativas interculturais. Formação para a docência intercultural com foco em humanidades.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Explorar diferentes perspectivas e contextos interculturais nas áreas das humanidades, incluindo a história, a filosofia, a arte, a literatura, a música, a religião e outras manifestações culturais, e compreender sua influência na formação das identidades individuais e coletivas.
- Analisar problemas e questões contemporâneas sob uma perspectiva intercultural, explorando como diferentes culturas abordam e interpretam temas como justiça, igualdade, equidade, liberdade, direitos humanos, meio ambiente e globalização.
- Desenvolver com os estudantes questões críticas e reflexivas visando a análise e o questionamento das representações culturais, estereótipos, preconceitos e discursos hegemônicos presentes nas humanidades.
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

**Bibliografia Básica**

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias, pesquisas e povos indígenas; Tradução Roberto G. Barbosa. - Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

FLUERI, Reinaldo Matias (org.) Educação Intercultural: mediações necessárias. Porto Alegre DP&A, 2003.

MONTE, Nietta Lindenberg. Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais. Cadernos de pesquisa 111 (2000): 7-29.

**Bibliografia Complementar**

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. "Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. CLACSO, (2005): 169-186.

COLLET, Celia Leticia Gouvêa. Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico. In: GRUPIONI, L. Donisete Benzi. Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília SECADI/MEC, 2006.

DE PAULA, Eunice Dias. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. Cadernos Cedes, ano XIX 19.49 (1999): 88.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "O encontro do mito e da ciência", "Pensamento primitivo" e Mente civilizada". In. Mito e Significado. Lisboa: Edições 70, 1978. pp. 17-39.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de ; CANDAU, Vera Maria Ferrão . Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil . Educação em Revista . Belo Horizonte. V. 26. N.01. Abr.2010. p.15-40.

RAMOS, Alcida Rita. Do Engajamento ao Desprendimento. Revista Campos (8), 2007, pp. 11-32.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00039 - MEMÓRIA E PATRIMÔNIO**

**Ementa**

A memória, seus processos, meios de elaboração, expressão e transmissão. A relação entre mito, história e memória A memória da tradição. Os conhecimentos tradicionais associados, os direitos autorais e a ética na pesquisa.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Analisar os processos de construção da memória individual e coletiva, explorando como os eventos históricos, as narrativas culturais e as práticas sociais contribuem para a formação da identidade e da consciência histórica de uma sociedade.
- Estudar as políticas e estratégias de preservação do patrimônio cultural e natural, tanto a nível nacional quanto internacional, e compreender os desafios e dilemas éticos envolvidos na conservação e salvaguarda do patrimônio..
- Explorar os lugares de memória e patrimônio presentes em uma determinada região, como museus, sítios arqueológicos, arquivos históricos, áreas protegidas e patrimônios imateriais, e compreender seu papel na construção da identidade cultural.
- Refletir sobre o papel da educação na preservação do patrimônio, analisando como a escola e outras instituições educativas podem contribuir para a valorização e promoção da memória e do patrimônio

**Bibliografia Básica**

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos 2.3 (1989): 3-15.  
OVERING, Joanna. O mito como história: um problema de tempo, realidade e outras questões. Mana, v. 1, n. 1, p. 107-140, 1995.

RUSSI, Adriana; ALVAREZ, Johnny. Na escola os saberes tradicionais: Etnoeducação, cultura e patrimônio. In: MOUSEION, Canoas, n. 23, abr. 2016. p. 105-127.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "De volta ao passado com as lentes focadas no presente", In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thaís Nívia de Lima (orgs.). Inaugurando a História e construindo a nação . Discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

**Bibliografia Complementar**

CARNEIRO da Cunha, Manuela; VIVEIROS de Castro, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. Journal de la Société des Américanistes, v. 71, n. 1, p. 191-208, 1985.

GONTIJO, Rebeca (orgs). Estudos de historiografia brasileira . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

GOMES, Angela de Castro. História e historiadores . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RAMOS, Alcida Rita. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (orgs). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SANTILLI, Juliana. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. QUEM CALA CONSENTE? p. 53, 2003.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00048 - MATEMÁTICA, BILINGUISMO E EDUCAÇÃO**

**Ementa**

Matemática e língua materna; Cosmologia indígena e linguagem matemática; Tradução: Linguagem Matemática x Português x Língua indígena. Dialogar e refletir sobre a leitura e escrita matemática nas escolas indígenas, visto que, existem algumas palavras do vocabulário matemático que não existe tradução para a língua indígena.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Desenvolver técnicas de ensino de matemática para crianças de educação infantil e ensino fundamental inseridas em contexto bilíngue;
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais..

**Bibliografia Básica**

VERGANI, T. Matemática & Linguagem: olhares interactivos e transculturais. Portugal: Pandora, 2002.

MACHADO, N .J. Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua. 2. ed.São Paulo: Cortez, 1991.

NACARATO, Adair Mendes, LOPES, Celi Espasandin (Orgs.). Escritas e leituras na Educação Matemática. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

**Bibliografia Complementar**

MENDES, Jackeline Rodrigues. Ler, escrever e contar: Práticas de numeramento letramento dos Kaiabi no contexto de formação de professores índios no Parque Indígena do Xingu . IEL- UNICAMP, 2001. Tese de Doutorado.

NASCIMENTO, Adir Casaro. Escola indígena: palco das diferenças. Campo Grande: UCDB,2004.

VERGANI, Tereza. A criatividade como destino: trasdisciplinaridade, cultura e educação.São Paulo, Editora da Física, 2009.

FERREIRA, Mariana Kawall (Orgs). Ideias Matemáticas de povos culturalmente distintos . Fapesp. São Paulo. Global 2002.

D"ANGELIS, Wilmar da Rocha. Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradicao oral? Campinas, SP: Editora Curt Nimuendaju, 2007.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00043 - PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DA CULTURA**

**Ementa**

Socialização, aprendizagem e processos de formação da pessoa em uma perspectiva socioantropológica. Cultura como sistema de significação: a questão do simbólico, relação entre cultura e ideologia. Processos educativos em diferentes contextos. Processos de aprendizagem escolares e não escolares.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Compreender alguns processos de formação da diversidade cultural no mundo e no Brasil;
  - Analisar a relação natureza e cultura e as críticas ao determinismo biológico;
  - Debater os processos de construção de identidades culturais a partir da modernidade;
  - Analisar os processos de globalização e suas consequências para comunidades e agrupamentos locais e etnoculturais na construção de suas identidades;
  - Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

**Bibliografia Básica**

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002;  
DaMATTA, Roberto. O que faz do Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 2001.  
SCHWARCZ, Lília. O espetáculo das raças. S. Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

**Bibliografia Complementar**

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. RJ: DP&A, 2003;  
BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. [1920]; DAMATTA, Roberto. 'O ofício de Etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues"'. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). A aventura sociológica. RJ: Zahar. 1978. Pp.24-35.  
CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: discurso competente e outras falas. S. Paulo: Cortez, 2000  
HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. S. Paulo: Companhia das Letras, 2006.  
LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003; LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2004; KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Edusc: São Paulo, 2002;

---

**Disciplina: CE1-PROP-00045 - SABERES INDÍGENAS E DECOLONIALIDADE**

**Ementa**

Ancestralidades, Memórias, Identidades; Educação Decolonial: escutas, silenciamentos, trocas, conflitos; Saberes ancestrais femininos; Povos Indígenas do curso; História Pública e Memórias ancestrais.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Redigir com clareza, concisão, precisão, simplicidade e correção diferentes gêneros textuais acadêmicos;
- Desenvolver habilidades de compreensão e produção de textos pertencentes a alguns dos gêneros mais praticados na esfera acadêmica;
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;

Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais..

**Bibliografia Básica**

ANDRADE, Marcelo (org.). A diferença que desafia a escola: a prática pedagógica e a perspectiva intercultural; Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

CANDAU, V. M. (Org.). Educação intercultural e cotidiano escolar; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz. O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos; Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

**Bibliografia Complementar**

CANDAU, V. M. (Org.). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas; Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2006.

JULLIEN, François. O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo; Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). Multiculturalismo: diferenças e práticas pedagógicas; Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

SEMPRINI, Andrea. Multiculturalismo; Bauru/SP: Ed. Universidade do Sagrado Coração, 1999.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00044 - LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS**

**Ementa**

Compreensão leitora. Sentido e significado na leitura. Produção textual. Gêneros textuais acadêmicos e os demais gêneros.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Redigir com clareza, concisão, precisão, simplicidade e correção diferentes gêneros textuais acadêmicos;
  - Desenvolver habilidades de compreensão e produção de textos pertencentes a alguns dos gêneros mais praticados na esfera acadêmica;
  - Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais..

**Bibliografia Básica**

ARAÚJO, Antônia Dilamar. Identidade e subjetividade no discurso acadêmico: explorando práticas discursivas. In: LIMA, Paula Lenz Costa & ARAÚJO, Antônia Dilamar (Orgs.). Questões de Lingüística Aplicada: miscelânea. Fortaleza: Ed. da Uece, 2005. pp. 11-30. ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

**Bibliografia Complementar**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Referências bibliográficas – Normas técnicas. Rio de Janeiro, 2000. FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991. HENRIQUES, Cláudio Cezar ; SIMÕES, Darcília M. P. (orgs.). A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática. 3ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désiré (orgs.). Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. SANTOS, Ednalva Maria M. dos et al. O texto científico: diretrizes para elaboração e apresentação. 3ª ed. rev. e atual. Salvador: Quarteto / UNYANA, 2003. SERAFINI, Maria Teresa. Como escrever textos. Tradução Maria Augusta Bastos de Mattos. 5ª ed. São Paulo: Clob, 1992.

---

**Disciplina: CE1-PROP-00047 - BEM VIVER, COSMOVISÕES E ANCESTRALIDADE****Ementa**

Ancestralidade e bem viver a partir dos cadernos de realidade; Colonialidade do saber e o eurocentrismo; Quem pode falar? Descolonizando o conhecimento e “aprendendo a dizer a sua palavra”; Oralidade e ancestralidades quilombola e indígena na contracolonização dos saberes; Conceituando “bem viver”: projetos de existências imaginando outros mundos; O envolvimento do bem viver como alternativa ao desenvolvimento neoliberal; O bem viver e os direitos da natureza; Experiências de redes contrarracistas e contracoloniais no hemisfério sul latino-americano; Elaboração de práticas individuais e coletivas de valorização da ancestralidade e o bem viver na comunidade; Elaboração de práticas individuais e coletivas de valorização da ancestralidade e o bem viver na comunidade; Produção de práticas didático-pedagógicas para o cuidado de si e o bem viver

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

**Objetivos**

- Compreender o conceito de bem viver na epistemologia decolonial;
- Analisar a ecologia dos saberes e o reencantamento do mundo como instrumentos políticos de construção do Estado plurinacional;
- Discutir o papel da oralidade e das ancestralidades quilombola e indígena na contracolonização dos saberes; Relacionar o bem viver com os direitos da natureza e a produção de alternativas ao desenvolvimento;
- Analisar a formação das redes contrarracistas como horizonte estratégico na promoção de cosmovisões contracoloniais;
- Analisar as práticas cotidianas de comunidades quilombolas e indígenas a partir de cosmovisões do bem viver;
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;
- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

**Bibliografia Básica**

ACOSTA, Alberto. Bem Viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda, Orelha: Boaventura de Sousa Santos, Editora Elefante Editora; Editora Autonomia Literária. 2016. Disponível em <https://rosalux.org.br/wpcontent/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>

DA GRAÇA COSTA, Maria. Agroecologia, ecofeminismo e bem viver: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro em “Pensamento Feminista. Hoje: Perspectivas Decolonial”. Org. Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

KILOMBA, Grada. Cap. 3 “Quem pode falar?”: Falando no centro. Descolonizando o conhecimento. Em: Memórias da plantação. Episódios do racismo cotidiano. FIORI, Ernani. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. In FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

**Bibliografia Complementar**

ALBÓ, Xavier. Os Guarani e seu “Bem-Viver”. Tradução André Langer. IHU – online. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Edição 471/31 agosto 2015. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6104-artigo-xavier-albo>

FLEURI, R. M. Aprender com os povos indígenas. Revista de Educação Pública, v. 26, n. 62/1, p. 277-294, maio 2017. Disponível em: . HECK, Dionísio Egon; Silva, Renato Santana da; Feitosa, Saulo Ferreira (organizadores). Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio. Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012.

LACERDA, Rosane Freire; FEITOSA, Saulo Ferreira. Bem Viver: Projeto U-tópico e Decolonial. Territórios. Revista da Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Brasil, v. 1, n.1, 2015.



Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/download>. Acesso em 22/11/2020.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistémica y descolonización de lesoluções sociales. In VEJA, Rodrigo Cordero (org.) Formas esoluçõesder el presente. Conferencias reunidas de la Cátedra Norbert Lechner (2010-2011). Ediciones Universidad Diego Portales, 2012. Disponível em [http://norbert.udp.cl/wpcontent/uploads/2013/11/Lechner\\_comprender\\_el\\_presente.pdf#page=23](http://norbert.udp.cl/wpcontent/uploads/2013/11/Lechner_comprender_el_presente.pdf#page=23). Acesso em 19/11/2020.

NASCIMENTO JÚNIOR, Wanderley dos Reis. O paradigma do “vivir bien” no estado plurinacional da Bolívia como referente para a construção de políticas públicas emancipatórias. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 1, n. 1, jun - ago/2016, pp. 212-234. Disponível em <https://doaj.org/article/ce7d0c69fe3b4d219b949442162e4dd3>

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-aamericanas. CLACSO. Modernidade; Capitalismo; Poder Público; Sociedad; História Eurocentrismo; América Latina. Buenos Aires, 2005. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1366646>. Acesso em 22/05/2018. Universidad de Cauca, 2015.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. Revista Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez.2012. SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015

SANTOS, Antonio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In.: Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal / organização Anderson Ribeiro Oliva [et al.]. 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019. P. 23 - 36 -- (Coleção Cultura Negra e Identidades)

SOUZA, Maria Aparecida de Oliveira. “Negras nós somo, só não temo o pé no torno”: a identidade negra e de gênero em Conceição das Crioulas, Contendas / Tamboril e Santana (Salgueiro-PE) / Maria Aparecida de Oliveira Souza. - Recife: O autor, 2013

SOUZA, Maria Aparecida. Os mitos fundadores, narrativas e “as donas dos quilombos”. In.: TAPAI, Giselle de Melo Braga. Novo Código Civil. 1 ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Acesso em: 12 jun. 2021.

WALSH, Catherine. Diálogo com Catherine Walsh. Entrevista concedida a integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Amazônia (Geperuaz/Ufpa), do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia (RPPDA).

## **Disciplina: CE1-PROP-00046 - ETNICIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS**

### **Ementa**

Colonização dos saberes e a invisibilidade dos saberes tradicionais: etnocentrismo, colonialidade e epistemicídio; Ecologia dos Saberes e Interculturalidade: Epistemologias do Sul, Sociologia das Ausências, Sociologia das Emergências; Bem Viver: cosmovisões dos povos originários (relação com ancestralidade, relação com a natureza, outro modo de organização político-social); O Estado e as políticas públicas culturais para os saberes tradicionais; Universidade e os saberes tradicionais: interculturalidade, processos de descolonização da academia; Vivências Interculturais e Saberes Tradicionais: experiências em campo.

Prática extensionista: realizará por meio de projeto de extensão registrado no Portal de Projetos da Proex/Ufes, onde os/as estudantes matriculados/as serão componentes da equipe executora, sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

### **Objetivos**

- Propiciar vivências interculturais entre os saberes tradicionais e outros saberes em uma perspectiva pós-colonial;
- Identificar os processos colonizador e descolonizador da academia quanto aos saberes tradicionais;
- Analisar a atuação do Estado na condução das políticas de reconhecimento dos saberes tradicionais;
- Formação integral do estudante, articulando os aspectos técnico-científicos com os aspectos pessoais e sociais, promovendo diálogos entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e, ao fazê-los, envidar esforços no sentido de reconhecimento dos saberes dos mestres tradicionais e populares;

- Relação dialógica com a sociedade na interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular, em estreita articulação com organizações sociais.

### **Bibliografia Básica**

ACOSTA, Alberto. Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. Conferência realizada na Reunião da SBPC em Belém, Pará, em 12/7/2007.

MOUJÁN, Inés F.; CARVALHO, Elson S. Silva; JÚNIOR, Dernival, V. R. (Orgs.). Pedagogias De(s)coloniais: saberes e fazeres. Goiânia: Elson Santos Silva Carvalho, 2020.

### **Bibliografia Complementar**

ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. Quilombo em festa: Pós-colonialismo e os caminhos da emancipação social. Universidade de Coimbra. Tese. 2012.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1987.

GOULART, Bruno. Notório Saber para os(as) mestres(as): Caminhos para o reconhecimento institucional dos saberes tradicionais. Revista Mundaú, 2021, v. 2, número especial, p. 144-167

JOAQUIM, Shiraishi Neto (Org.). Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

## PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO

As normativas legais que regem as políticas institucionais de pesquisa e extensão são: Constituição Federal de 1988, Lei nº. 9394/1996, “Política Nacional de Extensão Universitária” (documento proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) e Instrução Normativa nº 8, de 17 de março de 2022/Prograd/Ufes, que trata da curricularização da extensão nos cursos de Graduação da Universidade. No caso do curso de Pedagogia Intercultural Indígena optamos por inserir a prática extensionista na seguinte modalidade:

II. componente curricular de caráter misto: unidade disciplinar cuja carga horária seja dividida entre ensino e prática extensionista, e cuja previsão conste no projeto pedagógico do curso, bem como em sua ementa. As disciplinas mistas terão parte de seus conteúdos programáticos na forma de atividade extensionista curricular, registrada no Portal de Projetos da Proex/Ufes, sendo os/as estudantes matriculados/as como componentes da equipe executora e sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina;

A formação ofertada aos futuros profissionais da educação deve conduzir o egresso à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa

As atividades de pesquisa e extensão no curso de Pedagogia Intercultural Indígena são atividades fundamentais e indissociáveis da formação do professor. O perfil de professor-pesquisador perpassa a estrutura curricular do curso que opera no sistema de alternância entre Tempo Universidade e Tempo Aldeia garantindo a pluralidade dos conhecimentos e das metodologias nas articulações interculturais e nas pesquisas sobre temas referenciados nos projetos políticos e pedagógicos comunitários. Em parceria com o curso de Pedagogia Intercultural Indígena, temos também o Programa Ação Saberes Indígenas na Escola registrado como um projeto de extensão universitária trabalha formação continuada de professores indígenas, por meio de oficinas, pesquisas e produção de material didático bilíngue sobre temas de interesse dos povos envolvidos. Contribui por sua vez, para a integração entre a universidade, as escolas e as comunidades na garantia dos direitos indígenas à uma educação diferenciada, transdisciplinar, intercultural e específica.

Ainda, entendemos que a proposta deste curso tem caráter extensionista em sua natureza, uma vez que sua parte prática ocorre no Território, podemos considerar:

Participação como membro de organização de eventos na área de educação, científicos, culturais e/ou artísticos mediante comprovação;

Participação como membro participante de projetos de ensino, de pesquisa ou de extensão na área de educação, científicos, culturais e/ou artísticos mediante comprovação;

Outras atividades analisadas e autorizadas antecipadamente, em cada caso, pelo Colegiado.

## DESCRIÇÃO DE CARGA HORÁRIA EXTENSIONISTA

Descrição da carga horária extensionista

A extensão compõe o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia Intercultural Indígena e se realizada por meio da organização e interrelação de maneira orgânica nas disciplinas

específicas definidas no PPC, por meio de uma postura de constante problematização sobre o contexto cultural, histórico, político e social em que a educação escolar indígena se delinea e busca subsídios para a compreensão dos seus contextos e realidade.

As atividades extensionistas serão organizadas de acordo com a proposta da disciplina e vinculadas ao Laboratório de Extensão do curso, a ser criado e registrado como Programa Permanente de Extensão na PROEX UFES. Tais atividades regulares de extensão no curso de Pedagogia Intercultural Indígena estão inseridas dentro da carga horária de dezoito disciplinas do curso, sendo seis disciplinas do Nexo Integrador e doze disciplinas dos Temas Contextuais, a saber:

Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) I: identidades e práticas: 35h

Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) II: História dos povos indígenas na América Latina: 35h

Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) III: Territórios Indígenas, Cartografia e Georeferenciamento: 35h

Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) IV: Análise e Produção Didática para Educação Escolar Indígena: 35h

Laboratório - Análise e Produção de Materiais Didáticos: 35h

Laboratório - Etnodesign Educacional: 20h

Metodologias do Ensino de Línguas: 10h

Educação, Desenvolvimento e Infâncias Indígenas: 10h

Ludicidade, Linguagens e Culturas: 10h

Metodologias Interculturais de Alfabetização e Letramento: 10h

Optativa: 10h

Saberes e Conhecimentos Tradicionais Indígenas em Práticas de Saúde e Sustentabilidade: 30h

Metodologias de Ensino em Etnomatemática: 10h

Metodologias de Ensino em Etnociências: 10h

Memória e Patrimônio: 10h

Metodologias de Ensino em Linguagens: 10h

Metodologias de Ensino em Humanidades: 10h

Optativa: 10h

## AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

Em conformidade com a legislação em vigor, em seu processo de avaliação institucional, a UFES criou instâncias específicas para esse fim e desenvolveu diferentes instrumentos para acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas, bem como de assistência estudantil e gestão, as quais auxiliam no processo de avaliação de cursos de graduação. Assim, o Projeto de Avaliação Institucional deverá observar minimamente os eixos temáticos estabelecidos pelo Sinaes para a avaliação institucional, bem como prever os meios e recursos necessários para a sua execução.

A Universidade possui uma Secretaria de Avaliação Institucional (Seavin), que é responsável por coordenar e articular as ações de avaliação desenvolvidas na instituição, com o objetivo de trabalhar dentro dos pressupostos de uma Avaliação Institucional Participativa (AIP), entendendo que a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo irá contribuir para o aprimoramento e a qualificação das atividades e dos cursos da Ufes.

A Seavin acompanha os processos de avaliação e reconhecimento de Curso, fornece informações referentes à preparação e acompanhamento de processos de natureza regulatória junto ao Ministério da Educação (MEC) especialmente junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), através do Sistema e-MEC – banco de dados governamental das instituições brasileiras de ensino superior. A Resolução n. 49/206 - CUn/Ufes institui o processo permanente de avaliação Institucional, criando as Comissões Próprias de Avaliação dos Centros de Ensino (CPACs) da Universidade Federal do Espírito Santo.

De acordo com a legislação proposta pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e coerente com a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufes, são pertinentes à Seavin as seguintes atividades genéricas: Promover a participação da comunidade acadêmica nos processos de Avaliação Institucional e de Cursos; Dar suporte às ações do sistema formado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Ufes e pelas Comissões Próprias de Avaliação dos Centros de Ensino (CPACs); Orientar e coordenar atividades de preparação da Universidade para ações internas e externas no âmbito da avaliação e regulação institucional e de cursos; Auxiliar nas atividades inerentes ao planejamento e gestão organizacional. É também responsável pela implementação dos indicadores de qualidade; pela sistematização e publicação da autoavaliação institucional, bem como pela implementação dos instrumentos de avaliação aprovados pela CPA/Ufes, entre eles a avaliação do docente pelos discentes, a autoavaliação docente, a avaliação da pós-graduação e o questionário do egresso.

Assim, com o apoio da Seavin, entende-se que a auto avaliação do curso é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, tendo como objetivo indicar à comunidade as potencialidades e fragilidades da Instituição, no intuito de promover a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, observados os princípios do Sinaes e as especificidades da Universidade.

Ainda, no âmbito do curso, o Núcleo Docente Estruturante tem dentre suas atribuições, acompanhar, avaliar e fazer proposições para a efetivação do Projeto Pedagógico do Curso, articulando dados de avaliação produzidos por diferentes setores da universidade, como:

1. Dados divulgados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
2. Ações variadas desenvolvidas pelo Colegiado do Curso a respeito do acompanhamento pedagógico dos estudantes;
3. Avaliação do NDE do curso, por meio de processos de escuta de estudantes, professores e comunidade do curso, por meio de questionários, seminários e fóruns de avaliação.

Caberá ao NDE, entre outras atribuições, zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades constantes no currículo; incentivar o desenvolvimento de projetos de

---

pesquisa e extensão, oriundas das demandas da graduação, de exigências do campo de trabalho e afinadas com os projetos comunitários e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. De modo geral, o Curso de Pedagogia Intercultural Indígena da UFES terá como intuito realizar um acompanhamento de caráter permanente, envolvendo coordenadores, professores, estudantes, lideranças e comunidades indígenas envolvidas.

Assim, entendemos que o NDE (Núcleo Docente Estruturante), a CPA (Comissão Própria de Avaliação) e a CPAC da Universidade Federal do Espírito Santo serão responsáveis institucionalmente pelo acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas no Curso de Pedagogia Intercultural Indígena. No entanto, a avaliação será constante pelo processo de escuta e diálogo coletivo, que é uma dinâmica natural e cultural, em se tratando de povos indígenas.



## ACOMPANHAMENTO E APOIO AO ESTUDANTE

O acompanhamento e apoio aos estudantes será permanente ao longo do curso e será realizado, em função de sua especificidade, de forma coletiva e individual, em parceria com as instâncias institucionais afins. Em destaque, a Propaes-UFES, cujas atribuições visam a garantia da política de inclusão acadêmica, o acesso, a permanência e a assistência estudantil.

Ainda, com a presença de um coordenador local acreditamos que esse acompanhamento será feito com maior eficiência, com as atribuições da função. Dessa maneira, será possível a realização de encontros programados nas comunidades com coordenação, professores, estudantes e lideranças indígenas que, junto à coordenação local, irão discutir a participação dos estudantes ao longo das atividades do curso, de implementação dos projetos no território, além do acompanhamento acadêmico e avaliação do curso.

Quando tratamos do acompanhamento e apoio ao/a estudante universitário/a, é fundamental frisar as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Apoio Acadêmico – DAA/PROGRAD, assim como os programas de acesso e permanência desenvolvidos pela Universidade e, também, com a possibilidade de bolsa aos discentes, durante todo o curso. Quanto à iniciativa do DAA/PROGRAD, pelo menos seis atividades devem ser destacadas:

1. Projetos de ensino: almejam um processo de ensino-aprendizagem que primem pela investigação e/ou intervenção, que apoiarão as atividades de ensino nos cursos de Graduação da UFES.
2. Programa Institucional de Apoio Acadêmico (PIAA): O PIAA surge da necessidade de uma ação institucional, que visa o acompanhamento acadêmico dos estudantes de graduação, tendo em vista a promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção, ao desligamento e a evasão nos cursos de graduação da Ufes.
3. Programa Integrado de Bolsas (PIB): O PIB está configurado em dois grupos distintos de programas de bolsas: 1. a) Programa de Iniciação à Docência PID - visa contribuir para o processo de aprendizagem de estudantes, promovendo a maior interação entre estudantes e professores no que tange ao conteúdo das disciplinas, integrando a monitoria ao processo formativo e despertando o interesse do estudante pela carreira acadêmica; b) Programa de Aprimoramento Estudante PAD - visa desenvolver ações e projetos que conferem suporte às atividades acadêmicas, técnicas e administrativas da UFES, e, ao mesmo tempo, ampliar o escopo da formação do estudante por meio de seu engajamento em atividades promotoras de competências vinculadas ao seu campo de estudo. Além deste, existem outros programas, tais como: Programa de Bolsas de Extensão (PROEX): visa promover ações e integração de trabalhos técnicos, científicos, culturais, esportivos e artísticos, desenvolvidos por esta Instituição, em prol e em parceria com a comunidade, contribuindo para a formação cidadã e apoiando a articulação Universidade- Sociedade. Programa de Bolsas Digital (PIDIG): objetiva desenvolver habilidades de tecnologia da informação, além de incentivar e desenvolver atividades acadêmicas vinculadas ao uso da informática, visando atender as necessidades da Instituição e preparar estudantes de graduação para o desempenho de atividades de informática na vida profissional.
4. Programa de Educação Tutorial (PET): O Programa de Educação Tutorial reúne, nos campi Goiabeiras e São Mateus da Ufes, 13 grupos em 20 diferentes áreas do conhecimento, dentre os quais, o PET-Licenciaturas e o PET Conexões Educação;
5. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid): é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos/as estudantes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas.
6. Programa Residência Pedagógica: uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.
7. Programa Permanecer e Concluir: objetiva ampliar a política de acesso, permanência e

---

conclusão pelos estudantes dos cursos de graduação na Universidade Federal do Espírito Santo por meio de ações construídas com a participação da Prograd, dos Colegiados, das direções dos Centros de Ensino, coordenações de cursos, docentes e discentes.

As ações da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil – PROPAES, visam a garantia da política de inclusão acadêmica, o acesso, a permanência e a assistência estudantil. Ainda, busca realizar o acolhimento, a interação, o diálogo multicultural, o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos visando contribuir para a sustentabilidade sociocultural, nutricional, territorial, pedagógica, científica e tecnológica dos estudantes. Para dar conta de todas essas frentes de trabalho, a equipe da PROPAES se organiza da seguinte forma: Diretoria de Assistência Estudantil; Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade; Diretoria de Gestão dos Restaurantes; Divisão de Gestão Administrativa.

A Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade - DAAD constitui-se como espaço-tempo indutor de políticas de ações afirmativas com foco nas questões de gênero e diversidade sexual, étnico-raciais, indígenas, populações do campo, quilombolas e pessoas com deficiência. Nesse sentido, desenvolve o seu trabalho com o objetivo de produzir estratégias que contribuam para que a política de ações afirmativas se constitua cada vez mais como princípio ético-político orientador das práticas da universidade, nos seus diferentes âmbitos: acesso, permanência, formação de servidores, currículo e produção de conhecimento.

Projetos:

- - Formações Afirmativas;
- - Testagem e Aconselhamento em HIV e Sífilis.
- - Mapeamento Sociocultural

A Diretoria de Assistência Estudantil tem por objetivo desenvolver o Plano de Assistência Estudantil da Ufes (Resolução Nº 03/2009 Cun/Ufes) em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto 7.234/2010), operacionalizado pelo Programa de Assistência Estudantil (Proaes) da Ufes (Portaria nº 1831/2017-R Ufes), a fim de contribuir para permanência qualificada dos estudantes de graduação na Universidade até a conclusão do curso, especialmente os estudantes de baixa renda familiar.

Projetos:

- Programa de Assistência Estudantil (PROAES)
- Programa de Assistência ao Estudante Estrangeiro (PAEE)
- Bolsa Permanência do MEC
- Reserva de Vagas de Graduação na Ufes para Baixa Renda

A Diretoria de Gestão dos Restaurantes integra o Programa de Assistência Estudantil desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania – Proaeci - e é responsável por administrar os Restaurantes Universitários dos campi de Goiabeiras, Maruípe, Alegre, Jerônimo Monteiro e de São Mateus. Localizada em Vitória/ES - campus Goiabeiras, é composta pelas seguintes coordenações: Coordenação de Nutrição e Coordenação de Administração e Finanças. Auxiliada pela Secretaria, conta também com a equipe responsável pelo setor de cadastro e venda de tíquetes, que gerencia o acesso dos usuários ao Restaurante Central.

---

## ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O curso buscará desenvolver as estratégias de acompanhamento dos estudantes egressos seguindo os pressupostos de um programa específico denominado “Programa de Egressos” que contribuirá para a realização do referido acompanhamento, vinculado a PROGRAD/Ufes (<https://prograd.ufes.br/programa-de-egressos>)

Além do acompanhamento, esse programa tem como função coordenar as ações para oferta de estágios aos estudantes, além de acompanhar os egressos no mundo do trabalho.

No caso mais específico do curso, estratégias como a consulta na comunidade acerca de ações propostas pelos egressos nos espaços escolares, bem como a participação de egressos em seminários, encontros, vivências, entre outros espaços, serão fundamentais para a compreensão do impacto do curso na formação desses egressos. Esse acompanhamento possibilitará o reconhecimento de potencialidades e fragilidades do curso, assim como seu aprimoramento.

## **NORMAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO**

Os estágios supervisionados dos cursos de graduação da UFES (obrigatórios e não obrigatórios) são regulamentados pelas Resoluções nº 14/2022 e nº 24/2022 do CEPE/UFES e pela Instrução Normativa nº 11/2023/Prograd/Ufes, a saber:

Art. 2º Para os fins desta Resolução, entende-se por:

I- Estágio: componente curricular didático-pedagógico do ensino de graduação na Ufes, que se configura a partir da inserção do(a) estudante no espaço educacional ou socioinstitucional do mundo do trabalho, que requer supervisão sistemática, objetivando aproximá-lo(a) da futura realidade de exercício profissional:

a) Estágio supervisionado obrigatório: definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para a aprovação e obtenção do diploma;

b) Estágio supervisionado não obrigatório: desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória;

c) Estágio para formação de professores(as): específico para os cursos de Licenciatura e com regulamentação própria.

II- Aproveitamento de estágio: é a equiparação prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de atividades de extensão, monitorias e iniciação científica executadas no ensino superior ao estágio supervisionado curricular obrigatório.

§ 1º As atividades previstas no inciso II somente poderão ser equiparadas ao estágio curricular obrigatório em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 2º As atividades de extensão, monitorias e iniciação científica somente poderão ser aproveitadas para a carga horária de estágios curriculares obrigatórios se não tiverem sido contabilizadas para outro fim dentro da integralização do curso.

Conforme definido no artigo 82 da Lei 9.394/96 o Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, portanto, deve ser a culminância formativa da relação teoria e prática e o momento da formação em que o licenciando tem contato com o exercício profissional. No caso da Pedagogia Intercultural Indígena, para quem ainda não exerce a docência, será esse o momento de atuar em unidades educativas, conhecer e vivenciar todos os espaços, o cotidiano escolar e/ou não escolar e do território. Para os estudantes que já são professores das escolas indígenas, os estágios não terão apenas a dimensão da preparação para a prática, constituindo-se também em um instrumento de formação em serviço. O estágio tem como foco central a reflexão da prática pedagógica, incidindo sobre todos os aspectos da vida cotidiana da escola.

Os estágios devem ser realizados, preferencialmente, nas escolas indígenas, sendo aberta a possibilidade de estagiar em outros projetos educativos afins, para troca de experiência (escolas família agrícola, escolas dos acampamentos e assentamentos, escolas do campo...). A ideia de estágio supervisionado tem um caráter diferenciado daquele normalmente estabelecido nos cursos de Licenciatura. A partir do exercício de refletir sobre a prática de ser professor indígena, o estágio está possibilitando a construção de uma pedagogia indígena, com características próprias e adequadas à educação dos povos indígenas. Para um melhor registro e acompanhamento desse processo, propõe-se que cada estudante tenha um caderno, seu "Diário", onde irá contar/descrever/analisar a sua experiência como professor no período de estágio.

O Parecer CNE/CEB 28, de 06 de agosto de 2001 e a Resolução no 1, de 7 de janeiro de 2015 em seu artigo 14 dispõe que "O estágio supervisionado, concebido como tempo e espaço privilegiados de ação-reflexão-ação na formação de professores indígenas, deve ser extensivo a todos os formandos indígenas, incluindo aqueles que já desenvolvem trabalhos professores no âmbito da Educação Básica" e no inciso II afirma que "suas atividades podem ser desenvolvidas nas escolas indígenas, nas secretarias de educação e em seus órgãos regionalizados, nos conselhos e fóruns de educação, nas organizações de professores indígenas e em outras associações do movimento indígena", incluindo as atividades de Estágio,

---

estabelecidas no artigo 13 da Lei 9394/96, sendo elas:

- I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III- zelar pela aprendizagem dos estudantes;
- IV- estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento;
- V- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A supervisão de Estágio estará sob responsabilidade das Unidades Competentes de Educação com o apoio e acompanhamento do coordenador local, em consonância com a programação e o planejamento do estágio supervisionado elaborados em conjunto pelo professor de estágio e o estudante, resultando em um plano de estágio individual.

O estudante que não atua em sala de aula iniciará a vivência escolar de maneira mais sistematizada, conforme orientam as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura em consonância com o disposto nos Art. 14 e Art.15 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências”:

Art. 14. O estágio supervisionado, concebido como tempo espaço privilegiados de ação-reflexão-ação na formação de professores indígenas, deve ser extensivo a todos os formandos indígenas, incluindo aqueles que já desenvolvem trabalhos professores no âmbito da Educação Básica.

Art. 15. Com vistas à garantia da qualidade socioeducativa e cultural da prática de ensino e do estágio supervisionado, é importante que as instituições formadoras observem as seguintes orientações:

- I- os princípios da Educação Escolar Indígena e suas práticas de pesquisa são elementos centrais na organização de todas as atividades do processo formativo;
- II- suas atividades podem ser desenvolvidas nas escolas indígenas, nas secretarias de educação e em seus órgãos regionalizados, nos conselhos e fóruns de educação, nas organizações de professores indígenas e em outras associações do movimento indígena;
- III - na apresentação de suas atividades finais, podem ser utilizados seminários, cadernos de estágio, produção de materiais didático-pedagógicos, vídeos, fotografias e outras linguagens ligadas às tecnologias da informação e da comunicação.

Parágrafo único. As instituições formadoras devem assumir a condução das atividades de estágio supervisionado como atos educativos de sua responsabilidade, criando diferentes estratégias de acompanhamento da prática de ensino e do estágio supervisionado, envolvendo os seus formadores, os professores indígenas em processo formativo, as comunidades indígenas e suas escolas.

Dessa maneira, este PPC segue as resoluções e instruções e estabelece a seguinte organização do estágio:

5º semestre: Estágio Supervisionado em Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena

6º semestre: Estágio Supervisionado na Educação Infantil em Territórios Indígenas

7º semestre: Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Territórios Indígenas

8º semestre: Estágio Supervisionado em Gestão da Educação Escolar Indígena em Territórios Indígenas

As aulas de planejamento e organização dos estágios serão realizadas no TU, com orientação de um professor orientador de estágio. A dimensão prática de cada estágio está contemplada dentro e fora do ambiente da sala de aula como conjunto amplo de atividades, desde o ensino até a produção e a análise de material didático-pedagógico, a experiência de gestão e a realização de projetos e pesquisas no Território.

Assim sendo, os Estágios Supervisionados referentes ao 6º e 7º semestre, a saber: 6º: Estágio Supervisionado na Educação Infantil em Territórios Indígenas e 7º: Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Territórios Indígenas; consolidarão e ampliarão a vivência anterior, levando os estudos e as práticas já acumuladas para o ambiente escolar de gestão, da sala de aula e do território. Nos semestres 6 e 7, o estudante totalizará 210 horas de atividades conforme previsto nos Art. 14 e Art.15 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015.

Nos 5º e 8º semestres, os Estágios Supervisionados em Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena e Gestão da Educação Escolar Indígena em Territórios Indígenas, permitirá o desenvolvimento das atividades referentes à gestão de projetos do território e das Instituições da Educação Escolar Indígena, entendendo a integridade e relação dessas ações em territórios indígenas, preferencialmente em Instituições da Educação Escolar Indígena.

#### Da Supervisão de Estágio

- a) discutir, em conjunto com a PROGRAD, sobre os Colegiados de Curso e as instituições envolvidas na realização dos estágios a respeito das condições prévias à assinatura dos convênios ou outros instrumentos jurídicos congêneres e termos de compromisso de estágio, nos quais deverão constar, respectivamente, o plano de trabalho e o plano de atividades a serem desenvolvidos pelo(s) estagiário(s);
- b) administrar o conjunto de ações referentes à implementação dos Estágios Curriculares Supervisionados de acordo com a legislação pertinente e com os Projeto Pedagógico do curso;
- c) realizar a mediação entre o Centro de Educação, seus Departamentos, o Colegiado do Curso de Licenciatura e as instituições educativas conveniadas no que tange aos Estágios Curriculares Supervisionados da Licenciatura;
- d) criar, com os docentes responsáveis pelas disciplinas de Estágio Supervisionado, mecanismos para acompanhar o desenvolvimento das atividades dos Estágios Curriculares Supervisionados;
- e) articular ações de formação continuada a serem desenvolvidas como contrapartida da UFES às instituições educativas envolvidas nas realizações dos estágios.

#### Do Professor orientador de estágio

- a) Elaborar o Plano de Ensino da Disciplina de Estágio Supervisionado que orientará as atividades a serem desenvolvidas no semestre de acordo com o presente Regulamento e apresentá-lo aos alunos/estagiários.
- b) Orientar os alunos na elaboração do Plano de Estágio junto aos alunos/estagiários, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e as demandas específicas da Unidade Campo de Estágio, assegurando a distribuição equitativa da carga horária discente durante o semestre letivo.
- c) Coordenar o acompanhamento do aluno/estagiário, no desenvolvimento do estágio, bem como orientar as ações e planejamentos com vistas a potencializar a formação do aluno/estagiário.
- d) Orientar o aluno/estagiário quanto à utilização do instrumental técnico-operativo para a intervenção: Caderno de Realidade, Relatório Mensal, Relatório Final, Quadro de Atividades .
- e) Fornecer suporte teórico a partir da bibliografia selecionada que oriente a prática e a pesquisa investigativa na Unidade Campo de Estágio.
- f) Estimular a atitude investigativa no exercício da atividade de Estágio que deverão ser incorporadas ao exercício profissional.
- g) Assumir as responsabilidades didático-pedagógicas de todos os alunos que constarem em sua pauta.

#### Do estagiário:

- a) O aluno/estagiário deverá cumprir a carga horária total de 420 horas distribuídas nas Disciplinas de Estágio Supervisionado, distribuídas em atividades realizadas no tempo-universidade e no tempo-comunidade.
- b) O aluno/estagiário deverá cumprir, obrigatoriamente a carga horária do tempo-universidade e o tempo-comunidade, distribuídas em encontros presenciais, reuniões com os professores, planejamentos, práticas docentes, etc.
- c) Fazer relatórios das atividades e entregar ao professor de Estágio, tanto das



observações, quanto das intervenções realizadas nos campos de Estágio.

- d) Produzir planos de intervenção e/ou projetos, planos de aula, relatórios das aulas (observadas, aplicadas), relatório semestral.
- e) Entregar o relatório final encadernado em duas vias, sendo uma cópia entregue no colegiado e outra cópia ao professor de estágio.

IV Dos Direitos do Aluno/Estagiário Art. 22. São direitos dos alunos/estagiários:

- a) Receber orientação de Estágio.
- b) Ter acesso à bibliografia indicada pelo professor de Estágio.
- c) Ter condições mínimas de infraestrutura, material e informação para o desempenho de seu Estágio.
- d) Ser informado pelo professor/a sobre o resultado de sua avaliação.
- e) Realizar seu Estágio tendo como condição estar matriculado na disciplina.

Art. 23. A avaliação do estagiário será realizada pelo professor supervisor e deverá ter caráter processual.

- a) A avaliação do estagiário poderá ser enriquecida de informações, comentários, observações, de caráter formativo, proveniente dos profissionais da escola.
- b) Para ser aprovado na disciplina o estudante deverá: I - ter frequência mínima regimental de 75%. II - alcançar a média mínima determinada 5.0 (cinco). III - ter nota final resultante do cumprimento das atividades e determinações previstas no plano de estágio.
- c) Em caso de reprovação o aluno deverá matricular-se em uma nova oferta da disciplina. Sendo necessário o cumprimento da carga horária mínima exigida.

A supervisão de estágio caracteriza-se pela orientação, acompanhamento e avaliação do cumprimento das atividades discriminadas junto ao professor supervisor (do contexto no território). O acompanhamento do estágio será feito pelo coordenador local e professores/formadores do curso nas seguintes formas:

- (1) acompanhamento do estagiário na execução das atividades planejadas, podendo ou não ser complementadas com outras atividades designadas pelo professor supervisor;
- (2) supervisão realizada por meio de visitas à unidade campo de estágio para orientações e /ou complementação das atividades, feitas pelo coordenador local e professor/formador do curso.

A avaliação do estágio será realizada pelo professor supervisor, que em diálogo com o coordenador local e professor/formador do curso, poderá acrescentar informações, comentários, observações de caráter formativo, proveniente dos profissionais da escola e das comunidades envolvidas. Para ser aprovado na disciplina, o estudante deverá:

- 1. Ter frequência mínima regimental de 75%;
- 2. Alcançar a média final mínima determinada 5.0 (cinco), resultante do cumprimento das atividades e determinações previstas no plano de estágio.

Segundo o parecer nº 776/97 do Conselho Nacional de Educação, que norteia as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, deve-se fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão.

Neste sentido, este projeto pedagógico incentiva a realização de estágios não obrigatórios e estabelece alguns critérios específicos, a saber:

- Os estágios não obrigatórios podem ser realizados somente a partir do 1º (primeiro) semestre;
- Não é permitido ao estudante realizar, simultaneamente, mais de um estágio não obrigatório.
- O estágio não obrigatório pode ser considerado como atividade complementar.

## **NORMAS PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As finalidades de uma universidade – ensino, pesquisa e extensão – devem ser integradas na formação do egresso. Essa integração deve ocorrer também em atividades extraclasse. Por isso, a Resolução CNE/CP nº 2 de 2015 destaca a necessidade de organização de um conjunto de atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, realizadas em espaços educacionais diversificados e envolvendo diferentes atores. A pertinência e relevância dessas atividades são reafirmadas pelo PDI-UFES, que ressalta que “As Atividades Complementares estimulam a prática de estudos independentes, transversais e opcionais, permitindo a permanente contextualização profissional específica” (UFES, 2015, p. 38).

No curso de Pedagogia Intercultural Indígena, as atividades complementares, nomeadas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), tem o mínimo exigido igual a 200 horas, cumpridas mediante atividades diversas que tenham aderência à área de formação do curso. Além disso, as AACC possuem como objetivo, fornecer ao estudante a oportunidade de diversificar e enriquecer sua formação por meio de participações em tipos variados de atividades complementares, como por exemplo, iniciação científica, monitoria, projetos de extensão, entre outros.

As atividades complementares são previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena e incentivadas por meio da atribuição de créditos à carga horária cumprida pelo estudante nas suas realizações. Por serem curriculares, as atividades complementares devem constar no histórico escolar do estudante, ainda que devam ser realizadas fora dos programas das disciplinas previstas na matriz curricular do curso.

Este projeto pedagógico estabelece as seguintes diretrizes para a realização de atividade complementar:

### **I – Das disposições preliminares:**

Art. 1º - O presente regulamento tem por objetivo normatizar Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) do curso Pedagogia Intercultural Indígena da UFES, bem como estabelecer meios operacionais para seu acompanhamento e registro se adequando às orientações específicas da Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências”.

Art. 2º - Consideram-se Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) aquelas que, garantindo relação de conteúdo e forma com atividades acadêmicas, se constituam em instrumentos válidos para o aprimoramento na formação básica e profissional. Seus objetivos devem convergir para a flexibilização do curso Pedagogia Intercultural Indígena no sentido de oportunizar o aprofundamento temático e interdisciplinares adequando às orientações específicas da Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências”:

§ 1º - As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) devem ser cumpridas durante o curso de graduação, totalizando 200 horas.

§ 2º - As atividades desenvolvidas no Estágio Não Obrigatório poderão ser computadas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

§ 3º - As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) realizadas pelo estudante devem constar do seu histórico escolar com a carga horária atribuída para cada atividade desenvolvida, separadamente.

§ 4º - O cumprimento da carga horária das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) é requisito indispensável à colação de grau.

### **II – Da Coordenação de Atividades Complementares**

Art. 3º - A Coordenação das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) será exercida pelo Colegiado do curso Pedagogia Intercultural Indígena da UFES.

§ 1º - Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) dos estudantes; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de atividades AACC de cada estudante, dentro dos tipos e limites fixados pelo Regulamento.

§ 2º - Os documentos comprobatórios das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), após serem visados pelo Colegiado, com a indicação do tipo e carga horária/pontuação computada, serão devolvidos aos estudantes, que deverão ter a responsabilidade de guardá-los.

### III - Da realização das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)

Art. 4º - Atividades complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.

Art. 5º - Atividades profissionais em áreas afins realizadas pelos estudantes no decorrer do curso podem ser consideradas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do curso Pedagogia Intercultural Indígena, ficando a atribuição de créditos a cargo deste colegiado.

Art. 6º - As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

§ 1º - Para obter o registro das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), o estudante deve elaborar um relatório discriminando as atividades realizadas (conforme formulário expedido pelo Colegiado), acompanhado das cópias dos certificados comprobatórios e apresentá-lo ao Colegiado, preferencialmente uma vez a cada ano.

§ 2º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado.

### IV - Da especificação das Atividades Complementares

Art. 7º - As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) a serem desenvolvidas encontram-se neste regulamento. A alteração desse quadro poderá ser discutida pelo Colegiado de Curso a qualquer tempo.

§ 1º - Na busca de maior qualidade e atendendo ao Art. 2º deste regulamento, apresentamos a seguir, um quadro com informações sobre as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ACCA).

### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Nº	TIPO	ATIVIDADE	CRITÉRIOS					ESPECÍFICOS	
		CH MÁXIMA							
1	Participação	em eventos	eventos	científicos	da	área	da	educação	
	05	Participação	pontos		por			evento	
	60								
2		Participação em eventos culturais e/ou artísticos na área de educação							
	04 pontos por evento								
	20								
3		Participação em cursos da área de educação							
	Até 10 horas - 5 pontos								
	De 11 a 20h - 10 pontos								
	De 21 a 40h - 15 pontos								
	De 41 a 60h - 20 pontos								
	De 61 a 90h - 25 pontos								

4	Participação em eventos de áreas afins, como congresso, seminário, simpósio, encontro, conferência, jornada, oficina, etc
	Até 8 horas – 4 pontos
	De 8 a 19 h – 8 pontos
	De 20 a 29h – 12 pontos
	De 30 a 39h – 16 pontos
40h	ou mais – 20 pontos
60	
5	Participação como membro de organização de eventos na área da educação ou em áreas afins.
	10 pontos para cada evento
20	
6	Participação em eventos científicos, culturais e/ou artísticos de áreas afins
02	pontos para cada evento
20	
7	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
e/ou	Participação em Projeto ou Programa de Extensão Universitária com relatório parcial final
	20 pontos por projeto ou programa
80	
9	Participação em curso de extensão na UFES
	Até 10 horas – 5 pontos
De 11 a 20h – 10 pontos	
Mais	de 40h – 15 pontos
90	
10	Atividades desenvolvidas com bolsa PET (Prog. Especial de Treinamento) da UFES
01	ponto para cada 1h de participação
60	
11	Participação em Projeto ou Programa de Extensão Universitária, vinculados aos núcleos e laboratórios do CE/UFES, como bolsista remunerado ou voluntário.
01	ponto para cada 1h de participação
60	
12	Participação em atividades de Estágio Supervisionado não Obrigatório, desde que o estudante comprove o caráter extensionista da atividade, por meio de relatório elaborado conforme formulário elaborado pelo Colegiado e assinado pelo responsável do campo do estágio
	1 ponto para cada dia de participação, com carga horária de 4 h
60	
13	Estágios extracurriculares
	Estágio não obrigatório
05	pontos por semestre realizado
60	
14	Iniciação científica e de pesquisa
	Participação em Projeto de Iniciação Científica orientado por professor do curso, como bolsista remunerado ou voluntário
01	ponto para cada 01h de participação
80	
15	Monitoria Atividades de Monitoria em disciplinas da UFES
01	ponto para cada 01 hora de participação
60	
16	Atividades desenvolvidas com bolsa PET
	Atividades desenvolvidas com bolsa PET (Prog. Especial de Treinamento) no âmbito da UFES
01	hora para cada 01 hora de participação
60	
17	Outras atividades
	Mobilidade estudantil e intercâmbio
10	ponto para cada dia de intercâmbio
60	
18	Curso de língua estrangeira realizado em instituição credenciada

10	pontos para resumo e resenha em anais											
50	pontos livro											
40	pontos artigo revista indexada ou capítulo de livro											
30	pontos para revista não indexada											
10	pontos	para	resumo	e	resenha	em	anais					
100												
26	Disciplinas											Eletivas
	Disciplinas eletivas, oferecidas pela UFES, quando excedentes ao número de créditos											
exigidos	30	pontos	para	cada	disciplina	de	no	mínimo	60	h		
90												
27	Apresentação		de	Trabalhos		Congressos		e	Eventos			
	Apresentação		de	trabalho		científico		em	eventos			
	Poster -20 pontos											
Apresentação	de		Comunicação/Trabalho				-	30	pontos			
50												
28	Organização			de							Eventos	
	Participação		como	membro	de	organização		de	eventos			
	10 pontos para cada evento											
20												
29	Participação na organização de curso ou evento de extensão realizado na UFES											
20	pontos	para	cada	20h		de	curso					

## NORMAS PARA ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As normativas legais que regem as políticas institucionais de pesquisa e extensão são: Constituição Federal de 1988, Lei nº. 9394/1996, “Política Nacional de Extensão Universitária” (documento proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) e Instrução Normativa nº 8, de 17 de março de 2022/Prograd/Ufes, que trata da curricularização da extensão nos cursos de Graduação da Universidade.

A formação ofertada aos futuros profissionais da educação deve conduzir o egresso à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa

As atividades de pesquisa e extensão no curso de Pedagogia Intercultural Indígena são atividades fundamentais e indissociáveis da formação do professor. O perfil de professor-pesquisador perpassa a estrutura curricular do curso que opera no sistema de alternância entre Tempo Universidade e Tempo Aldeia garantindo a pluralidade dos conhecimentos e das metodologias nas articulações interculturais e nas pesquisas sobre temas referenciados nos projetos políticos e pedagógicos comunitários. Em parceria com o curso de Pedagogia Intercultural Indígena, temos também o Programa Ação Saberes Indígenas na Escola registrado como um projeto de extensão universitária trabalha formação continuada de professores indígenas, por meio de oficinas, pesquisas e produção de material didático bilíngue sobre temas de interesse dos povos envolvidos. Contribui por sua vez, para a integração entre a universidade, as escolas e as comunidades na garantia dos direitos indígenas à uma educação diferenciada, transdisciplinar, intercultural e específica.

Ainda, entendemos que a proposta deste curso tem caráter extensionista em sua natureza, uma vez que sua parte prática ocorre no Território, podemos considerar:

Participação como membro de organização de eventos na área de educação, científicos, culturais e/ou artísticos mediante comprovação;

Participação como membro participante de projetos de ensino, de pesquisa ou de extensão na área de educação, científicos, culturais e/ou artísticos mediante comprovação;

Outras atividades analisadas e autorizadas antecipadamente, em cada caso, pelo Colegiado.

### Carga horária extensionista

A extensão compõe o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia Intercultural Indígena e se realizada por meio da organização e interrelação de maneira orgânica nas disciplinas específicas definidas no PPC, por meio de uma postura de constante problematização sobre o contexto cultural, histórico, político e social em que a educação escolar indígena se delineia e busca subsídios para a compreensão dos seus contextos e realidade.

As atividades extensionistas serão organizadas de acordo com a proposta da disciplina e vinculadas ao Laboratório de Extensão do curso, a ser criado e registrado como Programa Permanente de Extensão na PROEX UFES. Tais atividades regulares de extensão no curso de Pedagogia Intercultural Indígena estão inseridas dentro da carga horária de dezoito disciplinas do curso, sendo seis disciplinas do Nexo Integrador e doze disciplinas dos Temas Contextuais, a saber:

Semestre	DISCIPLINAS		Carga Horária	
	TU	TA	Total	
	T	E	L	X
1º	Nexo			integrador
	Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) I: identidades e práticas			
	30	-	10	35 75



povos		indígenas	na	América	Latina
30	-	10	3 5	75	
3º	Indígenas,	Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) III: Territórios	Cartografia	e	Georeferenciamento
30	-	10	3 5	75	
4º	Produção	Projetos de Etnodesenvolvimento do Território Indígena (PETI) IV: Análise e	Didática	para	Educação Escolar Indígena
30	-	10			35
75					
5º		Laboratório	-	Análise e	Produção de Materiais Didáticos
20	-	20	35	75	
6º		Laboratório	-	Etnodesign	Educacional
20	-	35	20	75	
4º	Temas				contextuais
	Metodologias		do	Ensino	de Línguas
30	20	-	10	60	
5º		Educação,		Desenvolvimento e	Infâncias Indígenas
30	-	10	60		20
5º		Ludicidade,		Linguagens	e Culturas
30	20	-	10	60	
6º		Metodologias		Interculturais de	Alfabetização e Letramento
30	20	-	10	60	
6º		Optativa	30	20	- 10 60
7º		Saberes e Conhecimentos Tradicionais Indígenas em Práticas de Saúde e			
Sustentabilidade	30	-	-	30	60
7º		Metodologias		de	Ensino em Etnomatemática
30	20	-	10	60	
7º		Metodologias		de	Ensino em Etnociências
30	20	-	10	60	
8º		Memória		e	Patrimônio
50	-	10	60		-

# **NORMAS PARA LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA**

## **NORMAS DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

Art. 1º O Laboratório de Informática é um órgão complementar do Centro de Educação e visa a atender:

- a) discentes dos cursos de Graduação atendidos pelo Centro;
- b) prioritariamente, docentes da disciplina de Tecnologia de informação e comunicação como apoio educacional, ministrada para os discentes dos cursos de Licenciatura de Pedagogia e de Educação do Campo;
- c) docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas pelo Centro de Educação.

Art. 2º O Laboratório de Informática, em sua área específica de atuação, tem como objetivos principais:

- a) propiciar condições de plena integração dos benefícios da informática e das potencialidades das modernas redes de comunicação de dados ao processo de ensino;
- b) apoiar à formação avançada na área de educação;
- c) disponibilizar ao corpo discente do Centro equipamentos de informática que possam auxiliar na realização de trabalhos acadêmicos;
- d) fornecer meios informatizados para o ensino, usando recursos da informática;
- e) auxiliar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, oferecendo o acesso a rede internacional de computadores.

## **DA ADMINISTRAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

Art. 3º O Laboratório de Informática será coordenado por um técnico em informática.

Art. 4º A equipe do Laboratório será constituída de técnicos administrativos em educação.

Art. 5º Caberá, ao coordenador, orientar as atividades do Laboratório e zelar pelo respeito a estas normas.

I Compete aos técnicos do Setor:

- a) aplicar estas normas;
- b) alterar e submeter, ao Conselho Departamental, alterações destas normas, quando se fizerem necessárias.
- c) manter o Laboratório em condições de utilização;
- d) administrar o acesso dos usuários ao laboratório;
- e) encaminhar equipamentos para a manutenção ou realizar a manutenção no local;
- f) divulgar e garantir as diretrizes organizacionais e de uso do Laboratório para seus usuários;
- g) orientar usuários para cursos e treinamentos;
- h) responsabilizar-se pelo patrimônio do Laboratório.

## **DA UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

Art. 6º O Laboratório de Informática é de uso exclusivo do corpo discente dos cursos de graduação sob a responsabilidade do Centro de Educação.

Art. 7º Os equipamentos do Laboratório serão utilizados somente para fins didáticos e acadêmicos.

Art. 8º O Laboratório de Informática estará disponível aos usuários de acordo com horário fixado na entrada do local.

Art. 9º O Laboratório de Informática não poderá funcionar sem a presença de servidor técnico administrativo em educação responsável.

Art. 10 No acesso ao Laboratório, o discente ou docente deverá, obrigatoriamente, preencher o Registro de Acesso ao Laboratório.

Art. 11 Para bom funcionamento do Laboratório de Informática, não é permitido aos usuários:

- a) instalar softwares de qualquer natureza;

- b) mudar as configurações das estações de trabalho;
- c) trocar periféricos (mouse, teclado, monitor de vídeo etc.) ou equipamentos de lugar;
- d) utilizar jogos;
- e) acessar a sites de bate-papo, os conhecidos chats, redes sociais etc.;
- f) consumir alimentos, bebidas ou cigarros no ambiente do laboratório;
- g) retirar material ou equipamento do Laboratório.

Art. 12 É vedado qualquer tipo de impressão no Laboratório.

#### RESERVAS

Art. 13 As reservas, para atividades de ensino, serão efetuadas pelo site do Centro de Educação, observando a disponibilidade.

Art. 14 Somente serão efetuadas reservas por semestre para a disciplina Tecnologia de informação e comunicação.

Art. 15 Somente o espaço destinado às aulas poderá ser reservado.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 Estas normas somente poderão ser alteradas mediante aprovação pelo Conselho Departamental.

Art. 17 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Departamental do Centro de Educação.

Aprovado na Sessão Ordinária do Conselho Departamental do dia 30 de setembro de 2016

# NORMAS PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

## PROJETO INTEGRADOR ETNOEDUCATIVO DE CONCLUSÃO DE CURSO (PIEC)

### ESTRUTURA ETNOMETODOLÓGICA

Os estudantes indígenas devem estruturar o PIEC, realçando as suas vivências e experiências com a prática pedagógica indígena diferenciada nas multirreferências produzidas nos percursos vinculados ao campo de práticas interdisciplinares em suas ecologias de saberes, articulando a pesquisa, o ensino e a extensão. Do ponto de vista formativo, as estratégias utilizadas no projeto, constituirá num grande desafio para os formandos, pois requer a desconstrução de planejamentos didáticos-pedagógicos constituídos historicamente nas Licenciaturas que são propagadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC. A elaboração do PIEC apreende outras perspectivas, rompendo com as normativas pedagógicas tradicionais. Em outra prospecção, será um conglomerado de saberes e conhecimentos efetivados nestes projetos, na referência de sua produção e circulação.

Neste escopo, os professores orientadores terão que conduzir os estudantes a realizarem projetos significativos culturais e interculturais, rompendo barreiras não só entre culturas, mas entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo didaticamente no planejamento e no processo de produção desses específicos projetos para as escolas indígenas em suas materialidades educativas. Mediante o exposto, os estudantes terão que criar etnometodologias alicerçadas num viés didático-pedagógico descolonizador, em seus específicos territórios, implicados às culturas ameríndias, estereotipadas ao longo do tempo pelos processos excludentes dos pensamentos eurocentrados. Nesta via, os professores orientadores devem compor agendas de estudos orientados, planejamentos e concretização dos projetos em seus modos de produção de sentidos, aportando referências produzidas por teóricos indígenas.

O PIEC poderá ser elaborado sob diferentes formas de produção, individualmente ou em dupla, didático-metodológicas, sendo efetivas pedagogicamente para o debate e a crítica política-epistemológica, potencializando conexões para pensar a Educação Indígena inclusiva e pluriepistêmica. Neste escopo, a nossa sugestão conecta-se à inspiração epistemológica da autora Tuhiwai Smith (2018), indígena do povo Maori, compondo círculos de referências para projetos, relacionados a teorização indígena no campo das ideias, das análises políticas e dos debates críticos engajados a critérios particulares, como: reivindicação, testemunho, contar histórias, celebrar a sobrevivência, relembrar, indigenizar, intervir, revitalizar, conectar, ler, escrever, representar, debater gênero, imaginar o futuro, reestruturar, restaurar, democratizar, nomear, formar rede de contato, proteger, criar, descobrir, compartilhar, negociar e devolver.

Na referência desta autora, o PIEC dos futuros estudantes(as) da Pedagogia Intercultural Indígena, de aldeados e não aldeados, centraliza-se a reflexão de propostas dos projetos dentro dos critérios supracitados pela autora, bem como de outros que possam ser criados e propagados pelas demandas dos territórios que os(as) estudantes(as) estão inseridos(as).

Nesta concepção, segue abaixo o quadro de sugestões para elaboração e planejamento das propostas:

Etnoconhecimentos	Etnometodologia	Materiais educativos
- contar histórias		
- reivindicar		
- testemunhar		
- relembrar		
- restaurar		
- celebrar a sobrevivência		
- indigenizar		

- 
- intervir
  - revitalizar
  - conectar
  - ler
  - escrever
  - representar
  - debater gênero
  - imaginar o futuro
  - reestruturar
  - democratizar
  - nomear
  - formar rede de contato
  - proteger
  - criar
  - descobrir
  - compartilhar
  - devolver
  - negociar

Obs: os critérios elencados em suas unidades de significação simbólica e material no fortalecimento das agendas reivindicatórias de povos indígenas são exemplificados com algumas propostas referendadas.

As etnometodologias reflexivas para efetivar a produção do projeto, por diferentes dispositivos, devem compor uma visão das relações da cultura material nos aspectos simbólicos das cosmologias de cada povo. Os dispositivos não são puros objetos-didáticos, são encadeamentos de relações culturais e sociais que agregam e encarnam subjetividades diversas, e estas sempre podem ser vivificadas e se manifestarem como objetos vivos que repercutem as tradições orais. Os objetos se organizam em dimensões suplementares de significação educativa e cultural.

A exemplo, a musicalidade não está só na produção de um instrumento musical. Para alguns povos a musicalidade é predominantemente vocal, a voz é o seu principal instrumento e fazem parte da vida cultural da comunidade em seus vastos acervos de rituais. Outro exemplo para se pensar um projeto etnoeducativo é o de ornamentação cultural. Há que se pensar que as intervenções do corpo são modos de construção cultural de cada povo e são também um modo de produzir pessoas, de se constituírem efetivas em suas existências como seres sociais e culturais.

No caso de produção dos dispositivos de aprendizagens sugeridos, cada objeto educativo etnográfico deve ser proposto e deverá vir acompanhada com uma ficha que possa apresentar o conceito da obra que foi produzida pelo projeto, enfatizando o processo de produção em todas as suas etapas, desde a identificação da matéria prima, nos usos e nos significados das culturas dos povos que representam.

- Projetos
  - Fichários culturais
  - Livros didáticos
  - Vídeos cartas
  - Exposição de imagens fotográficas
  - Livros de revitalização das línguas maternas dos territórios
  - Feiras Literárias
  - Produção de grafismo, ornamentação e pinturas corporal
  - Instrumentos musicais
  - Documentário etnográfico (audiovisual)
  - Radio – território
  - Dobraduras
  - Cestarias
  - Adornos
  - Artefatos
  - Brinquedos
  - Brincadeiras
  - Instrumentos de caças
-

---

Obs: os objetos didáticos sugeridos podem compor o PIEC.

Deverão acompanhar os conceitos etnológicos da inspiração de produção.

Nas experiências de produção dos PIEC, com estes e outros critérios, outros materiais educativos de ensino, pesquisas e extensão, o(a) estudante(a) deverá elencar os procedimentos para elaboração da sua produção etnoeducativa. O quadro apresentado não é o único meio em termos de formas, estéticas ou propagação teórica. São possibilidades propositivas para inspiração de produções de experiências de autorias. Seja qual for a proposta educativa, no sentido de apresentação de um dispositivo para ensino e aprendizagem na Educação Indígena, a composição requer a produção de um trabalho alicerçado nos etnoconhecimentos referenciados pela autora Smith, relevantes ao universo cultural dos povos no contexto em que a obra se implica, justificando o uso e o papel social simbólico do objeto etnográfico integrado ao contexto do território, na produção e uso no âmbito dos processos educativos diferenciados nas escolas.

O intuito do PIEC não visa o cumprimento específico de uma tarefa de conclusão do curso. É a produção de uma proposta reflexiva acerca dos principais problemas enfrentados no território que impactam a Educação Escolar Indígena diferenciada, suas necessidades ou interesses, bem como propostas orgânicas de revitalização das culturas, indispensáveis para o fortalecimento dos territórios e do desenvolvimento sustentável do bem viver destas comunidades.

Sob o ponto de vista da escrita na produção de um objeto didático educativo, as seguintes etapas devem ser observadas: planejamento; desenvolvimento das temáticas dos conceitos explicitados; a estética da produção material; os etnosaberes reverberados a partir as referências elencadas, mediante ao acompanhamento e supervisão de um(a) orientador(a) evidenciando a importância do projeto, objetivos e a possibilidade de implementação do PIEC na escola indígena ou no próprio território, podendo, a partir da análise do(a) orientador(a), ser indicado para submissão em editais de projetos de extensão e anais de publicação.

Os PIEC's podem ser elaborados, em seus processos de escrita, na Língua materna de cada povo e/ou na Língua portuguesa. Haverá um seminário Integrado para apresentação pública dos projetos, a partir da composição de uma banca, composta por 2 (dois) docentes, 1 (um) membro da comunidade e o(a) orientador(a). É direito do(a) estudante(a), em casos específicos, a solicitação de um coorientador(a) externo, mediante aprovação do(a) orientador(a) e formalização pelo colegiado do programa, garantindo todos os protocolos referentes a participação deste nos registros da produção de trabalhos do(a) solicitante e nas respectivas atas de defesas.

Caso a opção do PIEC seja a produção de um artigo, a escrita deverá seguir as orientações acadêmicas vinculadas às normas da ABNT para elaboração de trabalhos científicos.

Sugere-se que o prazo para elaboração e apresentação dos PIEC's sejam realizados em 2 (dois) semestres, orientando que não ultrapasse os prazos previstos no Calendário Acadêmico. Casos que excedam os prazos sugeridos, serão considerados e redefinidos pelo colegiado.

Cada apresentação do PIEC terá o tempo de 30 (trinta) minutos, conforme acordo entre orientador(a) e estudante(a), em consonância ao Colegiado do Curso. Cada membro da banca irá dispor do tempo de 15 (quinze) minutos para as suas contribuições e argumentações em diálogo com o(a) graduando(a) e a narrativa final será concluída pela exposição do(a) orientador(a) em relação ao processo de orientação, deliberação da banca e proclamação do resultado da defesa, com leitura pública da ata.

No caso de escrita acadêmica dos artigos, as revisões e considerações apresentadas serão encaminhadas pelo colegiado do curso. Os(as) discentes deverão encaminhar ao(a) professor(a) orientador(a) uma cópia digital e uma impressa da versão revisada, conforme apontamentos solicitados pela banca.

O processo de avaliação focalizará os seguintes aspectos:

I - o processo de construção do TCC relatado pelo professor orientador;

II - a desenvoltura na apresentação do trabalho;

III - a coerência do material educativo;

IV - a relevância da temática desenvolvida para a atuação profissional na educação escolar



---

indígena e para suas comunidades.

Por fim, todas as divulgações dos TCC devem explicitar o nome da UFES, do Curso e do Professor Orientador.

# ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

## Coordenação do Curso

A Resolução Cepe/Ufes n. 59/2023, estabelece normas e critérios de composição e funcionamento dos colegiados de curso de graduação no âmbito da Ufes. Sendo assim, para os cursos que se organizam conforme a Pedagogia da Alternância, que é o nosso caso, o artigo 3º diz:

Art. 3º Os colegiados de curso serão compostos por representantes dos departamentos que ofertam disciplinas para o curso e por representantes do corpo discente, de acordo com as seguintes proporções e critérios:

§ 1º Nos casos dos cursos que se organizam conforme a Pedagogia da Alternância ou Regime de Alternância, o colegiado admitirá, em sua composição, representantes de segmentos da comunidade local e regional oriundos de movimentos sociais ou organizações sociais afins ao curso, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN/96), respeitadas as seguintes regras:

I - as indicações dos(as) representantes de que trata este parágrafo serão solicitadas pelo(a) coordenador(a) do colegiado do curso de graduação aos segmentos da comunidade local e regional oriundos de movimentos sociais ou organizações sociais afins ao curso, e deverão ser encaminhadas ao e-mail institucional do curso, juntamente com as comprovações do processo de eleição.

II - os(as) representantes de segmentos da comunidade local e regional oriundos de movimentos sociais ou organizações sociais afins aos cursos que se organizam conforme a Pedagogia da Alternância ou Regime de Alternância terão mandato de um ano, permitindo-se uma recondução.

Para a gestão do curso de Pedagogia Intercultural indígena e de acordo com a proposta específica para o Programa Nacional De Fomento À Equidade Na Formação De Professores Da Educação Básica PARFOR EQUIDADE EDITAL Nº 23/2023, haverá uma equipe coordenadora formada por Coordenador Institucional, Coordenador de Curso e Coordenador Local, com requisitos para ser bolsista no Programa e com as seguintes atribuições de acordo com Anexo I, do referido Edital:

### Coordenador Institucional

I - responder pela gestão do Programa perante a IES, as secretarias de educação e a CAPES;

II - coordenar, em conjunto com o Coordenador Adjunto Equidade, o processo seletivo dos estudantes e dos formadores, observando os requisitos para participação;

III - acompanhar as atividades acadêmicas e pedagógicas junto ao Coordenador Adjunto Equidade, zelando pelo cumprimento dos projetos pedagógicos;

IV - assinar os documentos relacionados ao Programa, solicitados pela CAPES.

V - coordenar a inserção e a atualização dos dados do PARFOR EQUIDADE nos sistemas de registros acadêmicos da IES e nos sistemas de gestão da CAPES;

VI - cadastrar no sistema de pagamento da CAPES os bolsistas das modalidades Coordenador de Curso e Coordenador Local, e gerenciar o pagamento das bolsas desses participantes;

VII - monitorar e acompanhar o pagamento dos bolsistas vinculados à sua IES;

VIII - comunicar imediatamente à CAPES qualquer alteração ou descontinuidade das atividades do Programa na IES;

IX - deliberar junto ao Coordenador Adjunto Equidade sobre a suspensão ou o cancelamento de bolsas, quando forem identificadas irregularidades ou inconsistências, garantindo a ampla defesa dos bolsistas e informando à CAPES sobre a decisão;

X - elaborar e apresentar os documentos e relatórios solicitados pela CAPES, referentes ao período em que esteve na função, mesmo que já não esteja mais vinculado ao Programa ou à IES;

- 
- XI - articular-se com os setores internos da IES responsáveis pela execução dos recursos de custeio, zelando pela utilização eficiente dos valores repassados pela CAPES;
- XII - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PARFOR EQUIDADE, zelando para que sejam cumpridas por todos os envolvidos na implementação do Programa na IES; e
- XIII - participar, quando convocado, de reuniões, seminários, avaliações ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela CAPES no âmbito do PARFOR EQUIDADE.

#### Coordenador de Curso

De acordo com o PARFOR Equidade, seguem os requisitos mínimos:

- I - ser docente da IES ofertante e vinculado ao ensino da temática relacionada ao curso que coordenará;
- a) quando se tratar de IES pública, pertencer ao quadro permanente da IES como docente;
- b) quando se tratar de IES privada sem fins lucrativos, ser contratado em regime integral ou, se parcial, com carga horária de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, não ser contratado em regime horista, e estar em efetivo exercício.
- II - possuir título de mestre ou de doutor;
- III - possuir formação, em nível de graduação ou pós-graduação, na área do curso que irá coordenar;
- IV - possuir experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério superior;
- V - possuir experiência na formação de professores comprovada por, pelo menos, 2 (dois) dos seguintes critérios:
- a) docência em disciplina de curso de licenciatura;
- b) docência em curso de formação continuada para professores da educação básica;
- c) atuação como formador, tutor ou coordenador em programas ou projetos de formação de professores da educação básica;
- d) coordenação de curso de licenciatura;
- e) docência ou gestão pedagógica na educação básica;
- VI - não ocupar o cargo de reitor, vice-reitor, presidente, vice-presidente, pró-reitor ou cargo equivalente na IES.

Ainda, sobre as atribuições:

- I - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades acadêmicas e pedagógicas do curso, em interlocução permanente com a coordenação institucional, com o coordenador adjunto equidade, com o coordenador local e com as demais instâncias técnicas e pedagógicas da IES;
- II - coordenar a organização e o funcionamento do curso, dos componentes curriculares e das turmas durante o período letivo;
- III - zelar pelo cumprimento do projeto pedagógico do Curso, bem como das normas acadêmicas da IES;
- IV - acompanhar os estudantes em seu processo de ensino aprendizagem e na avaliação de seus rendimentos;
- V - coordenar e acompanhar as avaliações do curso e o desempenho dos formadores, conjuntamente com os estudantes e as equipes técnicas e pedagógicas da IES;
- VII - incentivar a participação dos estudantes em pesquisas, projetos de extensão e outras atividades que enriqueçam a sua formação;
- VIII - divulgar os documentos oficiais e demais informações relevantes sobre o PARFOR EQUIDADE entre os docentes e discentes do curso;
- IX - supervisionar e acompanhar o preenchimento de diários e relatórios pelos professores formadores, além de responsabilizar-se pelo recolhimento e disponibilização dos documentos relacionados ao curso, quando solicitado pela coordenação institucional, pela CAPES ou por órgãos de controle;
- X - colaborar na realização do processo seletivo dos professores formadores e dos estudantes;
- XI - colaborar na elaboração de materiais didáticos ou de divulgação relacionados ao curso;
- XII - participar das solenidades ou dos eventos ligados ao curso, quando convocado pela IES ou pela CAPES;
- XIII - coordenar os procedimentos necessários aos processos de autorização de funcionamento e de reconhecimento do curso;
-

- 
- XIV - zelar pelas boas condições de ensino e de funcionamento do curso;
  - XV - assinar documentos relacionados à vida acadêmica dos estudantes e à atuação dos formadores;
  - XVI - coordenar a inserção e a atualização dos dados nos sistemas de registros acadêmicos da IES e nos sistemas de gestão da CAPES;
  - XVII - cadastrar bolsistas e gerenciar o pagamento das bolsas para os participantes sob sua coordenação;
  - XIII - auxiliar o Coordenador Institucional e o Coordenador Adjunto Equidade na elaboração dos documentos solicitados pela CAPES e em outras atividades que se fizerem necessárias;
  - XX - elaborar relatório com as atividades executadas no curso, a fim de compor o relatório de cumprimento do objeto da IES; e
  - XXI - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PARFOR EQUIDADE, zelando para que sejam cumpridas por todos os envolvidos na implementação do Programa na IES.

Para além das informações contidas no Edital PARFOR Equidade, a Ufes tem a Resolução nº 60/92, Anexo I, orienta que a coordenação do curso esteja à disposição para as atividades da coordenação por 30 horas semanais de dedicação ao Curso, devendo ministrar no mínimo 04 horas-aula por semana. Em caso de sua ausência, será substituído pelo Coordenador Institucional.

#### Coordenador Local

- I - auxiliar, no que couber, o Coordenador de Curso, o Coordenador Adjunto Equidade e o Coordenador Institucional no desenvolvimento de suas atribuições;
- II - manter os Coordenadores de Curso informados sobre as questões acadêmicas e administrativas nos cursos implantados no município sob sua coordenação;
- III - auxiliar os Coordenadores de Curso no registro e acompanhamento acadêmico dos estudantes dos cursos implantados no município sob sua coordenação;
- IV - apoiar os coordenadores de curso no acompanhamento e na supervisão das atividades dos formadores que atuam nos cursos implantados no município sob sua coordenação;
- VI - auxiliar os Coordenadores de Curso, o Coordenador Adjunto Equidade e o Coordenador Institucional na elaboração dos documentos solicitados pela CAPES e em outras atividades que se fizerem necessárias;
- VII - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES, zelando para que sejam cumpridas por todos os envolvidos na implementação do Programa na IES; e
- VIII - participar, quando convocado pela IES ou pela CAPES, de reuniões, seminários ou quaisquer outros tipos de eventos relativos ao PARFOR EQUIDADE.

### **Colegiado do Curso**

#### Colegiado do Curso

O curso de Pedagogia Intercultural Indígena terá Colegiado próprio e estará vinculado ao Centro de Educação desta Universidade. O Colegiado do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena será composto por coordenador institucional, coordenador de curso, coordenador/es local/is, professores do semestre em curso e, ainda representantes de estudantes e lideranças de cada povo indígena envolvido, eleitos pelos seus pares. As atribuições do Colegiado de Curso seguirão as normativas vigentes da Ufes, atualmente a Resolução Cepe/Ufes n. 59/2023.

### **Núcleo Docente Estruturante (NDE)**

Conforme parecer da CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) N° 1, de 17/06/2010 e atendendo à Resolução Cepe/Ufes n.53/2012, alterada pela n.06/2016 o NDE será

composto por um grupo de professores atuantes no processo de concepção, consolidação e atualização do projeto pedagógico do curso. Conforme trata a resolução:

Art. 4.º O NDE será constituído por, no mínimo, 5 (cinco) professores, observados os seguintes requisitos:

I. Os Coordenadores e subcoordenadores dos cursos de graduação serão membros natos do NDE;

II. Os demais docentes que comporão o NDE serão aqueles pertencentes ao(s) Departamento(s) que oferta(m) o maior número de disciplinas ao curso, designados em reuniões do referido Departamento;

III. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos membros docentes do NDE deverão ter titulação acadêmica obtida em programas de pósgraduação stricto sensu;

IV. Todos os membros docentes deverão pertencer ao regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% (vinte por cento) em tempo integral.

§ 1.º O Presidente do NDE será escolhido dentre os seus membros para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida 1 (uma) recondução.

§ 2.º É vetada a condução ao cargo de Presidente do NDE ao Coordenador ou ao Coordenador em exercício do curso

§ 3.º Nos casos de impedimento do Presidente do NDE a Presidência será exercida pelo membro integrante do NDE mais antigo na Instituição, excetuando-se o Coordenador e o Coordenador em exercício do curso.

§ 4.º A constituição do NDE será de membros do corpo docente do curso que exerçam liderança acadêmica no seu âmbito, percebida na produção de conhecimento na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela Instituição, e que atuem no desenvolvimento do curso.

A exigência da Resolução CNE/CP N. 1, de 7 de janeiro de 2015 do CNE/CP- MEC Secção II Art.12, item IX dispõe sobre a participação indígena na gestão e avaliação dos programas de formação de professores indígenas e nos processos de acompanhamento da aprendizagem, o NDE e a CPA do curso de Pedagogia Intercultural Indígena passam a contar com a Coordenação Local e representantes de estudantes e lideranças de cada povo indígena envolvido, eleitos pelos seus pares.

Art. 12. Os currículos da formação de professores indígenas podem ser organizados em núcleos, eixos, temas contextuais ou geradores, módulos temáticos, áreas de conhecimento, dentre outras alternativas, sempre que o processo de ensino e aprendizagem assim o recomendar.

Parágrafo único. Na construção e organização dos currículos que objetivam a formação inicial e continuada dos professores indígenas, deve-se considerar:

I - a territorialidade como categoria central a ser tratada em todas as dimensões dos componentes curriculares;

II - o conhecimento indígena e seus modos de produção e expressão;

III - a presença constante e ativa de sábios indígenas;

IV - a consonância do currículo da escola indígena com o currículo da formação do professor indígena, numa perspectiva reflexiva e transformadora;

V - a interculturalidade, o bilinguismo ou multilinguismo, bem como as especificidades dos contextos socioculturais expressas nas demandas educacionais e na participação comunitária;

VI - a pesquisa como fundamento articulador permanente entre teoria e prática ligado ao saber historicamente produzido e, intrinsecamente, aos interesses e às necessidades educativas, sociolinguísticas, políticas e culturais dos povos indígenas;

VII - os conteúdos relativos às políticas socioeducacionais e aos direitos indígenas, tendo em vista a complexidade e a especificidade do funcionamento, da gestão pedagógica e financeira, bem como do controle social da Educação Escolar Indígena;

VIII - a perspectiva do exercício integrado da docência e da gestão de processos educativos escolares e não escolares; e

IX - a participação indígena na gestão e na avaliação dos programas e cursos de formação de professores indígenas.

# CORPO DOCENTE

## Perfil Docente

### Perfil Professor

A Universidade Federal do Espírito Santo possui um corpo docente efetivo que se divide por Campus, Centros de Ensino e Departamentos, com experiência inicial na formação de professores indígenas, pois, até o momento ofertou apenas um curso e uma turma de Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND). Em 2024 haverá nova oferta da Licenciatura, com discussões internas avançadas para a institucionalização do curso. Essa expectativa respalda, de certa forma, o curso de Pedagogia Intercultural Indígena, tanto em parcerias de ações e projetos quanto na docência de ambos os cursos.

Diante dessa situação, hoje a situação do curso de Pedagogia Intercultural Indígena é melhor que na oferta da Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND), pois temos estudantes egressos dessa formação, que possuem especialização e mestrado, e outros indígenas do território que podem colaborar efetivamente com a docência em nosso curso.

Além disso, está previsto no Edital PARFOR Equidade a concessão de bolsas para professores formadores nível I e II e formadores convidados. Ainda, dando abertura para os casos de formadores convidados que sejam “mestre tradicional (notório saber) ou ser reconhecido por organização indígena, quilombola ou das populações do campo ou segmento dos povos e comunidades tradicionais, no âmbito de sua respectiva comunidade, grupo social ou por títulos obtidos junto a IES”, com atribuições específicas, tais como:

I - participar das atividades do curso compartilhando seus saberes tradicionais;

II - participar de atividades relativas ao planejamento e à avaliação promovidas no âmbito do curso em que atua;

III - ministrar o conhecimento de sua temática;

IV - colaborar nas atividades promovidas pela coordenação de curso, coordenação adjunta equidade e coordenação institucional com a temática do curso em que atua;

V - fornecer, sempre que solicitado pelas coordenações ou pela CAPES, informações pertinentes ao desenvolvimento de suas atividades.

No que tange ao Centro de Educação, majoritariamente, é formado por professores efetivos, em dedicação exclusiva, com Doutorado em Educação ou em áreas específicas, atuando tanto no curso de graduação em Pedagogia - Licenciatura, Educação do Campo e demais licenciaturas quanto em Programas de Pós-Graduação.

Neste curso haverá concessão e os pagamentos das bolsas por meio do PARFOR EQUIDADE. A seleção de bolsista para atuar na função de PROFESSOR FORMADOR para as disciplinas de cada semestre letivo será regida por Edital e executada pela UFES. Para docentes externos da Universidade, lembramos que a atuação como PROFESSOR FORMADOR não originará qualquer vínculo empregatício com a UFES, tendo por base as legislações vigentes.

## Formação Continuada dos Docentes

Considerando a diversidade do quadro docente do Curso, composto por professores da UFES, professores de outras Instituições de Ensino Superior, mestre tradicional (notório saber) e colaboradores indígenas e não indígenas com reconhecida competência e qualificação nas temáticas tratadas no Curso, entendemos que a formação continuada dos professores que atuarão no curso deverá ser uma estratégia semestral, antes do início de cada período letivo. Tais considerações estão amparadas pela Resolução nº1, de 07 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Educação (Seção III - Da formação dos formadores para atuarem nos programas e cursos de formação de professores indígenas), conforme segue:



Art. 17. Os programas e cursos destinados à formação de professores indígenas requerem a atuação de profissionais com experiências no trabalho com povos indígenas e comprometidos política, pedagógica, étnica e eticamente com os respectivos projetos políticos e pedagógicos que orientam esses processos formativos.

Art. 18. Com o objetivo de assegurar a qualidade e o respeito às especificidades desta formação, a participação dos indígenas nos quadros de formadores e da gestão desses cursos é primordial para a colaboração institucional, a promoção do diálogo intercultural e o efetivo estabelecimento de relações sociopolíticas, culturais e pedagógicas mais simétricas.

§1º A participação de indígenas nesses quadros, de forma dialógica e colaborativa, deve ocorrer:

I - a partir da indicação das comunidades indígenas, de suas escolas e do colegiado do curso planejado para a formação de professores indígenas; e

II - com base no reconhecimento dos seus saberes e papéis sociocultural, político, religioso ou linguístico, independentemente de possuírem formação escolarizada.

§ 2º As instituições formadoras devem adequar suas estruturas organizacionais para garantir a participação indígena nos processos de formação de formadores, assegurando-lhes as condições necessárias para esse fim.

Art. 19. As instituições formadoras devem promover a formação dos formadores que atuam nos cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas, ao definir, nos seus projetos pedagógicos de cursos, os objetivos e as estratégias de implementação dessa formação.

A diversidade e a especificidade do curso exige particular atenção para a formação continuada dos professores que irão se defrontar com possíveis experiências inéditas de ensino-aprendizagem intercultural, valorizando e qualificando sua contribuição para o desenvolvimento do curso. Desde a recepção, o professor será familiarizado com o contexto e a proposta político-pedagógica, as temáticas norteadoras tendo acesso a bibliografias e programas. A participação em seminários e eventos sobre Ensino Superior Indígena terá como intuito proporcionar a troca de experiências e a interlocução na perspectiva intercultural e indígena.

Parte da formação continuada será realizada com a inserção e elaboração de projetos que irão contribuir para a atualização e formação didático-pedagógica; o processo de ensinar/aprender como atividade integrada à investigação; a valorização da avaliação diagnóstica e compreensiva da atividade pedagógica mais do que a avaliação como controle; a substituição do ensino limitado à transmissão de conteúdos, por um ensino que se constitui em processo de investigação, análise, compreensão e interpretação dos conhecimentos; a organização de programas e atividades formativas que abrangem troca de experiências e reflexões, com base nas atuais contribuições da produção científica do campo da Pedagogia Universitária.

---

# INFRAESTRUTURA

## Instalações Gerais do Campus

### Instalações Gerais

#### Campus Goiabeiras/Vitória

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e que atua com base no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vocação para atuar em todas as áreas do saber. Fundada em 5 de maio de 1954, a Ufes possui quatro campi universitários – em Goiabeiras e Maruípe, na capital; e nos municípios de Alegre, no sul do Estado; e São Mateus, no norte capixaba – com uma área territorial total de 4,3 milhões de metros quadrados. Sua infraestrutura física global é de 298.835 mil metros quadrados de área construída.

O Campus de Goiabeiras é o principal campus e está localizado na Capital do Espírito Santo, Vitória, concentra a maior parte dos cursos de graduação, mestrado e doutorado, seus centros de ensino, laboratórios e projetos de extensão. Nele estão também os principais setores administrativos da universidade, como a Reitoria, as pró-reitorias e as secretarias. Também conta com um Restaurante Universitário (RU), que para nosso curso, se apresenta como um importante espaço de apoio e assistência, além de colaborar na permanência dos mesmos.

Ainda, o campus tem uma área de cultura e lazer, com uma galeria, um café, um cinema e um teatro, além da Biblioteca Central e as setoriais. Conta com a presença de uma emissora de rádio, a Rádio Universitária. Possui ginásio de esportes, parque aquático e outros equipamentos esportivos; Centro de Línguas, agências bancárias e de correios, Observatório Astronômico e Planetário. O campus Goiabeiras é cercado por uma área de manguezal mantida sob proteção ambiental.

#### Base Oceanográfica/Aracruz

Localizada em Santa Cruz, município de Aracruz (ES), possui uma área construída de 3.900 metros quadrados, sendo abrigado 08 laboratórios. Este espaço físico abriga a secretaria do curso, um auditório para 125 pessoas, duas salas de aula de 20 metros quadrados e os laboratórios: Geoquímica Ambiental, Oceanografia Geológica, Nectologia, Ecologia Bêntica, Ictiologia, Zooplâncton, Ecotoxicologia e Cultivo de Organismos Marinhos.

#### Campus São Mateus/São Mateus

O Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes) dispõe de uma infraestrutura que oportuniza aos seus estudantes e servidores qualidade para realização de suas atividades. Entre esses, podemos destacar Prédio da Administração, Prédios de Salas de Aula, Prédios de Salas de Professores, Prédios de Laboratórios, Auditório, Biblioteca Setorial, Restaurante Universitário, Anel Viário com passarelas e estacionamentos e Fazenda Experimental, com área de 196 ha.

## Instalações Gerais do Centro

### Centro de Educação/Campus Goiabeiras

O Centro de Educação possui infraestrutura para desenvolvimento de estudos e pesquisas. As salas de aula são conectadas ao Eduroam (education roaming), serviço de rede sem fio, desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa, permitindo que os estudantes, professores e funcionários obtenham conectividade à Internet, através de conexão

---

sem fio (wi-fi). As salas também são equipadas com aparelhos multimídia e climatizadas.

Além de salas de aula, adequadas ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, também compõem a estrutura do Centro de Educação, o Colégio de Aplicação Criarte. Este espaço, favorece a prática dos estágios supervisionados em cursos de licenciatura, mas possibilita também outras possibilidades de experimentações ludo pedagógicas, em sua brinquedoteca.

O CE possui uma Biblioteca Setorial com acervo atualizado todos os anos, na área de educação. Possui ainda os seguintes Núcleos e Laboratórios de Estudos e Pesquisas que proporcionarão espaço de ensino e pesquisa: Núcleo de Educação infantil (Nedi), Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (Neja), Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental e Ensino de Ciências (Nipeea), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo (Nepales), Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (Nepe), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Filosofia (Nepefil), Núcleo de Artes Visuais em Educação do Espírito Santo (Navees), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Neps), Núcleo de Pesquisa e Extensão em Currículos, Cotidianos e Culturas (Nupec), Núcleo de Estudo e Pesquisa em Hipertexto e Tecnologia Educacional (Nepehte), Laboratório de Aprendizagem (Laufes), Laboratório de Aprendizagem de Matemática e Informática Educativa (Lamati), Laboratório de Ensino e Aprendizagem de Geografia (Leageo), Laboratório de Ensino de História (Lahis), Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes) e Laboratório de Educação em Ciências (Labec).

## **Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais**

Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais tanto o campus de Goiabeiras quanto o Campus São Mateus e a Base Oceanográfica-Aracruz atende parcialmente às exigências da Portaria do Governo Federal de Nº 1679, datada de 02 de dezembro de 1999, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de trabalhos. Os prédios e as salas de aula contam com equipamentos tecnológicos que facilitam a experiência de sala de aula dos estudantes. O Colegiado da Pedagogia Indígena, com apoio da UFES e do CE, ainda oferece apoio para estudantes com necessidades educacionais especiais por meio de bolsistas que os auxiliam no desenvolvimento das diversas tarefas de ensino, pesquisa e extensão. O estacionamento da Base Oceanográfica, de São Mateus e do CE (Goiabeiras) conta com vagas reservadas para portadores de necessidades especiais e os prédios possuem rampas de acesso.

O Centro de Educação, em consonância com a Secretaria de Inclusão Acadêmica e Acessibilidade (Siac) tem investido em ações que possam garantir a todos os seus usuários (estudantes, professores e funcionários) diferentes condições de acessibilidade e mobilidade, implementando, progressivamente, em função das demandas apresentadas, políticas de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior com garantias de ingresso, acesso e permanência com qualidade. "[No que se refere à acessibilidade arquitetônica], a adequação dos espaços físicos tem base em legislação específica do Governo Federal, por meio da Portaria no 1.679/99, que determina a oferta de condições adequadas para o acesso das pessoas com deficiência, que tem como foco central a acessibilidade das pessoas que frequentam a Universidade; e da Lei 10.098, de 23 de março de 1994, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas [...] [com] deficiência ou com mobilidade reduzida, notadamente no seu capítulo quarto, estabelecendo que os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão conter espaços reservados para cadeirantes e lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, e respectivos acompanhantes, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de modo a facilitar as condições de acesso, circulação e comunicação para as pessoas com deficiência.

Para garantir a acessibilidade de estudantes e servidores, contamos com notebook, tablet e monitores ampliados (baixa visão) e com intérpretes e tradutores de Libras (surdez). Vale destacar, ainda, que o Centro de Educação possui um núcleo de estudos, pesquisas e extensão

voltado para a educação especial – NEESP – e dois Programas de Pós-graduação: o primeiro com Mestrado e Doutorado em Educação (acadêmico) e, o segundo, com Mestrado e Doutorado Profissional em Educação, ambos com linhas de pesquisa em Educação inclusiva e diversidade, constituída também por vários professores articulados à área de Educação Especial, com debates fortalecidos na implementação de políticas voltadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação em todos os níveis e modalidades de ensino.

## **Instalações Requeridas para o Curso**

O curso será ofertado nas dependências do Campus Goiabeiras, São Mateus e/ou Base Oceanográfica de Aracruz, que dispõem de uma infraestrutura física suficiente para a sua realização, conforme segue:

- Sala de aula equipada com quadro branco e projetor, assentos, ar-condicionado e acesso à internet;
- Laboratórios de informática equipados com quadro branco, projetor e computador para os/as estudantes e para o/a professor/a, com acesso à internet e ar-condicionado;
- Biblioteca com sala de estudos, para acesso ao acervo físico e virtual, além de ar-condicionado e computadores com acesso à internet;
- Sala para a Coordenação do curso, com computador com acesso à internet, impressora multifuncional, mesa e armário com prateleiras;
- Auditório para reuniões e eventos;
- Entre outros espaços como restaurante universitário, espaço de convivência, por exemplo.

## **Biblioteca e Acervo Geral e Específico**

A Biblioteca Central Fernando de Castro Moraes (BC) é um órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria, coordenando os procedimentos técnicos de todas as unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas, da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB-Ufes) necessários ao provimento das informações às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração da Ufes, conforme disposto na Resolução nº 09/2002 do Conselho Universitário da instituição.

<https://biblioteca.ufes.br/biblioteca-central>

## **Laboratórios de Formação Geral**

O Laboratório de Informática do Centro de Educação (LIGCE) é disponibilizado como recurso tecnológico e pedagógico no processo constante de construção do conhecimento, permitindo a inclusão digital para melhorar a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, de estudantes.

A infraestrutura do LIGCE possui, em equipamentos: 40 Computadores interligados à Internet (uso geral); 02 Computadores (uso da administração); 01 Computador dedicado ao data show (para uso exclusivo em aulas e apresentações); 01 Data-show fixo (instalado no teto do laboratório); 01 tela para projeção; 01 Sistema de som ambiente – 2 caixas de som amplificadas em linha; 01 Impressora para atendimento exclusivo da administração; 01 Scanner (operado unicamente pelos servidores do laboratório). E como recursos lógicos: Acesso à Internet em todos os computadores; Navegadores Internet; Editor de texto Google Docs; Leitores/conversores de arquivos PDF; Compactador de arquivos; Players de arquivos multimídia; Programa gravador de CD/DVD (nem todos os computadores possuem gravador); Antivírus;

## **Laboratórios de Formação Específica**

Não há

---

## OBSERVAÇÕES

Desde meados de 2010, quando a proposta de criação do curso foi contemplada pelo Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), ligada ao Ministério da Educação (MEC), a Comissão de Trabalho composta paritariamente por representantes indígenas e não indígenas, através de reuniões periódicas e seminários nas aldeias, teve, como tarefa, reunir e sistematizar informações, sugestões e expectativas de membros das comunidades e de lideranças com relação à formação superior e, em particular, à construção de um programa de licenciatura indígena intercultural na UFES.

O resultado final desse processo culminou no atendimento emergencial dos professores indígenas Tupinikim e Guarani, e como ideia motriz subjacente ao processo de construção é a de que a produção desse curso, assim como a estrutura, habilitações, disciplinas e seus princípios norteadores sejam compartilhados para embasar outras práxis, tanto de projetos políticos quanto de busca de soluções de problemas emergentes nas comunidades.

É diante dessa experiência da Universidade que haverá a oferta da segunda turma do PROLIND em 2024 para contemplar além dos povos do Espírito Santo, interessados que moram em Estados adjacentes e limítrofes, dentre outros. Na oportunidade, nossa proposta de Pedagogia Intercultural Indígena vem complementar a formação de professores indígenas que se interessem em atuar e/ou atuam na educação escolar indígena, tendo as comunidades e as escolas indígenas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa, mas ainda não têm uma formação específica e diferenciada para atuar nas escolas indígenas.

Não foi só a expansão geográfica. A Universidade saiu de seus muros e foi ao encontro de uma sociedade ansiosa por compartilhar conhecimento, ideias, projetos e experiências. A meta dos sonhadores lá da década de 50 se transformou em vitoriosa realidade. A Ufes consolidou-se como referência em educação superior de qualidade, conceituada nacionalmente. Uma Universidade que, inspirada em seus idealizadores, insiste em não parar de crescer. Porque é nela que mora o sonho dos brasileiros, e em especial dos capixabas. E, para a Ufes, uma conquista além e acima de qualquer medida: a construção de sua identidade.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Lei 10.098, de 23 de março de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf> Acesso em: 29/11/2023.

BANIWA, Gersem. Educação Escolar Indígena no século XXI: encantos e desencantos. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. Tellus, n. 26, p. 11-29, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS POVOS INDÍGENAS. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/Tratados\\_e\\_Convencoes/Indios/declaracao\\_universalConsulta](https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/Tratados_e_Convencoes/Indios/declaracao_universalConsulta) em: 10/06/2021.

\_\_\_\_\_. DECRETO PRESIDENCIAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6861-27-maio-2009-588516-publicacaooriginal-113090-pe.html> Consulta em: 13/11/2023.

\_\_\_\_\_. ESTATUTO DO Índio. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm) Consulta em: 08/11/2023.

BRITO, Edson Machado. A universidade e os saberes indígenas: diálogos epistemológicos. Canal TV UFSJ - Aula inaugural do Ensino Remoto Emergencial, 2020.

CANDAU, Vera M. Interculturalidade e educação na América Latina. Nova-mérica, n 77, Rio de Janeiro, 1998, p. 38-43.

CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1992

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER CNE/CEB Nº 1/2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf) Acesso em: 07/11/2023.

CONVENÇÃO 107 da OIT. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/indios/lex130a.htm> Consulta em: 13/11/2023.

CONVENÇÃO 169 OIT. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf> Consulta em: 13/11/2023.

CORREA, Célia Nunes. Epistemologias decoloniais. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5P5lxAfwOBQ&t=104s>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FLEURI, Reinado Matias (org.). Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Carlos Augusto ROCHA. 2000. A vida dos Tupinikim no Espírito Santo em meados do século XIX. In Marco Antônio do Espírito Santo (org.) Política indigenista Leste e Nordeste brasileiros. Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio. Brasília. pg.139-49.

---

FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 2001.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br> . Acesso em 27/11/2023.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

GRANDO, Beleni Saléte. Corpo, educação e cultura: práticas sociais e maneiras de ser. Ijuí: UNIJUÍ, 2009, pp. 19-51

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

KOVACH, Margaret. Emerging from the Margins: Indigenous Methodologies. In: Research as Resistance. p. 43-64. Toronto: Canadian Scholars' Press, 2015.

LEI nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm) Consulta em: 09/12/2023.

LOPES DA SILVA, A. 2003. A educação de Adultos e os Povos Indígenas no Brasil. In: Em ABERTO & GRUPIONI, L (ed).Experiências e Desafios na formação de professores indígenas no Brasil. Brasília: INEP.

LUCIANO, Gersem. Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. 2011. 370p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Nacional de Brasília, 2011.

MACEDO, S. R. Instituintes Culturais da Experiência Formativa: bases para um etnocurrículo. In: ALVES, R. C. P. N.; ORLANDO, C. Formação Cultural: sentidos epistemológicos e políticos. EDUEFRB: Belo Horizonte 2015, p.12

MARCILINO, Ozirlei Teresa. Rememorando a formação de professores indígenas no Espírito Santo. In: Matemática no Espírito Santo: história, formação de professores e aplicações/ Jocitiel Dias da Silva; Andressa Cesana (orgs.). Série Ensino de Matemática. Volume 2. Vitória: Editora Milfontes, 2019. 222 p.

MARCILINO, Ozirlei Teresa. Educação escolar Tupinikim e Guarani: experiências de interculturalidade em aldeias de Aracruz, no Estado do Espírito Santo. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2014.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979. . Educação indígena na escola. Educação Indígena. Campinas, ano 19, n. 49, dez. 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Caderno SECAD 3. Brasília - Distrito Federal, abril de 2007

\_\_\_\_\_. APRECIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO INDÍGENA NO PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO INDÍGENA NO PERÍODO 1995-2002. Brasília: MEC, s/d.

\_\_\_\_\_. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10806-pceb013-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10806-pceb013-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192) Consulta em: 22/11/2023.

---



\_\_\_\_\_. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E DE ENSINO MÉDIO. Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&category\\_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 13/11/2023.

\_\_\_\_\_. DIRETRIZES NACIONAIS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS INDÍGENAS. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf) Consulta em: 12/12/2023.

\_\_\_\_\_. DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS DE EXTENSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=102551-pces608-18&category\\_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102551-pces608-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 27/11/2023.

\_\_\_\_\_. DIRETRIZES PARA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Ind%C3%82%C2%A1gena.pdf> Consulta em: 23/11/2023.

\_\_\_\_\_. EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10806-pceb013-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10806-pceb013-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192) Consulta em: 20/11/2023.

\_\_\_\_\_. PORTARIAS 60/92 E 490/93. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf> Consulta em: 25/06/2021.

\_\_\_\_\_. PORTARIA NO 1.679/99. [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf) Acesso em: 29/11/2023.

\_\_\_\_\_. REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS. Brasília: SEF/MEC, 1998.

MIRANDA, Marina Rodrigues; SERAFIM, Nádia Juliana Rodrigues; LEÃO, Rafaella Capela. Etnometodologias circulares: cosmologias de conhecimentos de territórios originários e comunidades de tradição In Metodologias da Pesquisa e da Formação na Educação do Campo (orgs). BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FOERSTE, Erineu; GERKE, Janinha. Apris Editora. Curitiba/PR; 2023.

PAULA, Jorge Luis DE. 2000. Relatório de reestudo das Terras indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil, constituindo a Terra Indígena Tupinikim. Diário Oficial da União (Nº36, segunda-feira, 20 de fevereiro de 2006).

POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADda%20a%20Pol%C3%ADtica,doConsultada](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADda%20a%20Pol%C3%ADtica,doConsultada) em: 10/07/2021

PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 559, DE 16.04.91. Disponível em: <https://cimi.org.br/2004/06/21816/> Consulta em: 02/06/2021.

PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO À EQUIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PARFOR EQUIDADE EDITAL Nº 23/2023) <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor-equidade> Acesso em: 20/10/2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA. Universidade Federal do Espírito Santo, Pró-Reitoria de Graduação, Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, Vitória/ES, 2021.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA. Universidade

RUSCHI, Augusto. 1973. Os grupos antropológicos indígenas do Estado do Espírito Santo. Boletim do Museu de Biologia Dr. Melo Leitão, Série Proteção à natureza, Santa Tereza (ES), nº.47.

SCANDIUZZI, Pedro P. Educação indígena x educação escolar indígena: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARACRUZ. Coordenação de Educação Escolar Indígena. Proposta pedagógica das escolas guarani do Espírito Santo. Aracruz, [2006]. Mimeografado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARACRUZ. Coordenação de Educação Escolar Indígena. Proposta pedagógica das escolas tupinikim do Espírito Santo. Aracruz, [2006]. Mimeografado.

SILVA, Sandro José. Tempo e espaço entre os Tupiniquim. 2000. 258 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA. Tomas Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

SCHADEN, Egon. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani. 3a ed. São Paulo: Edusp, 1974.

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. Relatório da Comissão Própria de Avaliação - CPA 2014. Vitória; ES, 2023. 59 p. Disponível em: <https://avaliacaoinstitucional.ufes.br/relatorios-autoavaliacao-institucional> . Acesso em: 13 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 11/2023/Prograd/Ufes

\_\_\_\_\_. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 17 DE MARÇO DE 2022 PROGRAD, 2022.

\_\_\_\_\_. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2021-2030 [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo ; [organizadores, Aldous Pereira Albuquerque ... et al.]. - Dados eletrônicos. - Vitória ; Alegre ; São Mateus : Universidade Federal do Espírito Santo, 2021. 118 p. : il.

\_\_\_\_\_. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://ce.ufes.br/> Acesso em: 18 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. REGIMENTO GERAL DA UFES. Vitória. 20\_\_\_\_. 63 p. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/regimento-geral-da-ufes> . Acesso em: 15 dez.2023.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÕES Nº 14/2022 E Nº 24/2022. CEPE/UFES

VEIGA NETO. Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR; Carlos. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. In: Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena, SP: Cosac & Naify, 2002. p. 345-399.